



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**  
**FERNANDA EMANUELA FERREIRA**

**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FRENTE AOS  
MARCOS LEGAIS NO CONTEXTO DE UM INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO**

Florianópolis  
2020

**FERNANDA EMANUELA FERREIRA**

**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FRENTE AOS  
MARCOS LEGAIS NO CONTEXTO DE UM INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Coelho Soares

Florianópolis

2020

F44 Ferreira, Fernanda Emanuela, 1981-  
A curricularização da extensão universitária frente aos marcos  
legais no contexto de um Instituto Federal de Educação / Fernanda  
Emanuela Ferreira. – 2020.  
130 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina,  
Pós-graduação em Administração.

Orientação: Prof. Dr. Thiago Coelho Soares

1. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia –  
Administração. 2. Extensão universitária. 3. Universidades e  
faculdades – Currículos. 4. Marcos Legais. I. Soares, Thiago Coelho.  
II. Universidade do Sul de Santa Catarina. III. Título.

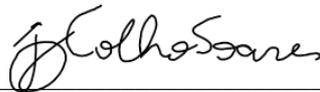
CDD (21. ed.) 378.1

**FERNANDA EMANUELA FERREIRA**

**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FRENTE AOS  
MARCOS LEGAIS NO CONTEXTO DE UM INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 27 de outubro de 2020.



---

Professor e orientador Thiago Coelho Soares, Dr.

Universidade do Sul de Santa Catarina



---

Professor José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.

Universidade do Sul de Santa Catarina



---

Professora Maria Clara Kaschny Schneider, Dra.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente  
Pedro Antonio de Melo  
Data: 01/12/2020 16:22:56-0300  
CPF: 305.903.539-34

---

Professor Pedro Antônio de Melo, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho aos meus pais, Luiz Fernando e Tânia, que, por toda a vida, me ensinaram que o conhecimento é o único bem que nada, nem ninguém pode nos tirar.

## **AGRADECIMENTOS**

Foram necessários dois anos e alguns meses de dedicação para que este trabalho fosse uma realidade e, certamente, tenho muitos agradecimentos a fazer para pessoas que foram cruciais nesse processo.

Agradeço primeiramente aos meus pais, que sempre dedicaram a vida e as economias para que eu e meu irmão tivéssemos estudo e conhecimento necessários para a construção de uma vida melhor. A eles, devo tudo o que sou e nunca poderemos retribuir tudo que já fizeram por nós.

Ao meu marido, que esteve ao meu lado durante estes dois anos, nossos dois primeiros anos de casamento. Eu não estive ao lado dele por muitas noites e finais de semana, onde, no quarto ao lado, na companhia do meu cansaço, eu tentava cumprir com o que eu havia proposto para minha vida. Obrigada pela tua paciência nos meus momentos de incertezas e pelos conselhos práticos que só engenheiros conseguem dar. Que possamos agora continuar com nossos planos.

À Professora Maria Clara Kaschny Schneider, então Reitora, e ao Professor Clodoaldo Machado, então Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFSC, que estiveram à frente do acordo entre o IFSC e a UNISUL e tornaram possível a oferta de mestrado voltado para a qualificação dos técnicos-administrativos do IFSC.

Ao Professor André Dala Possa, então Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas, mentor inicial deste trabalho, que me orientou ao tema quando eu ainda não sabia sobre qual assunto pesquisaria. Obrigada pelos conselhos, orientações e esclarecimentos.

Ao Tomé de Pádua Frutuoso, Letícia Cunico e Cristina Missão Borille Kuba, pessoas essenciais que tornaram essa pesquisa possível por atuarem na área e sanarem as minhas diversas dúvidas. Obrigada por todos os esclarecimentos.

À Bruna Dorabiallo Oliveira, pelo apoio e palavras de entusiasmo para que eu concluísse a pesquisa, assim como os colegas de gabinete que me apoiaram quando eu precisei estar ausente para comparecer às aulas na UNISUL e realizar demais atividades do mestrado.

Ao Professor Maurício Andrade de Lima, meu primeiro orientador e que, infelizmente, não pode continuar me orientando, obrigada pela paciência, por sempre incentivar minhas reflexões e acreditar no potencial do meu trabalho.

Ao Professor Thiago Coelho Soares, que assumiu a orientação com paciência e tranquilidade para que eu pudesse concluir a pesquisa.

Por fim, agradeço aos membros da banca, Professora Dra. Maria Clara Kaschny Schneider, Professor Dr. Pedro Antônio de Melo e Professor Dr. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, pela disponibilidade em analisar minha pesquisa.

“Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. ” (FREIRE, 1969)

## RESUMO

A publicação do Plano Nacional de Educação (2014-2024), à luz da Lei nº 13.0005/2014, trouxe o desafio importante às instituições de ensino superior diante da necessidade de revisão dos currículos dos cursos superiores para atendimento à Meta 12, Estratégia 12.7. A referida estratégia indica a obrigatoriedade de inclusão de, no mínimo, 10% da carga horária total do curso revertida em programas ou projetos de extensão universitária, orientados para áreas de grande pertinência social. No processo de curricularização dos cursos superiores, a instituição tem a necessidade de rever seus processos, capacitar a comunidade acadêmica e verificar os marcos legais e institucionais que orientam à ação de extensão universitária e sua curricularização nos cursos superiores. Este estudo propõe a análise do cenário da curricularização da extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, considerando os marcos legais vigentes que orientam a gestão da extensão universitária. O delineamento metodológico traz um estudo de caso, de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e objetivos descritivos. Para obtenção de resultados, foram utilizados dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas e dados secundários por meio de análise documental e bibliografia pertinente ao tema. Os resultados da pesquisa indicam que o IFSC apresenta suas normativas institucionais alinhadas aos marcos legais federais ao que tange a curricularização, porém indicam que há necessidade de reconhecimento do IFSC pela sociedade por meio da extensão e, também, necessidade de enraizar os princípios da extensão na cultura organizacional e romper preconceitos em relação às ações de extensão, valorizada ao mesmo passo do ensino e da pesquisa. O estudo demonstra que o IFSC necessita rever o instrumento de avaliação das ações de extensão para que seja possível avaliar o impacto social gerado pela instituição no entorno, assim como a necessidade de planejamento destas ações conforme a demanda da sociedade. O resultado traz que há necessidade de divulgação sobre as ações de extensão do IFSC que alcancem a comunidade interna e externa, o incremento de orçamento oriundo de parcerias, engajamento dos servidores e customização do sistema que faz a gestão da extensão na instituição. A adequação aos processos que dão suporte à curricularização da extensão é necessária para que o IFSC possa atender aos marcos legais federais vigentes até 2024, prazo do Plano Nacional de Educação.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Curricularização. Marcos Legais.

## **ABSTRACT**

The publication of the National Education Plan (2014-2024), according to the law no. 13.0005/2014, brought the important challenge to higher education institutions in face of the need to review the curriculum of higher education courses to meet goal 12, strategy 12.7. This strategy indicates the mandatory inclusion of at least 10% of the total workload of the course reverted into programs or projects of university extension, oriented to areas of great social relevance. In the curricularisation process of higher education courses, the institution has the need to review its processes, train the academic community and verify the legal and institutional frameworks that guide the university extension action and its curricularisation in higher education courses. This study proposes the analysis of the extension curriculum scenario at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Santa Catarina, considering the legal frameworks that guide the management of university extension. The methodological design brings a case study, qualitative approach, applied nature and descriptive objectives. To obtain results, primary data were used through semi-structured interviews and secondary data through documental analysis and bibliography pertinent to the subject. The results of the research indicate that the IFSC presents the alignment to the federal legal frameworks as far as curricularisation is concerned, but indicate that there is a need for recognition of the IFSC by society through extension and also the need to root the principles of extension in the organizational culture and to break prejudices in relation to extension actions, valued at the same time as teaching and research. The study demonstrates that the IFSC needs to review the instrument of evaluation of extension actions in order to assess the social impact generated by the institution in its surroundings, as well as the need to plan these actions according to the demand of society. The result is that there is a need to publicize the IFSC's extension actions that reach the internal and external community, the increase of the budget coming from partnerships, the engagement of the employees and the customization of the system that manages the extension in the institution. The adequacy to the processes that support the extension curriculum is necessary so that the IFSC can attend to the federal legal framework in effect until 2024, the term of the National Education Plan.

**Keywords:** University Extension. Curricularisation. Legal Frameworks.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Processo de formação integral do indivíduo .....	29
Figura 2 - Projeto Rondon - 1968.....	32
Figura 3 - Cronologia da Extensão Universitária no Brasil .....	36
Figura 4 - Estrutura do SINAES.....	37
Figura 5 - Organograma PROEX-IFSC .....	41
Figura 6 - Cronologia da Extensão no IFSC .....	42
Figura 7 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da UNESCO.....	47
Figura 8 - Selo de Organização Signatária dos ODS em Santa Catarina.....	47
Figura 9 - Cadeia de Valor .....	48
Figura 10 - Detalhando os Macroprocessos Finalísticos .....	49
Figura 11 - Processos inseridos nos Macroprocessos Finalísticos .....	49
Figura 12 - Modelo da pesquisa .....	51
Figura 13 - Etapas de desenvolvimento da pesquisa .....	52
Figura 14 - Resumo do Delineamento Metodológico.....	53
Figura 15 - Triangulação da Pesquisa .....	55
Figura 16 - Organograma Geral do IFSC.....	56
Figura 17 - Cronologia do IFSC .....	57
Figura 18 - Mapa atuação do IFSC no território estadual.....	57
Figura 19 - Biblioteca do gerenciador de referências utilizado na pesquisa .....	61
Figura 20 - Tela SIGAA.....	70
Figura 21 - Plataforma Nilo Peçanha.....	70
Figura 22 - Nuvem de palavras referente à Dimensão Conceitual da Extensão .....	75
Figura 23 - Nuvem de palavras referente à Dimensão Social da Extensão.....	79
Figura 24 - Nuvem de palavras referente à Dimensão Educacional da Extensão .....	85
Figura 25 - Nuvem de palavras referente à Dimensão Política da Extensão.....	90
Figura 26 - Nuvem de palavras referente à Dimensão Política da Institucional .....	97
Figura 27 - Tela acesso aos módulos SIGAA .....	110
Figura 28 - Relatório PNP Cursos Superiores do IFSC, base 2019.....	111

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resultado da busca em base de dados .....	21
Quadro 2 - Concepções da Extensão Universitária .....	22
Quadro 3 - Dimensões e Eixos do SINAES .....	37
Quadro 4 - Compara o conceito sobre extensão e o entendimento sobre atividades extensionistas no IFSC .....	44
Quadro 5 - Etapas do processo de curricularização da Extensão Universitária .....	50
Quadro 6 - Acompanhamento da busca em bases de dados.....	58
Quadro 7 - Marcos legais da extensão .....	62
Quadro 8 - Normativas IFSC que orientam a gestão da extensão universitária .....	63
Quadro 9 - Rol de participantes da pesquisa .....	65
Quadro 10 - Mapa de entrevista semiestruturada .....	67
Quadro 11 - Quadro de apresentação e discussão dos principais resultados da Dimensão Conceitual da Extensão Universitária .....	98
Quadro 12 - Quadro de apresentação e discussão dos principais resultados da Dimensão Social da Extensão Universitária.....	101
Quadro 13 - Quadro de apresentação e discussão dos principais resultados da Dimensão Educacional da Extensão Universitária.....	103
Quadro 14 - Quadro de apresentação e discussão dos principais resultados da Dimensão Política da Extensão Universitária.....	106
Quadro 15 - Quadro de apresentação e discussão dos principais resultados da Dimensão Institucional da Extensão .....	108
Quadro 16 - Análise Diretoria de Extensão IFSC .....	112
Quadro 17 - Quadro de Proposições para aprimoramento de ações do IFSC .....	113

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BDTD	Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEPE	Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
CRUTAC	Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FORPROEX	Fórum Nacional dos Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
FORPROEXT	Fórum de Pró-Reitores de Extensão ou Cargos Equivalentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
IES	Instituições de Ensino Superior
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PROEX	Pró - Reitoria de Extensão e Relações Externas
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PTEU	Plano de Trabalho de Extensão Universitária
RDP	Regulamento Didático-Pedagógico
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RIUNI	Repositório Institucional da Universidade Sul de Santa Catarina
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA .....	14
1.2 OBJETIVOS .....	19
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b> .....	19
<b>1.2.2 Objetivos Específicos</b> .....	19
1.3 JUSTIFICATIVA.....	20
<b>2 MARCO TEÓRICO</b> .....	26
2.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	26
2.2 O HISTÓRICO DO MARCO REGULATÓRIO LEGAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA .....	31
<b>2.2.1 A Avaliação Institucional e a Extensão Universitária</b> .....	36
2.3 NORMATIVAS DA EXTENSÃO NO IFSC.....	39
<b>2.3.1 O processo de Curricularização da Extensão no IFSC</b> .....	44
<b>3. PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	52
3.1 DELINEAMENTO METODOLÓGICO .....	53
3.2 COLETA DE DADOS .....	55
<b>3.2.1 Objeto de Estudo</b> .....	56
<b>3.2.2 Coleta de Dados Marco Teórico</b> .....	58
<b>3.2.3 Do Marco Legal</b> .....	61
<b>3.2.4 Das Normativas do IFSC</b> .....	63
<b>3.2.5 Das Entrevistas</b> .....	64
<b>3.2.6 Do Sistema SIGAA e PNP</b> .....	69
3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS .....	71
<b>4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	72
4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	72
4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	97
4.3 PROPOSIÇÃO DE APRIMORAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFSC.....	111
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	117
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	121

## 1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, serão apresentadas as seções: 1.1 Contextualização do tema e problema de pesquisa; 1.2 Objetivos da Pesquisa, divididos em 1.2.1 Objetivo Geral e 1.2.2 Objetivos Específicos, e 1.3 Justificativa do Estudo.

A proposta do estudo concentra-se na análise do atual contexto de estruturação da Curricularização da Extensão Universitária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, considerando as diretrizes legais federais e institucionais estabelecidas nos últimos anos. A proposição é guiada pela tríade composta por marco teórico, trazendo como a literatura tem entendido a extensão e curricularização, os marcos legais, que estabelecem as políticas públicas que atingem a Extensão Universitária, e entrevista semiestruturada com atores envolvidos no processo de curricularização da extensão universitária do IFSC. Com a tríade estabelecida, será possível identificar e analisar o atual contexto da Extensão no IFSC e possibilitará o cumprimento dos objetivos propostos neste estudo.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012)<sup>1</sup>. Corroborando com a definição do FORPROEX, a Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018, publicada pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, fortalece o conceito de extensão, dada pelo FORPROEX em 2012, quando entende que a extensão na educação superior brasileira é interdisciplinar, integrando-se no ensino, pela matriz curricular, e na pesquisa aplicada, fazendo com que, por meio da construção e aplicação do conhecimento, ocorra transformação no processo de formação do indivíduo, contemplando a interação entre instituições de ensino superior e a sociedade.

---

<sup>1</sup> Fórum Nacional dos Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, instituído em 1987, em Brasília – Distrito Federal, no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Participaram do evento 33 universidades públicas, representadas por seus pró-reitores ou ocupantes de cargo similar nas instituições.

Paula (2013), em seu estudo sobre o conceito da extensão universitária, defende que a extensão universitária é o que de forma permanente e sistemática convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão de conhecimento de seus efetivos destinatários, onde cuida de corrigir as interdições e bloqueios, sendo que esses fazem com que a apropriação social do conhecimento, das ciências e das tecnologias seja desigual. Neste sentido, colaborando sobre a ideia de atingimento à sociedade, Carbonari e Pereira (2007) defendem que as ações extensionistas mantêm uma articulação entre os setores públicos, produtivo e o mercado de trabalho, desta forma contribui para que o aluno desenvolva, durante o processo de aprendizagem, a criticidade própria concernente à formação cidadã.

É necessário o entendimento de que toda e qualquer atividade desenvolvida na educação superior tem por objetivo principal a formação profissional, a valorização da produção de conhecimentos, entendemos que o avanço da ciência e da tecnologia passa, necessariamente, pelos laboratórios e pelas salas de aula, dita Elpo (2004). A autora ainda defende que a vida acadêmica não é restrita às instituições de ensino superior, pois a formação também ocorre no campo da pesquisa voltada para a melhoria e desenvolvimento regional e nacional, portanto, as atividades de extensão têm papel fundamental na vida acadêmica e social.

A extensão universitária é tratada como política pública no estudo de Kuba (2018), que, à luz da produção teórica de Secchi (2013), traz a concepção de política pública no sentido de que esta é realizada em forma material por meio de programas públicos, projetos, leis, campanhas e inovações tecnológicas, gastos públicos diretos, sendo um conceito que transpassa várias áreas e setores que afetam a área pública para encontrar a solução de problemas públicos.

O problema público em relação à extensão universitária é alusivo à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visto que a extensão por vezes foi percebida por não integrar o eixo de dimensões importantes da Universidade, como identifica e problematiza Gonçalves (2000) ao expor que, contrariamente ao que práticas frequentes apontam, a Extensão Universitária não é apenas a fase final do desenvolvimento científico e formação profissional, no que diz respeito à transferência tecnológica visando o bem estar das pessoas, já é inegável que a extensão, ao cumprir esse perfil, envolve-se com a concepção do ensino e na execução e aplicação da pesquisa.

Demo (2004) defende que a extensão não seja, de forma alguma, considerada o “primo pobre” da indissociabilidade entre ensino e pesquisa e extensão, ou apenas considerada como “transferência do ensino”, isto, na opinião do autor, demonstra empobrecimento do ensino e nega o papel e o espírito da extensão universitária. Thiollent (2014, p.8) afirma que “a principal

crítica é a imposição institucional do modelo de Universidade no qual a extensão é pouco estimulada, vista como atividade menor”. A visão do autor mostra que a extensão é um conjunto de atividades muito mais diversificado que a produção de *papers*, sendo o vigente sistema de avaliação regulatória, centrado no *ranking* de periódicos acaba penalizando os docentes que à extensão se dedicam. Pereira (2013) traz a importância da universidade na participação de programas públicos por meio da extensão, pois, segundo o autor, contribuiu para o aumento da consciência crítica e poder de reivindicação por parte da população, portanto a universidade tem o papel importante no trabalho de erradicação de problemas sociais grave e complexos:

Em orientação às políticas públicas da educação superior, a primeira Lei Brasileira que estabeleceu diretrizes para a Extensão Universitária, conforme traz Silveira *et al.* (2019), constatando que, em 1968, com a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), instituiu-se a extensão universitária obrigatória. O artigo nº 20 estabeleceu que “as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes”. O artigo nº 40 determinava que estas instituições, "por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento”.

Silveira *et al.* (2019) ainda abordam sobre algumas medidas importantes que foram estabelecidas para institucionalizar e redefinir a extensão universitária, no início da década de 1970, entre elas o Plano de Trabalho de Extensão Universitária-PTEU, primeira política de extensão universitária brasileira, fortemente influenciado pelas ideias do educador Paulo Freire sobre a importância de valorizar a sabedoria popular e trazê-la à universidade.

Um marco legal importante da Educação Brasileira e conseqüentemente para a Extensão Universitária, ocorreu em 1988, 20 anos após a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), sendo esta a Constituição da República Federativa do Brasil. A Constituição Brasileira traz em seu Capítulo III, Seção I (Da Educação):

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; [...] Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

Em 1996, outro marco legal que passou a fazer parte das diretrizes da Educação Brasileira, sendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, publicada sob o número 9.394/1996, trazendo a extensão no Capítulo IV (Da Educação Superior), especificada no Artigo nº 43,

apresentando a finalidade da educação superior, complementada com o desenvolvimento de atividades de extensão. O Artigo nº 52 traz a caracterização das universidades, contemplando a pluridisciplinariedade da formação de quadros de profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, e o Artigo nº 77 que instrui que os recursos públicos são destinados às escolas públicas para atividades de ensino pesquisa e extensão, inclusive mediante bolsa de estudos.

A LDB traz em seu texto as diretrizes no tocante às responsabilidades da União e dos Estados Federativos sobre a avaliação da educação superior. Desta forma, em 2004, foi promulgada a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES, a qual apresenta 10 (dez) dimensões que avaliam as IES no contexto institucional, dos cursos e dos estudantes. Dentre elas está a Dimensão 2, voltada para avaliação das Políticas para ensino, pesquisa e extensão.

Um ganho que a Extensão Universitária obteve em 2010, foi a publicação do Decreto nº 7.233/2010, o qual dispôs procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária e previu a disponibilização de recursos para ações de extensão universitária.

Em 2014, foi publicada a terceira versão do Plano Nacional de Educação-PNE<sup>2</sup>, a qual traz avanços em relação à versão anterior (2001-2010). O PNE está referido no Artigo nº 214 da Constituição Federal<sup>3</sup>, publicado sob a Lei nº 13.005/ 2014, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), em sua última versão, traz a Meta 12 e estratégia 12.7, que asseguram ao menos 10% da carga horária dos currículos dos cursos superiores devem abranger ações de extensão que apresentem pertinência social.

Recentemente, após discussões e aprofundamentos na seara da Extensão Universitária, diante da necessidade de estabelecer diretrizes fortes e concretas que pudessem conduzir as ações da extensão universitária, foi publicada a Resolução nº 7/2018/CNE/MEC, regulamentando o que dispõe a Meta 12, Estratégia 7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014.

Considerando os marcos legais cronologicamente elencados, integra-se no contexto do IFSC, objeto deste estudo, outro marco legal importante que mudou a configuração da

---

<sup>2</sup> O Plano Nacional de Educação já foi apresentado em três versões, sendo a versão vigente (2014-2024), a primeira versão publicada em 1962 e a segunda em 2001.

<sup>3</sup> Art. nº214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Educação Profissional, Técnica e Tecnológica brasileira, a Lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No texto da Lei (Artigo 2º, § 1º), os Institutos Federais são equiparados às universidades federais, para efeito de incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior (BRASIL, 2008).

Desta forma, o objeto deste estudo, o IFSC, enquadra-se integralmente às políticas públicas aqui descritas em virtude desta equiparação, e também, com base nestes marcos legais, cria suas próprias normativas e documentos norteadores como orientação para a conceituação e execução da extensão no âmbito universitário. Neste processo de amadurecimento sobre como integralizar a extensão no processo de curricularização e também na construção do conceito de extensão, o IFSC instituiu normativas a fim de orientar os atores envolvidos na gestão da extensão na instituição. Para Ribeiro (2012), os documentos institucionais trazem direcionamento à gestão da universidade, porque têm capacidade de delinear a política universitária e os objetivos a serem alcançados por meio dos quatro processos importantes da universidade: ensino, pesquisa, extensão e gestão.

As normativas institucionais do IFSC são elaboradas e aprovadas por órgãos consultivos, deliberativos e normativos, como o Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, sendo este órgão de atuação normativa e consultiva, e o Conselho Superior, este como órgão máximo da instituição, tem atuação deliberativa e consultiva.

Assim, o IFSC, para atender ao que tange o PNE (2014-2024) em sua Meta 12 e Estratégia 12.7, e também para atender as demandas do SINAES, no que tange a dimensão 2, que traz a avaliação sobre Políticas para Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, programou em 2014 a readequação do seu Regulamento Didático Pedagógico - RDP. Nesta readequação, foi inserida, obrigatoriamente, a carga horária de 10% do total de horas em atividades de extensão universitária de todos os currículos dos cursos superiores do IFSC.

O processo de readequação iniciou em 2015, e encontra-se em andamento, onde será concluído em 2024, prazo do PNE (2014 – 2024), quando todos os currículos dos cursos superiores deverão conter a extensão universitária inserida na grade curricular (curricularização da extensão), ou seja, no mínimo 10% da carga horária do curso deve estar registrada como extensão nas unidades curriculares

Diante do exposto, considerando os recentes marcos legais, os quais foram impositivos com as IES e as normativas institucionais elaboradas, a proposta principal deste estudo consiste na análise do contexto atual da curricularização da extensão universitária, a fim de verificar o

caminho percorrido até o fim do ano de 2019, completando 4 (quatro) anos do início do processo de curricularização no IFSC.

A análise consiste no levantamento dos dados registrados na Plataforma Nilo Peçanha – PNP em referência aos cursos superiores do IFSC, os dados registrados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA EXTENSÃO, os marcos legais vigentes, as normativas do IFSC e as entrevistas semiestruturadas com participantes previamente selecionados. O estudo apresenta a proposição de ações para aprimoramento da prática da curricularização da extensão do IFSC, orientada ao atingimento da meta descrita no PNE até 2024, prazo máximo do plano, para auxílio das atividades da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas – PROEX.

Diante do conteúdo exposto, verifica-se que há necessidade de entender a extensão universitária e sua integração nos currículos dos cursos superiores no IFSC, considerando as recentes mudanças na esfera educacional, surgindo assim a seguinte pergunta de pesquisa: **Como está compreendido o processo de curricularização da extensão universitária no IFSC frente aos marcos legais?**

No próximo tópico, serão elencados o objetivo geral e objetivos específicos, considerando a pergunta de pesquisa apresentada.

## 1.2 OBJETIVOS

A introdução concentra-se no problema que gera o estudo, segundo Creswell (2007). Os objetivos, conforme definição do autor, estabelecem a direção, orientando o leitor ao propósito central da pesquisa, seguindo-se todos os outros aspectos do estudo. Desta forma, os objetivos foram construídos na verificação da problemática a ser estudada.

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho consiste em contextualizar o cenário da curricularização da extensão no IFSC, considerando os marcos legais vigentes na educação brasileira.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Para o alcance do objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Evidenciar os marcos legais no contexto da Extensão Universitária Brasileira;

- b) Descrever o conceito e a prática da curricularização da extensão no IFSC;
- c) Propor ações para o aprimoramento da prática da curricularização da extensão na instituição.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Para justificar a lacuna para identificar o tema de pesquisa, a autora pautou-se em mapeamento nas bases de dados *Scielo*, *Scopus* e *Web of Science* para realizar a busca por referências bibliográficas nacionais e internacionais indexadas que pudessem embasar o estado da arte da literatura em extensão universitária e sua curricularização, e assim colaborar com a construção da justificativa e do marco teórico do trabalho. O mapeamento ocorreu em abril de 2019, utilizando-se de descritores identificados como “extensão universitária”, “currículo” e “curricularização”. Os mesmos descritores foram inseridos na língua portuguesa, inglesa e espanhola a fim de identificar literaturas internacionais, compreendendo o período de busca entre 2014 a 2019. A definição do período pesquisado de produção científica dos últimos 5 (cinco) anos justifica-se pela necessidade de identificar produções que verificam as recentes regulamentações e entendimentos sobre a conceituação da extensão e da curricularização, sendo este o foco do estudo.

A pesquisadora ainda definiu a realização de busca apenas com o descritor “extensão universitária” na revisão sistemática, nos idiomas português, inglês e espanhol, para verificação da literatura que abrangesse o tema em outros aspectos, além da inserção da extensão nos currículos dos cursos superiores, e utilizou como protocolo de pesquisa, a verificação de teses e dissertações na Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD e o portfólio de Teses e Dissertações do Repositório Institucional da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL - RIUNI, onde foi pesquisado na base o título “Extensão Universitária”, considerando o período de 2014 a 2019. A descrição da revisão sistemática de bibliografia será verificada de forma mais abrangente no capítulo que abordará o Percorso Metodológico.

O Quadro 1 apresenta a busca sistemática na base de dados e resultados finais apresentados:

Quadro 1 - Resultado da busca em base de dados

Título	Autores	Palavras-chave	Base de dados	Ano
University Extension in the transformation of higher education; The case of Uruguay	Augustín Cano Menoni & Diego Castro Vilaboa	Comprehensive education, Higher education, pedagogical alternatives, University extension, University teaching	Scopus	2016
Conception of university extension from Santiago of Cuba Medical Sciences	Daniel Sebastián García Torres, Rosandra Díaz Suárez, Miguel Enrique Sánchez Hechavarría & Mirelna Mendoza Ruíz	Extensión universitaria, cultura, impacto social	Web of Science	2018
Proposal of indicators for the evaluation of the university extension process	Mayea, Yudisney & Arias, Laudelino & Machado, Edith & Manso, Edith & Echevarría, Félix & Pérez, Leobel	Relaciones comunidad-institución; educación superior; evaluación de proceso; extensión universitaria; comunicación educativa.	Web of Science	2018
The model of management for the extension activities at Pinar del Río University of Medical Sciences	José Ángel Véliz Noarys Pérez Díaz, Mercedes González Fernández Larrea, Teresa Díaz Domínguez, Gil Ramón González	Universidades; Medicina general; Educación para la salud.	Web of Science	2015
With Regard to the Cordoba Reform: Approach to the Origin and Evolution of University Extension in Latin America and Cuba	Gil Ramón González, Mercedes González Fernández-Larrea	Extensión universitaria, Reforma de Córdoba, tendencias, proceso universitario.	Web of Science	2018
Contribuição da extensão em um grupo de gestantes e casais grávidos para a formação do enfermeiro	Margarete Maria de Lima; Mayara Leal Machado; Roberta Costa; Bruna Canever; Juliana Coelho Pina; Isadora Ferrante Boscoli de Oliveira Alves	Educação em enfermagem; Relações Comunidade-Instituição; Saúde da mulher; Estudantes de Enfermagem	SCIELO	2018
Extension activities, health promotion and sustainable development: the experience of a nursing research group	Samylla Maira Costa Siqueira; Viviane Silva de Jesus; Elane Nayara Batista dos Santos; Maria Carolina Ortiz Whitaker; Brendo Vitor Nogueira Sousa; Climene Laura de Camargo	Promoção da Saúde; Desenvolvimento Sustentável; Enfermagem	SCIELO	2017
La extensión universitaria y su relación con la formación inicial de las carreras pedagógicas en Cuba	Nuñez Pérez, Adelainy; Álvarez Fonte, Bárbara Lidia; Martínez Malo Sosa, Clara María.	Extensión universitaria, formación inicial, formación integral.	SCIELO	2017
Curricularização da Extensão: Projeto Comunitário nos cursos de Graduação no Centro Universitário Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul	Ana Paula Fliegner dos Santos	Currículo, Projeto Comunitário, Extensão Universitária, Formação Profissional	BDTD	2017

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A pesquisa realizada para embasar o marco teórico mostra que há referências na área da extensão universitária, porém poucas literaturas abordam os marcos teóricos em convergência com a curricularização.

Outros autores não elencados na construção do portfólio bibliográfico trazem concepções, divididas em categorias, ao estudo da extensão universitária e serão utilizadas na construção do referencial teórico da pesquisa, conforme demonstra o Quadro 2:

Quadro 2 - Concepções da Extensão Universitária

<b>Categoria</b>	<b>Teórico</b>	<b>Concepção</b>
<b>Finalidade</b>	Jezine (2006)	Assistencialista; Mercantilista; Acadêmica
	Gonzáles e Larrea (2006)	Tradicional; Economicista; Desenvolvimento Integral
<b>Atividade</b>	Sousa (2000)	Alienação; Emancipação
	Silva (2000)	Tradicional; Processual; Crítica
<b>Característica</b>	Reis (1996)	Eventista- Inorgânica; Processual – Orgânica
<b>Sentido</b>	Freire (1983)	Humanização
	FORPROEX (2012)	Acadêmica
	Síveres (2013)	Aprendizagem
	Gurgel (1986)	Laboratório Vivo
	Botomé (1996)	Indissociabilidade
	Silva (2013)	Processo Emancipatório
	Melo Neto (2001)	Trabalho Social
	Castro (2004)	Transformação Social
<b>Perspectiva</b>	Thiollent (2002)	Transformação do Real
	Jantke e Caro	Emancipação
<b>Epistemologia</b>	Kochhann e Curado Silva (2018)	Técnica; Prática; Práxis

Fonte: Elaborado pela autora (2019), adaptado de Silva e Kochhann (2018).

Silva e Kochhann (2018) trazem no estudo realizado sobre as concepções, currículo e avaliação da extensão universitária na formação discente, os diversos conceitos da extensão, divididos em seis categorias de análise, por estudiosos do assunto. Desta forma, as autoras afirmam no estudo que a categorização permite a compreensão da finalidade e prática da extensão universitária, de acordo com o viés conceitual e defendem que a finalidade da extensão seja acadêmica, no intuito de formação integral, com foco na emancipação, contemplando a criticidade nas ações, sendo estas realizadas com foco no orgânico-processual<sup>4</sup> da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, e tendo como epistemologia a da práxis.

Isto posto, são considerados neste estudo os marcos legais estabelecidos que alteram a forma como as instituições de ensino superior realizam a gestão da extensão, visto que o cenário de reconhecimento efetivo da extensão universitária pelas políticas públicas no Brasil é bastante recente. Um exemplo de normativas recentes da extensão que integra o rol de marcos legais é a Resolução nº 07/2018, publicada ao final do ano de 2018, homologada pelo Conselho Superior de Educação e Câmara da Educação Superior, estabelece Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o que disposta na Meta 12.7 da Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.

A estratégia nº 7 disposta na Meta nº 12 do PNE fez com que as instituições de ensino superior estabelecessem cronogramas para a implementação da curricularização da extensão nos cursos superiores ofertados. A Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, juntamente com o Pró-Reitoria de Ensino do IFSC, atuam no Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE da instituição para análise da implementação da extensão nos currículos dos cursos superiores, em atendimento ao PNE (2014-2024). Os currículos já implementados passam por readequação e os novos cursos que passam pela análise do CEPE só serão recomendados à aprovação do Conselho Superior - CONSUP se contiverem a inserção de 10% da carga horária total do curso em atividades de extensão universitária.

Neste contexto, para a justificativa de estudo, Lakatos e Marconi (2003), indicam que essa deve trazer as razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa. Assim, a pesquisa justifica-se em ordem teórica para a contextualização e compreensão da curricularização da extensão universitária diante dos marcos legais recém implementados para o progresso do ensino superior brasileiro e

---

<sup>4</sup> Reis (1996) divide as ações de extensão em dois tipos: Inorgânica – Eventual, aquela que é realizada dissociada da sociedade e que tem efeitos provisórios; e a ação Orgânica- Processual, aquela que é realizada associada à sociedade e tem efeitos “oxigenantes”, “transformantes” e “unificantes”.

considerando a literatura pertinente, trazendo contribuições não só para o IFSC, objeto de estudo, mas para as instituições de ensino superior brasileiras.

A contribuição prática aparece como panorama para a compreensão dos atores envolvidos sobre o atual contexto da extensão universitária, considerando a recente curricularização da extensão nos cursos superiores do IFSC. A contribuição de ordem prática ainda está presente na sistemática de análise da gestão da implementação da curricularização. O resultado prático concentra-se na proposição de aprimoramento da gestão para execução e implementação da curricularização da extensão nos cursos superiores do IFSC.

A pesquisa deve ser original, importante e viável, segundo Castro (2006). O autor considera que um trabalho original é aquele que traz algo novo, não necessariamente que seja algo inédito, ou nunca esteve como foco de estudo, mas algo que realmente surpreende àqueles que o analisam. Desta forma, a originalidade deste trabalho é tratada de forma que a curricularização da extensão universitária é recente, bem como os marcos legais promulgados nos últimos anos, considerando os recém estabelecidos, tais quais o PNE (2014-2024) e a Resolução nº 07/2018/CNE/MEC.

Castro (2006) ainda aborda que a importância da pesquisa é definida a partir do momento em que a sociedade é atingida em termos substanciais, merecendo estudo contínuo e especializado, como é o caso do objeto de estudo, o qual considera os recentes marcos legais da extensão universitária brasileira, a literatura sobre o tema, as normativas institucionais e a gestão sobre a implantação da curricularização da extensão nos cursos superiores em atendimento ao PNE (2014-2024). O estudo é considerado importante devido à recente publicação de marcos legais consistentes em relação à extensão universitária, visto que esta dimensão, indissociável do ensino e da pesquisa, é uma rede de troca de experiências vivenciada pelo aluno no caminho de uma construção colaborativa com a sociedade. A importância ainda é considerada devido ao prazo pertinente de implantação da curricularização da extensão, prazo este ditado pela Lei nº 13.005/2014 de 10 (dez) anos, ou seja, em 2024 todos os currículos deverão estar com a extensão integralizada na carga horária total dos cursos.

A pesquisadora pretendeu analisar o contexto da curricularização da extensão no IFSC, considerando os marcos legais, e propôs ações de aprimoramento da prática da extensão e da curricularização no IFSC, estipulada pela Lei nº 13.005/2014 a ser atingida até 2024.

Castro (2006) define a viabilidade como o conceito mais tangível, é aquele que permite que a pesquisa efetivamente exista, como recursos financeiros, a competência do pesquisador e a disponibilidade de informações. A viabilidade é definida devido ao acesso de informações da pesquisadora, por essa ser servidora e lotada na Reitoria do IFSC. Há também o interesse

peçoal e profissional da pesquisadora, a fim de aplicar o conhecimento adquirido no Programa de Pós-Graduação em Administração da UNISUL-PPGA. A Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas do IFSC – PROEX conta ainda com a Diretoria de Extensão e Coordenadoria de Curricularização, que deu suporte à servidora pesquisadora na orientação de seu trabalho e ferramentas passíveis de análise. Foi também criado grupo de pesquisa composto por servidores que estão pesquisando sobre a extensão universitária nos programas de pós-graduação stricto-sensu os quais estão matriculados. O grupo criou uma pasta de documentações norteadoras e literaturas no âmbito da extensão no serviço de armazenamento e sincronização de arquivos Google Drive para orientação à pesquisa.

Considerando a instituição em que a pesquisadora está matriculada como discente sob a linha de pesquisa “Desempenho Organizacional”, é válida a justificativa da análise e avaliação sob a ótica do projeto. Contemplando a episteme e as diversificadas metodologias aplicadas aos contextos organizacionais, é possível evidenciar resultados fundamentados em processos avaliativos envolvendo temáticas tais como: tomada de decisão, competitividade, desempenho operacional e financeiro, incluído ativos tangíveis e intangíveis, como informações e o conhecimento explícito ou tácito da organização (UNISUL, 2019).

## 2 MARCO TEÓRICO

Nesse capítulo, a literatura sobre a extensão, o histórico do marco regulatório legal da extensão universitária e as normativas que regem o Instituto Federal de Santa Catarina ao que tange a extensão na instituição, serão apresentados a fim de fundamentar a pesquisa.

### 2.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Partindo de uma perspectiva ampla, infere-se a Extensão Universitária em seu contexto internacional primeiramente. Fora do Brasil, a Extensão é reconhecida como “*Third Mission*”, ou “Terceira Missão”, como traz o estudo de Trevisan *et al.* (2019), verificando que países como a Inglaterra e Itália são os que trazem mais abordagem científica sobre o tema.

Paula (2013) apresenta de forma aprofundada em seu estudo, a historicidade da extensão universitária não só no Brasil, como também no contexto mundial. Juntamente com a perspectiva histórica, o autor faz referência ao conceito da extensão em acompanhamento com o momento político, econômico e social da época. Os estudos do autor demonstram que as primeiras ações extensionistas iniciaram na Inglaterra em 1871, onde professores da conceituada Universidade de Cambridge levavam aulas às cidades mais longínquas para ofertar cursos de Literatura, Ciências e Política, sendo que também na mesma época, na Universidade de Oxford, alunos se reuniam para visitar comunidades pobres e realizar ações de cunho assistencialista.

Segundo Rocha (1984), da Inglaterra, as ações de extensão iniciaram na Bélgica, Alemanha e todo o continente europeu, dataram de ações extensionistas oriundas das universidades. Logo, a América já tinha relatos de ações extensionistas na vertente de cursos de cursos de educação continuada para áreas agrícolas, que contribuíram com a modernização da tecnologia agrícola nos Estados Unidos.

Paula (2013) contribui que no contexto pós Revolução Industrial, a imposição do modo capitalista instalada em meados do século XIX, fez com que surgissem ações por parte do Estado e de instituições responsáveis pela manutenção da ordem social e do bem-estar, ofertando políticas capazes de atender às reivindicações operário-populares. Neste sentido, o autor também cita que as universidades se engajaram na vertente de educação para jovens e adultos, assim como políticas públicas de saúde e avaliação de políticas públicas, tecnologias voltadas para a prestação de serviços.

Rocha (1984) contribui com o estudo de Paula (2013) na identificação das duas vertentes históricas da extensão universitária que influenciaram a prática extensionista brasileira: a primeira europeia, que traz o modelo de universidades populares, na concepção de cunho assistencialista com o envolvimento de diversas instituições como a Igreja, o Estado e Partidos Políticos e a contraposição ao capitalismo, gerando o pensamento socialista dentro da extensão, e a segunda vertente oriunda de um modelo norte-americano concentrado na transferência de tecnologia por parte das universidades para tratar de problemas econômicos e estreitar laços com o sistema empresarial e liberal.

Na América Latina, a extensão universitária surge durante o século XX. Lafaye (1999) demonstra que duas grandes revoluções trouxeram reivindicações sociais que suscitaram as ações de extensão; a Revolução Mexicana de 1910 e a Revolução Cubana de 1959.

Ainda na América Latina, segundo Lafaye (1999), as IES começaram a surgir já em meados do Século XVI, como exemplo a cidade de Santo Domingo que data o histórico da primeira universidade em 1538, seguido da Universidade de São Marcos, no Peru, em 1551, Universidade Real e Pontifícia da Cidade do México, de 1553. No Século XVII, registra-se a criação das universidades da Guatemala, Argentina e Chile.

Desta forma, Paula (2013) sugere que seja à luz do contexto mundial da extensão, a extensão brasileira deve ser pensada de forma particular. Na opinião do autor é essencial refletir sobre a recente implantação da extensão no Brasil, visto que data dos anos 1930 e a inserção da universidade no quadro político-institucional geral, que tem se modernizado seletiva e discricionariamente como reflexo da ausência de processos efetivos de distribuição da renda e da riqueza.

Freire (1969, p. 22) enfatiza que “existem práticas de extensão muito diversas, refletindo as diferentes concepções que as norteiam. Muitas têm caráter fortemente assistencialista, tendo como princípio norteador a prestação de serviços à comunidade e a ideia de que a universidade estende o seu saber à comunidade”. O autor contribui ainda que atividades acontecem, costumeiramente, nos espaços acadêmicos, sem qualquer aproximação com a realidade social da população assistida. Mesmo as práticas que se realizam de forma regular e nos espaços extramuros refletem, muitas vezes, a necessidade que sentem aqueles que as realizam de “ir até a ‘outra parte do mundo’, considerada inferior, para, à sua maneira, ‘normalizá-la’. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo”.

Botomé (2001), contribuindo com Freire (1969), questiona se é possível definir suas atividades básicas da extensão sem ter clareza sobre quais sejam os contornos dessa identidade.

O mesmo autor afirma que a extensão universitária antes de ser extensão, é universitária e sua definição é decorrência da concepção e da identidade da universidade.

Santos (2005, p. 175) discorre sobre o futuro da Extensão Universitária:

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de *facto*, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às *atividades* de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação *ativa* na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. Esta é uma área que, para ser levada a cabo com êxito, exige cooperação intergovernamental entre, por exemplo, Ministros da Educação, do Ensino Superior e Tecnologia, da Cultura e das Áreas Sociais. A extensão envolve uma vasta área de prestação de serviços e os seus destinatários são variados: grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; o sector público; o sector privado. Para além de serviços prestados a destinatários bem definidos, há também toda uma outra área de prestação de serviços que tem a sociedade em geral como destinatária. A título de exemplo: «incubação» da inovação; promoção da cultura científica e técnica; *atividades* culturais no domínio das artes e da literatura. (SANTOS, 2005, p.175).

Ainda sobre a conceituação da extensão, em 1969, Freire, em sua obra “Extensão ou Comunicação”, critica as práticas de extensão onde sujeitos considerados superiores (aqueles que fazem parte da comunidade acadêmica) vão depositar seus conhecimentos em pessoas-recipientes, e não consideram seus saberes, valores e crenças. Saviani (1984), assim como Freire (1969), defende a visão de relação bidirecional, onde os saberes são compartilhados, oxigenando os muros acadêmicos e a comunidade que os cercam.

Santos (2005; 2001) afirma que para que a extensão cumpra seu papel de realizar a comunicação com a sociedade, esta deve ter como objetivo prioritário o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação social. O autor ainda considera o papel da universidade sendo aquele que favorece o conhecimento emancipador, sendo este aquele que pensa as consequências de seus atos, a relação sujeito-objeto é substituída pela reciprocidade entre os sujeitos.

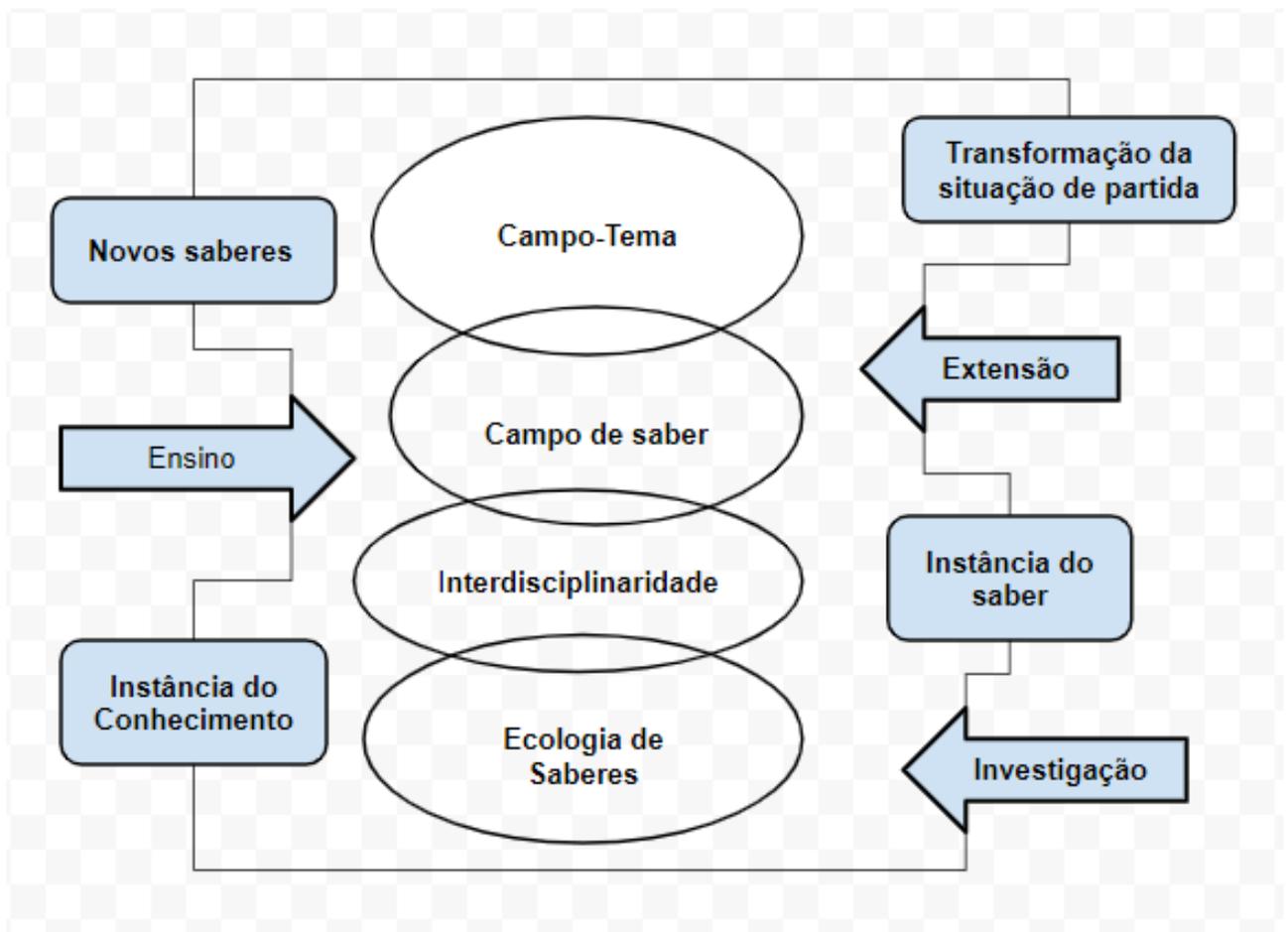
Buarque (1994) diz que a crise da universidade surge exatamente quando ocorre a perda da capacidade para definir corretamente os problemas aos quais a formação e as pesquisas devem servir, ou seja, a universidade não reconhece o seu papel.

Portanto, se a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que viabiliza a relação entre universidade e sociedade, a universidade pública enquanto um espaço de criação e recriação de conhecimento deve ser acima de tudo pública e, para tanto, a transformação social deve extrapolar os muros acadêmicos. Aqui, a universidade deve ser mais

do que um laboratório, objeto de estudo ou campo de pesquisas, mas também uma instituição com pessoas, demandas, reivindicações, anseios e saberes que se encontram dentro e fora da universidade (NUNES; CRUZ, 2011).

Na proposta do estudo de Menoni e Vilaboa (2016), o conhecimento adquirido por meio da extensão universitária foi representado como um “processo de mudança espiralizada, motorizada pela instância do conhecimento”, com base nos estudos de Behares (2011), que traz a organização nos processos de ensino, a operação em determinado campo de conhecimento, articulação da extensão no “tema-campo” específico, proposto por Spink (2007), e o processo de transformação da realidade lógica da extensão e os sujeitos envolvidos, como propõe Santos (2005). Na Figura 1, Menoni e Vilaboa (2016) criaram o conceito com a unificação destes estudos:

Figura 1 - Processo de formação integral do indivíduo



Elaborado pela autora (2019), adaptado de Menoni e Vilaboa (2016).

Das três dimensões constitutivas da universidade, a extensão foi a última a surgir, seja por sua natureza intrinsecamente interdisciplinar, seja pelo fato de se realizar, em grande

medida, além das salas de aula e laboratórios, seja pelo fato de estar voltada para o atendimento de demandas por conhecimento e informação de um público amplo, difuso e heterogêneo, por tudo isso, talvez as atividades de extensão não têm sido adequadamente compreendidas e assimiladas pelas universidades (PAULA, 2013, p.5).

Desta forma, Jezine (2004) contribui que a Extensão Universitária compõe os pilares da universidade e tem sido alvo de críticas em função de concepções ideológicas e históricas, que trazem funções mercadológicas e a prestação de serviços à sociedade. A autora defende que mesmo diante da concepção assistencialista que a extensão universitária carrega, há nela também a possibilidade de um novo pensar e fazer, desenvolvendo uma nova postura sujeito-sociedade.

Há também o pensamento de que além de mal estruturada, a extensão deveria atrelar-se ao ensino e à pesquisa, pois não há espaço para o terceiro braço da concepção universitária (BOTOMÉ, 1996; MORAIS, 1996; MARCOVITCH, 1998). Ao encontro desta visão, Demo (1994) incide que a universidade brasileira, em um processo histórico equivocado, tornou-se instituição de mero repasse de conhecimento e sua postura reprodutiva, sendo que esta não é entidade assistencial (CUNHA, 1989; BOTOMÉ, 1992).

Nogueira (2013) contrapõe defendendo que a universidade não pode deixar de considerar as demandas dos diferentes setores da sociedade, sendo que a extensão representa os “olhos e ouvidos” da universidade, tendo assim a extensão uma grande responsabilidade de contribuir com a transformação social.

Os programas de extensão universitária desvelam a importância de sua existência na relação estabelecida entre instituição e sociedade, consolidando-se através da aproximação e troca de conhecimentos e experiências entre professores, alunos e população, pela possibilidade de desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem a partir de práticas cotidianas coadunadas com o ensino e pesquisa e, especialmente, pelo fato de propiciar o confronto da teoria com o mundo real de necessidades e desejos (HENNINGTON, 2004).

Jezine (2004) indica que a nova perspectiva que se forma de extensão universitária, não se pode permitir que a universidade abra mão de sua identidade histórica, como instituição produtora de conhecimentos, sendo fundamental nesse momento de formulação de novas abordagens teóricas ter uma ação proativa de valorização do seu que fazer, caso contrário corre o risco de torna-se passiva diante dos constantes desafios de produção do conhecimento.

A universidade como instituição legítima de construção de conhecimento, mostra que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não se articula de forma simétrica, conforme afirma Naves (2015), onde historicamente a extensão não possui o mesmo valor que

as outras duas funções da universidade, visto os escassos recursos financeiros destinados aos programas de extensão e o pouco espaço para a extensão em eventos científicos das universidades.

Neste sentido, observa-se que as instituições de ensino superior públicas, privadas ou comunitárias, estão há anos estabelecendo o processo de institucionalização da extensão universitária, que por muitas vezes, segundo Abranches (2014), é acelerado ou freado pela falta de diretrizes nacionais adequadas para a educação superior.

Desta forma, tratando da historicidade da extensão universitária, na próxima seção será tratada como esta dimensão da educação/ procedeu no cenário nacional.

## 2.2 O HISTÓRICO DO MARCO REGULATÓRIO LEGAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

A Carta Magna Brasileira, à luz da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394 /1996 que estabelece a LDB, sob o nº 13.005/ 2014, que institui o PNE, o Decreto 6.495/2008, que institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT, o Decreto 7.233/2010, que dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, é possível verificar que extensão universitária avançou em relação à sua normatização, conforme será verificado nesta seção.

Abranches (2014), em seu estudo, data as primeiras experiências extensionistas no Brasil entre os anos de 1911 e 1917 na Universidade Livre de São Paulo e apenas em 1931, diante do “Estatuto da universidade Brasileira” aparecem as primeiras ações como estratégia de soluções para compromissos sociais, prevalecendo esta conduta até a década de 60. Nogueira (2005), ao destacar as práticas iniciais da extensão universitária no Brasil, cita as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Viçosa e Lavras em Minas Gerais como as primeiras a reproduzir vertentes extensionistas já praticadas na Inglaterra, focadas em educação continuada para as classes populares e prestação de serviços na área rural.

No final da década de 1950 e início da de 1960, os universitários brasileiros, reunidos na União Nacional dos Estudantes - UNE, organizaram movimentos culturais e políticos que foram reconhecidos como fundamentais para a formação das lideranças de que carecia o país, além de demonstrarem forte compromisso social e buscarem uma atuação interprofissional, por meio de metodologias que possibilitavam a reflexão sobre sua prática. Não obstante o dinamismo que imprimiu à sociedade civil brasileira, o movimento estudantil daquela época

pouco contribuiu para a institucionalização da Extensão Universitária. Instalada a ditadura militar, foram promovidas, embora com modificações, as tão demandadas reformas de base.

No âmbito da educação, houve três iniciativas importantes. As duas primeiras referem-se à criação, em 1966, do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC e do Projeto Rondon, em 1967. Apesar de sua subordinação à política de segurança nacional e de seu caráter cooperativo, esses dois projetos tiveram o mérito de propiciar ao universitário brasileiro experiências importantes junto às comunidades rurais, descortinando - lhe novos horizontes e possibilitando-lhe espaços para contribuir para a melhoria das condições de vida da população do meio rural. (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012). A Figura 2 traz notícias à época sobre as ações extensionistas do Projeto Rondon.

Figura 2 - Projeto Rondon- 1968



Fonte: Site Ministério da Defesa (2019).

Em 1968, com a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68), instituiu-se a extensão universitária obrigatória. O artigo 20 estabeleceu que “as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes”. O artigo 40 determinava que estas instituições, “por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento” (SILVEIRA *et al.*, 2019, p.4).

Nogueira (2005), em seu estudo, indica que, na década de 1980, a prática da extensão começa a ser delineada diante da necessidade de repensar sua concepção como um processo de compartilhamento de conhecimento, que baseia a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e apoia projetos sociais.

Em 1988, é promulgado o maior marco legal brasileiro, a Constituição da República Federativa do Brasil, chamada Carta Magna brasileira, onde traz de forma legal a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão (Art. 207)<sup>5</sup>, conforme afirma Abranches (2014), neste marco há uma pressão da sociedade que sugere uma universidade mais comprometida com seu entorno. A autora afirma que, neste momento, não existia ainda um consenso sobre a extensão, em virtude disto enfrentou desafios para a sua organização administrativa e acadêmica nas instituições de ensino superior, e que muitos gestores optam por atenderem os termos legais em parâmetros mínimos, submetendo à extensão equipes ,reduzidas e isoladas da vida acadêmica e administrativas dos projetos pedagógicos dos cursos.

Em 1996, em resposta à indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão prevista na Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9.394/1996) determina a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade, conforme demonstra o Artigo 43:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015). (BRASIL, 1996).

---

<sup>5</sup> “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, Art.207,1988).

Ainda na LDB, o Art. 52, *caput*, prevê que as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano (BRASIL, 1996).

Conforme essas novas definições, a extensão tem o papel não somente de democratizar o conhecimento, mas também de buscar uma participação da comunidade na troca e produção de saberes, inserindo a pesquisa acadêmica na realidade brasileira e permitindo que os cidadãos se tornem sujeitos na construção do conhecimento, e não apenas objetos de estudo ou de transmissão de conhecimento (SILVEIRA *et al.*, 2019).

Como mais uma conquista no cenário da Extensão Universitária Brasileira, em 2008, foi publicado o Decreto nº 6.495/2008, o qual instituiu o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, trazendo subsídios de identificação científica no campo da Extensão. Porém o Programa recebeu muitas críticas quanto à forma impositiva que o governo deliberava as ações que seriam fomentadas oriundas das universidades. Incrocci e Andrade (2017), evidenciaram esta crítica elencando autores como Jazine (2004), Angelim (2010) e Soares (2007), na perspectiva de que não importam os mecanismos de avaliação e validação das atividades extensionistas, pois a extensão não consegue efetivamente superar seu “caráter salvacionista, posto que não corresponde a uma demanda que parte da comunidade, mas de imposição construída sob os termos daqueles que detêm o capital cultural instituído (INCROCCI; ANDRADE, 2017, p.209).

Em 2010, com a publicação do Decreto nº 7.416/2010, tratou –se do fomento para o pagamento de bolsas para a atuação do universitário em programas e projetos de extensão. Conforme trata a Política Nacional de Extensão Universitária (2012), organizada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o processo de mudança de paradigma da extensão universitária inicia no financiamento de suas ações:

O fortalecimento da Extensão Universitária depende de mudanças em seu processo de financiamento, de forma a garantir não apenas o necessário aumento quantitativo dos recursos, mas também maior estabilidade, solidez e transparência destes, assim como sua focalização em áreas prioritárias.[...] A estabilidade, solidez e transparência do financiamento são logradas principalmente pela garantia de recursos públicos, tanto da União, estados e municípios quanto das próprias Universidades, desde que alocados por meio de procedimentos publicizados e compreensíveis ao cidadão comum. É importante ainda que essa alocação seja feita de forma integrada, priorizando o financiamento de projetos e programas, de forma a superar a fragmentação e o caráter eventual do financiamento, maximizando-se, assim, sua utilização. A focalização de recursos pode ser alcançada por meio dos editais, cuja multiplicação tem possibilitado a expansão da Extensão Universitária. Considerando o importante efeito desses instrumentos na indução das políticas públicas, são necessários, doravante, esforços no sentido de garantir sua incidência sobre as áreas

de atuação definidas como prioritárias da Extensão Universitária (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - FORPROEX”, 2012)

Desta forma torna-se regulamentada a alocação de recursos para as universidades federais, no âmbito do MEC, foi uma iniciativa importante para a garantia de financiamento público para as ações extensionistas, com as qualidades acima enumeradas (FORPROEX, 2012).

Após 2010, outras conquistas importantes e fortaleceram a condução da extensão para patamares de reconhecimento. Uma delas foi a terceira versão do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Vieira *et al.* (2017) traz em seu estudo uma ordem cronológica e conceitual das versões anteriores à versão vigente do PNE. Segundo os autores, a versão de 1962 preocupava-se com números ao que tange as questões orçamentárias da educação, assim como a indicação sobre a educação particular toma espaço no contexto social. A versão de 2001 nasce em um contexto político diferente da versão da década de 60, e traz o neoliberalismo como frente para a “manipulação e pseudodemocracia”, porém traz temas como igualdade e democracia em seu texto. A versão atual ainda traz o neoliberalismo, porém suscita as questões sociais com mais abrangência.

Esta abrangência citada pelos autores aparece no estudo de Dalmolin e Vieira (2015), descrevendo que o Plano Nacional de Educação 2014-2024, recentemente aprovado, também tem metas orientadas para a democratização do acesso à educação, com inclusão e qualidade. Nesse sentido, tem destaque a meta 12, estratégia 12.7, que estabelece a necessidade de “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

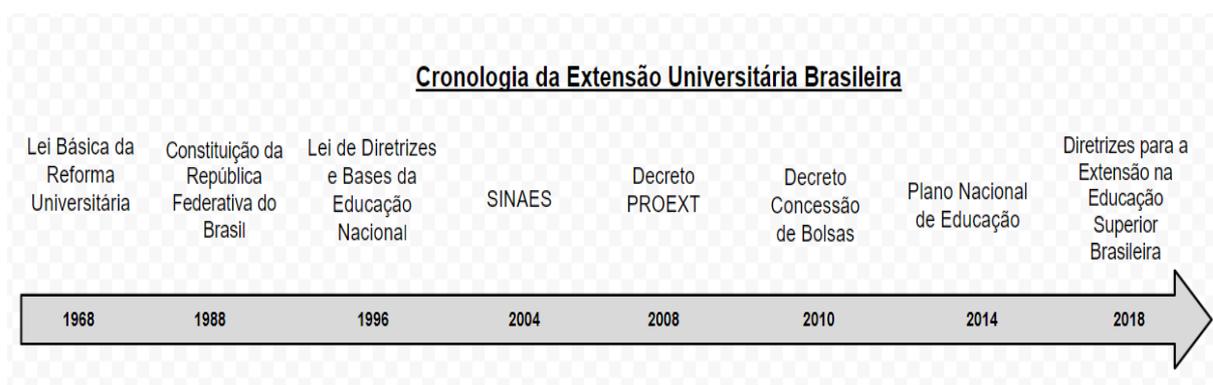
Carbonari e Pereira demonstram, já no seu estudo de 2007, que as discussões envolvendo a extensão universitária partem do pressuposto de que esta atribuição da universidade deveria cumprir papel importante na busca de soluções para problemas sociais. Porém, confirmam as autoras, que a universidade fica imersa ao contexto político, social, econômico e cultural da sua própria finalidade.

Práticas propostas por grupos expressivos vão além da contextualização de como fazer a extensão universitária, prova disto é o que ocorreu em 2018, com a proposta do Conselho Nacional de Educação, juntamente com a Câmara de Educação Superior que atuam no Ministério da Educação, em de fato, constituir as diretrizes para as ações universitárias em atendimento ao PNE e ao que preconiza também a LDB, assim como o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Após discussões e aprofundamentos na seara da Extensão Universitária, diante da necessidade de estabelecer diretrizes fortes e concretas que pudessem conduzir as ações da extensão universitária, foi publicada a Resolução nº 07/2018/CNE/MEC, regulamentando o que dispõe a Meta 12, estratégia 7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014. O parecer, homologado em Diário Oficial da União no dia 17 de dezembro de 2018, deu origem a esta resolução trazendo não só as concepções da extensão universitárias, tão necessárias para o entendimento das instituições de ensino superior, mas também a orientação breve de como fazer a extensão. Devido à recente publicação deste último marco regulatório legal, não há indícios de publicações científicas que incidem sobre este assunto.

De forma a demonstrar cronologicamente a extensão universitária ao que tange os marcos legais considerados neste estudo, apresenta-se a Figura 3:

Figura 3 - Cronologia da Extensão Universitária no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

### 2.2.1 A Avaliação Institucional e a Extensão Universitária

A avaliação universitária, apesar de ser consideravelmente recente, vem passando por um processo de transformação. As políticas de avaliação da educação superior implementadas desde a década de 1980, caracterizadas pela diversidade de instrumentos e resultados genéricos, pela fragmentação e estímulo à concorrência do sistema, apresentam uma série de deficiências e dificuldades na efetiva melhoria das instituições (ELPO, 2004).

A LDB traz em seu texto as diretrizes no tocante às responsabilidades da União e dos Estados Federativos sobre a avaliação da educação superior. Desta forma, em 2004 foi promulgada a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES e apresenta 10 dimensões que avaliam as instituições de Ensino Superior no contexto institucional, dos cursos e dos estudantes. Dentre

elas está a Dimensão 2, Eixo 3, conforme o Quadro 3 demonstra, voltados para avaliação das Políticas para ensino, pesquisa e extensão:

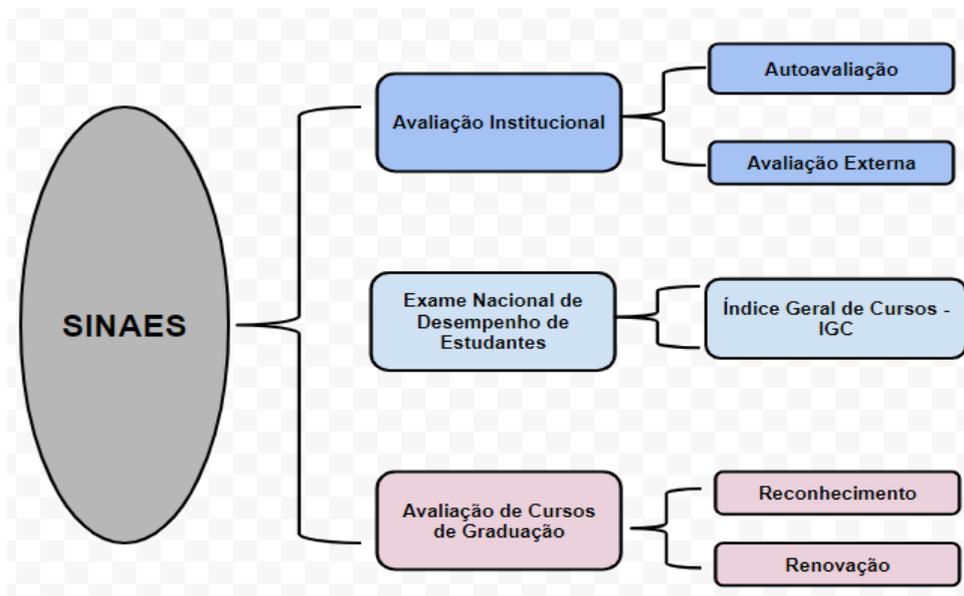
Quadro 3 - Dimensões e Eixos do SINAES

EIXOS	DIMENSÕES
<b>Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional</b>	Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação
<b>Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional</b>	Dimensão 1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3 - Responsabilidade Social da Instituição
<b>Eixo 3 - Políticas Acadêmicas</b>	Dimensão 2 - Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão Dimensão 4 - Comunicação com a Sociedade Dimensão 9 - Políticas de atendimento aos discentes
<b>Eixo 4 - Políticas de Gestão</b>	Dimensão 5 - Políticas de Pessoal Dimensão 6 - Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10 - Sustentabilidade Financeira
<b>Eixo 5 - Infraestrutura Física</b>	Dimensão 7 - Infraestrutura física

Fonte: Elaborado pela autora (2019), adaptado de INEP (2019).

A estrutura do SINAES compreende a avaliação institucional, o exame de desempenho dos estudantes – ENADE e a avaliação dos Cursos de Graduação.

Figura 4 - Estrutura do SINAES



Fonte: Elaborado pela autora (2019), adaptado de INEP<sup>6</sup> (2019).

6 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Dias Sobrinho (2008; 2010; 2013) avança no sentido da análise do instrumento do SINAES como sistema de avaliação, contrapondo a atuação sistemática dos processos avaliativos:

“A avaliação institucional, interna e externa, é o processo central do SINAES. Consiste em um amplo balanço que cada instituição deve fazer para conhecer-se mais profundamente, refletir sobre suas responsabilidades, seus problemas e potencialidades, enfim, planejar e estabelecer metas para melhorar a qualidade em todas as dimensões institucionais e educativas. Nesse amplo e participativo processo de reflexão e debate público, os atores da comunidade educativa devem pôr em foco de questionamento os significados e os valores científicos, sociais, éticos, estéticos, etc. dos conteúdos, produtos, atividades, meios, fins e resultados que constituem o cotidiano da realidade concreta de uma instituição. Além de aspectos técnicos, esses processos têm uma dimensão profundamente ética e educativa, pois, contribuem para a melhora institucional e social. Por isso, a avaliação deve ser um processo global e contar com a participação comprometida de professores, estudantes e técnicos, além de representantes da comunidade externa” (DIAS SOBRINHO, 2008b, p. 819).

Os elementos que passaram a constituir a avaliação da educação superior no Brasil e, apresentam uma variedade de instrumentos, com diferentes concepções e objetivos que têm constituído a trajetória histórica da avaliação nesse nível de ensino. Ao analisar a estrutura formal do tão esperado Sistema Nacional de Avaliação, buscamos avaliar o verdadeiro sentido de sua constituição: se por um lado a avaliação tem sido substanciada pelo caráter formativo, comprometida com a transformação acadêmica e emancipatória e, se por outro, a avaliação está sendo mais vinculada ao controle e à regulação, mais centrada na política de resultados e do valor de mercado. As duas concepções parecem dar conta dos aspectos estruturantes, seja em relação à própria expectativa do Estado, na necessidade de se estabelecer políticas de regulação e controle, seja em relação à perspectiva de fortalecimento da dimensão filosófica enquanto possibilidade de “[...] conhecimento, interpretação, atribuição de juízos de valor, organização e instaurações de ações e metas para melhorar o cumprimento das finalidades públicas e sociais das instituições”. (DIAS SOBRINHO; RISTOFF, 2003, p. 43).

Para contextualizar extensão no parâmetro do SINAES, Carbonari e Pereira (2007) indicam que a extensão deve submeter-se de forma contínua a um processo avaliativo que lhe permita verificar a efetividade de suas ações.

Arroyo e Rocha (2010) defendem que é preciso reconhecer que a avaliação da extensão universitária é bastante recente e que os investimentos na avaliação da extensão começam a ocorrer apenas em 2004 com a normatização do SINAES, tendo como função avaliar as instituições de ensino, os alunos e os cursos.

A avaliação é um processo aberto à polissemia, mas não deve ser dispersiva. Por isso, a avaliação da educação superior não pode perder o seu foco principal, para também não perder

sua eficácia social e pedagógica. Em outras palavras, sua referência central são os papéis essenciais da educação superior (DIAS SOBRINHO, 2008a).

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004).

Elpo (2004) critica a visão da avaliação da instituição mediante a extensão, pois a deixa como sub função do ensino e da pesquisa, e indica que o SINAES traz uma nova proposta de avaliação da educação superior, representando uma evolução nas avaliações, e inserindo a extensão em um lugar específico e não secundária. A autora ainda instiga se a vontade política resultará na efetiva valorização das atividades extensionistas e as ações de intervenção social, além da prestação de contas devida da universidade à sociedade.

Para a inserção da universidade no quadro político- institucional, conforme sugere Paula (2013), a instituição precisa pautar-se em normativas para a organização de suas atribuições e desenvolvimento na seara do ensino, pesquisa e extensão. Diante disto o IFSC cria normativas para a execução das ações da extensão, a fim de desenvolver de modo consistente o processo de inserção do aluno no meio de atuação formativa. Na próxima seção serão verificadas as normativas que organizam a formação extensionista no IFSC.

### 2.3 NORMATIVAS DA EXTENSÃO NO IFSC

A universidade tratada como organização complexa é foco do estudo de Andrade (2002), que elucida o uso de instrumentalização por parte de seus dirigentes a fim de alcançar um futuro desejado. O autor ainda afirma que as universidades, tal qual as outras instituições, públicas ou privadas, possuem hierarquia de autoridade, criam normas e regras administrativas e distribuem tarefas especializadas entre seus membros.

Desta forma, o IFSC, objeto deste estudo, construiu uma história de 110 anos e acompanhou processos educacionais históricos na configuração do ensino brasileiro, conforme demonstra Pacheco (2011):

A transição do século XX para o século XXI coincidiu com uma mudança paradigmática de grandes proporções. A fragilização dos modelos explicativos, a derrocada do socialismo e a revolução nos costumes criaram crises identitárias em todos os níveis. Apesar disso, uma nova perspectiva para a vida humana é o objeto que nos move neste início de século e de milênio. O aspecto simbólico dessa passagem reitera questões que continuam urgentes, que mobilizaram o desejo e a energia de trabalho das gerações que nos antecederam. Entre essas questões encontra-se a educação, que foi particularmente atingida pela crise e pelas políticas neoliberais, perdendo suas referências. Como política social capaz de emancipar, sua força deve ser renovada por meio de projetos criativos e desafiadores (PACHECO, 2011 p.05).

Em 2008, a “lei de criação dos Institutos Federais” é promulgada sob nº 11.892, e equipara estas autarquias às universidades federais. Desta forma, toda a legislação concernente ao Ensino Superior abrange os institutos federais, dentre eles o IFSC.

Nesse contexto, o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição, identificada e pactuada com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social. (PACHECO, 2011, p.17)

Após publicada a Lei nº 11.892/2008, o IFSC criou seu Estatuto, aprovado pela Resolução nº 28/2009, emitida pelo Conselho Superior desta instituição. O estatuto traz a “constituição em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar. O IFSC será supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e reger-se-á pela legislação federal que lhe for pertinente, pelo presente Estatuto, pelo Regimento Geral, pelos Regimentos dos Órgãos da Administração Superior e dos Campi e pelas Resoluções de seus órgãos (IFSC, 2009).

No Estatuto do IFSC, é demonstrada a estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas e demanda as atribuições desta instância ao que concerne a extensão no sentido de desenvolver políticas educacionais. A Figura 5 contempla a estrutura organizacional da PROEX no IFSC:

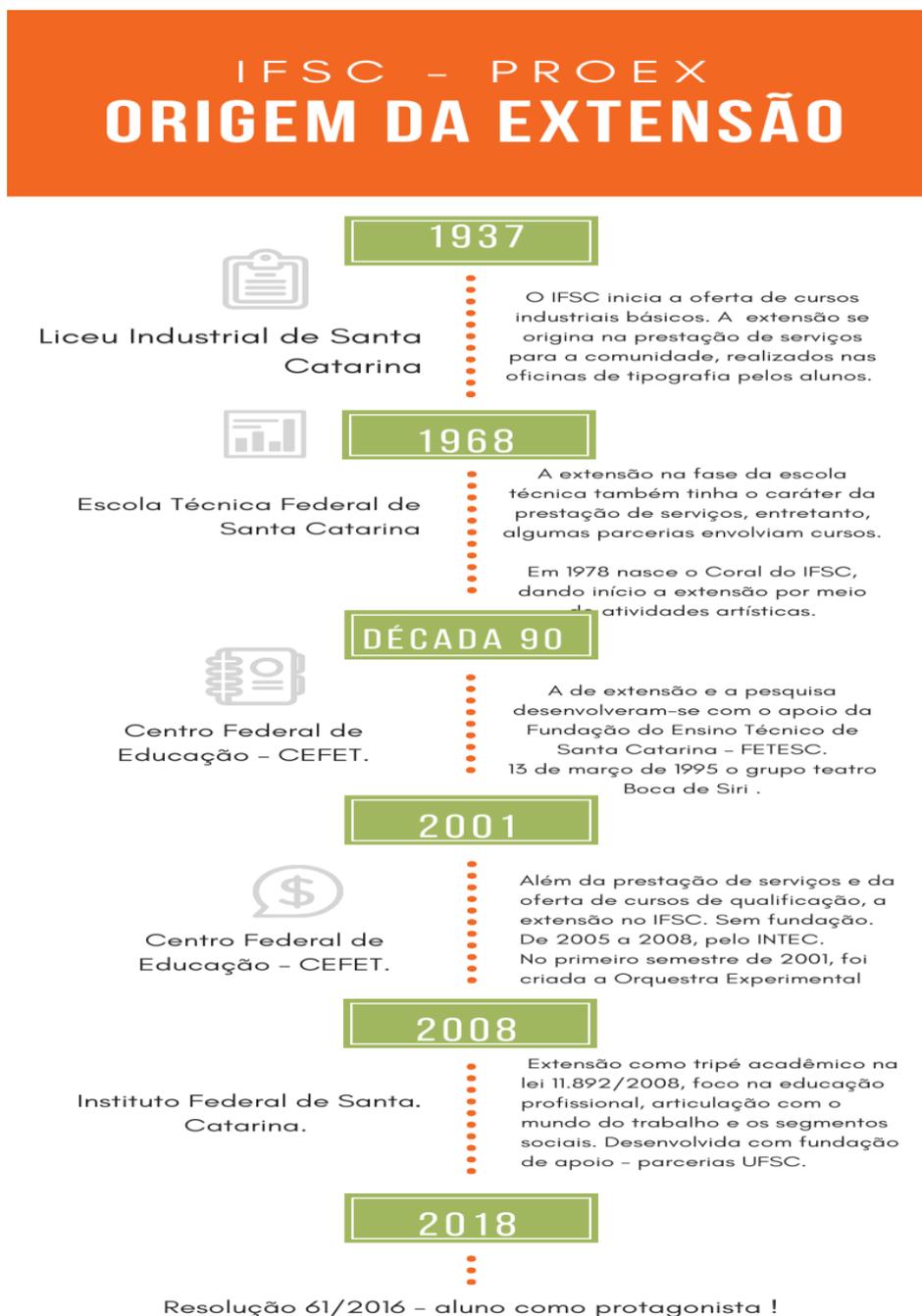
Figura 5 - Organograma PROEX-IFSC



Fonte: IFSC (2019).

Considerando a historicidade do IFSC nas tratativas da extensão, verifica-se o início de ações extensionistas nos anos 1930, onde são realizadas ações de atendimento à comunidade, como identifica a cronologia de Kuba (2018) na Figura 6 - Cronologia da Extensão no IFSC.

Figura 6 - Cronologia da Extensão no IFSC



Fonte: Kuba (2018).

Assim, o IFSC, em 2010, publica na Resolução nº 54/2010, emitida pelo Conselho Superior desta instituição, que aprova o Regimento Geral e inicia em seu Artigo 1º com o texto: “O presente Regimento Geral disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC, com o objetivo de complementar e

normatizar as disposições estatutárias, bem como estabelecer a dinâmica das atividades acadêmicas e administrativas e das relações entre os órgãos da instituição”.

A extensão é abordada neste documento no sentido de regular a atuação do Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas como membro nato do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, sendo que esta instância é deliberativa para normatizar e orientar as ações de extensão no IFSC.

Já em 2016, diante da publicação do Plano Nacional de Educação, instituído sob a Lei nº 13.005/2014, que traz em seu texto a normatização sobre a inclusão de 10% da carga horária total dos cursos superiores atribuídas a atividades de extensão, fez com que o IFSC normatizasse as atividades de extensão pela segunda vez. Desta feita, a Resolução nº 61/2016 revogou a Resolução nº 20/2013, e regulamentou as atividades de extensão atribuídas aos currículos dos cursos e vida acadêmica dos alunos, definindo objetivos, instituindo princípios, constituindo as atividades de extensão e deliberando sobre o fomento e gestão dos recursos. Observa-se que a Resolução nº 61/2016, revogou a resolução nº 20/2013, também aprovada pelo CONSUP, pela alteração de entendimento sobre as atividades de extensão e também sobre o conceito da atuação da extensão perante a sociedade. Para ilustrar a alteração de discernimento sobre a extensão, diante da normativa institucional, o Quadro 4 demonstra o entendimento das duas resoluções, com o lapso temporal de construção do conceito da extensão no IFSC, com base no estudo de Kuba (2018).

Quadro 4 - Compara o conceito sobre extensão e o entendimento sobre atividades extensionistas no IFSC

<b>Norma</b>	<b>Concepção de Extensão</b>	<b>Definição de Atividade de Extensão</b>
Resolução 20/2013/Conselho Superior/IFSC <b>(revogada pela resolução nº 61/2016)</b>	A extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, viabiliza a relação entre o IFSC e a sociedade. Parágrafo único. As atividades de extensão devem ter relação com a comunidade externa do IFSC	A extensão compreende um conjunto de atividades em que o IFSC promove a articulação entre os saberes (acadêmico, científico e tecnológico) e a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido.
Resolução 61/2016/Conselho Superior/IFSC <b>(revogou a resolução nº 20/2013)</b>	A extensão é entendida como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFSC e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa.	As atividades de extensão são aquelas relacionadas ao compartilhamento mútuo de conhecimento produzido, desenvolvido ou instalado no âmbito da instituição e estendido à comunidade externa.  § 1º As atividades de extensão devem promover a transformação social no entorno dos câmpus do IFSC envolvendo servidores e discentes por meio de programas, projetos, cursos, eventos ou produtos.  § 2º Para fins desta resolução, considera-se extensionista todo servidor, discente ou cidadão da comunidade externa com vínculo oficial em atividades de extensão do IFSC.

Fonte: Elaborado pela autora (2019), adaptado de Kuba (2018).

Por fim, cronologicamente, a última normativa é o Regulamento Didático Pedagógico, publicado e aprovado em 2018 pelo Conselho Superior, por meio da Resolução nº 20/2018. O regimento de 2018 revoga os outros dois regimentos: de 2014 e 2016 e determina no Artigo nº 116:

Art. 116. Todos os cursos de graduação deverão assegurar, no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação, em programas e projetos de extensão, orientando sua ação para áreas de grande pertinência social (PNE, meta 12.7), definidas por regulamento próprio. Parágrafo único. As atividades de extensão comporão o histórico escolar do aluno (IFSC,2018).

No próximo item, será demonstrado o processo de curricularização do IFSC, considerando o histórico construído pela instituição até o momento.

### **2.3.1 O processo de Curricularização da Extensão no IFSC**

O questionamento de Young (2014) sobre o que os alunos deveriam saber ao deixar a escola, é ainda corroborando com outra questão do próprio autor: “o que ensinar na escola? ”.

As perguntas relativas ao currículo estão longe de ser diretas e claras – e isso é dificultado pelo fato de que todo mundo acha que tem respostas para elas, especialmente em relação ao currículo escolar. Aqueles que detêm o poder político em geral não reconhecem a autoridade do conhecimento dos especialistas em currículo. Essa falta de reconhecimento é parcialmente por nossa culpa: há pouco acordo entre os especialistas em currículo sobre qual deveria ser o objeto de sua teoria (YOUNG, 2014).

Litwin (2006) sublinha que os currículos devem atender compreensões e práticas profissionais desde o início dos estudos. Defende o autor que o contato precoce com o meio de atuação permite o reconhecimento e a visualização dos problemas em questão, assim como a participação prática junto a um professor incentiva as compreensões e intervenções incentiva a ação e instiga ao desafio.

Nessa direção, a concepção ético-política, que deveria nortear o esforço para pensar a transversalidade entre extensão, pesquisa e ensino, sustentaria uma concepção “avançada” de universidade e, por conseguinte, seria capaz de estabelecer de maneira mais adequada, ou seja, dialógica e conflitiva, a relação entre universidade e sociedade (DALMOLIN e VIEIRA, 2015).

Young (2014) ainda retrata sobre a teoria do currículo, dizendo que há dois significados quando se incide que o currículo tem papel normativo: um deles é referente à norma e regra que orientam a construção destes documentos e outro refere-se ao fato de que a educação sempre implica em valores morais sobre a sociedade.

Tratando de quesitos normativos, o IFSC, em 2016, passou a apresentar as atividades de Extensão no IFSC regidas pela resolução nº 61/2016 do Conselho Superior/ IFSC. A necessidade de atualização das diretrizes dessa área decorre tanto de processo de implementação de novo sistema integrado de gestão quanto ao contexto de qualificação da prática extensionista em curso no país a partir de documentos norteadores, tais como o Plano Nacional da Educação (2014-2024). As diretrizes hoje vigentes na extensão do IFSC refletem ainda uma normativa mais adequada à realidade dos Instituto Federais, com capilaridade geográfica e atendimento educacional para além do ensino superior. Atualmente, o IFSC desenvolve cinco tipos de atividades de extensão; eventos, programas, projetos, cursos e produtos (IFSC, 2018).

A ação extensionista, interdisciplinar por natureza, ao abordar a realidade em sua plenitude, promove a produção de conhecimento de forma integrada. Dessa forma, a extensão não pode ser vista fora do processo acadêmico, divorciada da pesquisa e do ensino (FORPROEXT, 2001).

Sobre a interdisciplinaridade, Paviani (2008) argumenta que ela nasce da necessidade de realizar a formação do ser humano em sua integralidade, não sendo apenas um ato de vontade ou decisão externa.

A extensão universitária ao proporcionar a comunicação-ação entre IES e outros segmentos da sociedade, retoma com o estudante a criticidade de seu papel profissional, imerso em um contexto do qual ele nunca saiu, mas que passou a ser significado cientificamente como outro lugar, geralmente chamado de comunidade ou sociedade, como se estes fossem outro universo, não o mesmo que a própria conjuntura da universidade (FORPROEX, 2012).

Como pano de fundo dessa abordagem pragmática de incluir atividades de extensão no currículo dos cursos superiores reside um desafio antigo de movimentos da rede extensionista brasileira: tornar realidade a aprendizagem dialógica e significativa tanto para os aprendizes e 247 educadores quanto para a sociedade externa à IES - que se torna parte do movimento e recebe benesses vindas da ação (não mais discursiva) da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. O processo de curricularização da extensão é coordenado pela Diretoria de Extensão, que fica localizada na Reitoria do IFSC, na capital Florianópolis.

Um dos primeiros desafios da equipe de execução da curricularização reside justamente na comunicação dos envolvidos, considerando que nem todos os educadores têm atuação extensionista e, principalmente, que para “incluir no currículo” é necessária antes uma etapa reflexiva e administrativa de formação e revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). A estratégia de curricularização da extensão no IFSC pode ser sintetizada nas seguintes etapas: (1) sensibilização para o potencial da extensão; (2) formação de extensionistas; (3) revisão dos PPC; (4) acompanhamento pedagógico e gestão do ensino integrado à pesquisa e à extensão; e (5) balanço social institucional por curso curricularizado com programa de acompanhamento de egressos dos cursos superiores do IFSC antes e depois da obrigatoriedade de atividades de extensão (IFSC, 2018).

Com esse movimento vivo entre ensino e pesquisa, a Extensão dá significado aos conteúdos da sala de aula e coloca em xeque continuamente as certezas da ciência, reorientando avanços sempre próximos da realidade do entorno de seus 22 câmpus. As empresas, indústrias, governos, empreendedores, autônomos e outros públicos também podem demandar atividades extensionistas ao IFSC. A sinergia entre instituto de ciência e tecnologia, sociedade civil organizada e empresariado é uma excelente forma de promoção do desenvolvimento educacional integral. (IFSC, 2018).

As Diretrizes de Extensão Universitária do IFSC estão em estreito alinhamento com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da UNESCO (IFSC, 2018). Em atendimento ao

que consta na Lei nº 13.005/ 2014, que institui o Plano Nacional de Educação - PNE, em sua meta 12 e estratégia 12.7, que orienta assegurar no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de pertinência social, o IFSC inicia em 2014 o processo de curricularização da extensão, ou seja, alteração do Regimento Didático Pedagógico - RDP para adequação ao que consta no PNE (IFSC, 2018). Na Figura 1, são demonstrados os 17 (dezesete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da UNESCO, os quais o IFSC alinha-se na construção das atividades de extensão:

Figura 7 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da UNESCO



Fonte: Nações Unidas (2019).

Desta forma, o IFSC desde 2014, é signatário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que preveem ações mundiais em diversas áreas, tais como: erradicação da pobreza, segurança alimentação, saúde, educação, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, crescimento econômico inclusivo, entre outros. (IFSC, 2019). Na Figura 8, é demonstrado o selo de organização signatária dos ODS em Santa Catarina:

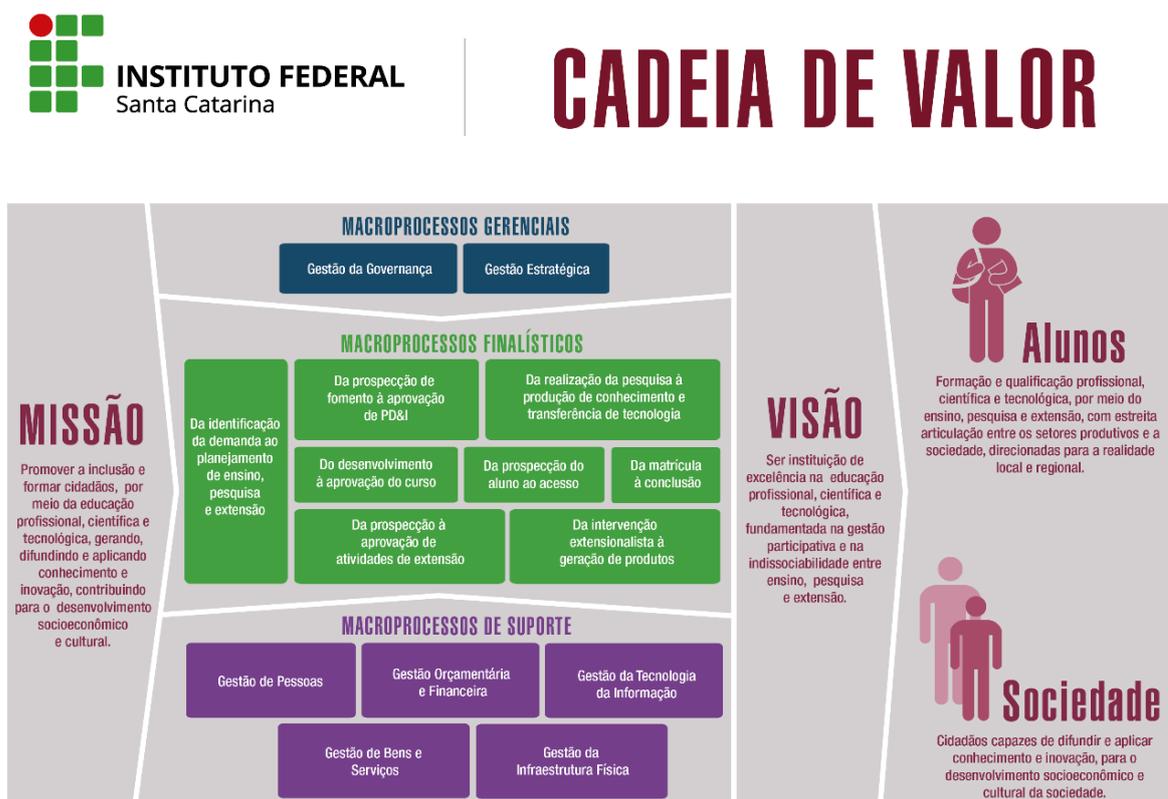
Figura 8 - Selo de Organização Signatária dos ODS em Santa Catarina



Fonte: IFSC (2019).

Ainda sobre as ações na gestão da extensão no IFSC, a Portaria do Reitor nº 08 de 02 de janeiro de 2018/IFSC, aprovou a Cadeia de Valor e a Arquitetura de Processos do IFSC, considerando o Planejamento de Desenvolvimento Institucional 2015-2019. A cadeia de valor demonstra dentro da missão e visão da instituição, os macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte com foco nos alunos e na sociedade, conforme demonstra-se a Figura 9:

Figura 9 – Cadeia de Valor



Fonte: IFSC (2018).

A figura 10 traz o desenho dos macroprocessos finalísticos, sendo estas atividades essenciais que a instituição executa para cumprir sua missão. Na identificação da demanda ao planejamento de ensino, pesquisa e extensão, é possível a compreensão da arquitetura que proporciona a visão macro da instituição.

Figura 10 - Detalhando os Macroprocessos Finalísticos



Fonte: IFSC (2018).

Conforme demonstrado na figura 11, 3 (três) macroprocessos finalísticos que trazem a extensão são identificados. A Figura 11 detalha os processos inseridos nos Macroprocessos Finalísticos que contém atividades de extensão:

Figura 11 - Processos inseridos nos Macroprocessos Finalísticos

MACROPROCESSO	PROCESSOS
Da identificação da demanda ao planejamento de ensino, pesquisa e extensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar Egressos</li> <li>• Avaliar Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão</li> <li>• Analisar Arranjos Produtivos Locais, Sociais e Culturais</li> <li>• Analisar Demandas Sociais</li> <li>• Estabelecer Diretrizes para Ensino, Pesquisa e Extensão</li> <li>• Definir a Oferta de Cursos e Vagas (POCV)</li> </ul>
Da prospecção à aprovação de atividades de extensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articular Relações Externas</li> <li>• Desenhar Intervenções Extensionistas</li> <li>• Viabilizar Intervenções Extensionistas</li> <li>• Aprovar Intervenções Extensionistas</li> </ul>
Da intervenção extensionista à geração de produtos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Executar Intervenções Extensionistas</li> <li>• Avaliar Impactos Das Intervenções Extensionistas</li> <li>• Gerir Produtos Das Intervenções Extensionistas</li> </ul>

Fonte: IFSC (2018).

Para a construção da curricularização da Extensão no IFSC, a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino, estabelece cronograma para realização do trabalho, conforme demonstrado no Quadro 5:

Quadro 5 - Etapas do processo de curricularização da Extensão Universitária

<b>Etapa 1 – Sensibilização ao processo de curricularização da extensão</b>	
<b>Período</b>	<b>Ação</b>
Junho de 2016	Criação da comissão de curricularização da extensão no IFSC.
Julho de 2016	Início da campanha de curricularização da extensão no IFSC.
Agosto de 2016	Seminário sobre curricularização da extensão no IFSC com as coordenadorias de cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados.
Agosto a Dezembro de 2016	Formações regionalizadas com Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos câmpus e DIREX/PROEX.
Outubro de 2016	Oferta do FIC – Formação de extensionistas em parceria com o Cerfead.
<b>Etapa 2 – Revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC)</b>	
<b>Período</b>	<b>Ação</b>
A partir da formação com o respectivo NDE	Elaboração da seção dedicada às Atividades de Extensão nos projetos pedagógicos dos cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados.
120 dias após a formação	Entrega da 1ª versão PPC.
180 dias após a formação	Entrega da 2ª versão PPC.
240 dias após a formação	Submissão da versão final ao CEPE.
Dezembro de 2017	Conclusão da Revisão dos PPC.
<b>Etapa 3 – Oferta dos cursos com previsão de 10% da carga horária em atividades de extensão</b>	
<b>Período</b>	<b>Ação</b>
2018-1	Primeira possibilidade de campanha de ingresso IFSC com oferta de alguns cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados com creditação curricular de atividades de extensão.
2018-2	Finalização da primeira rodada de curricularização.

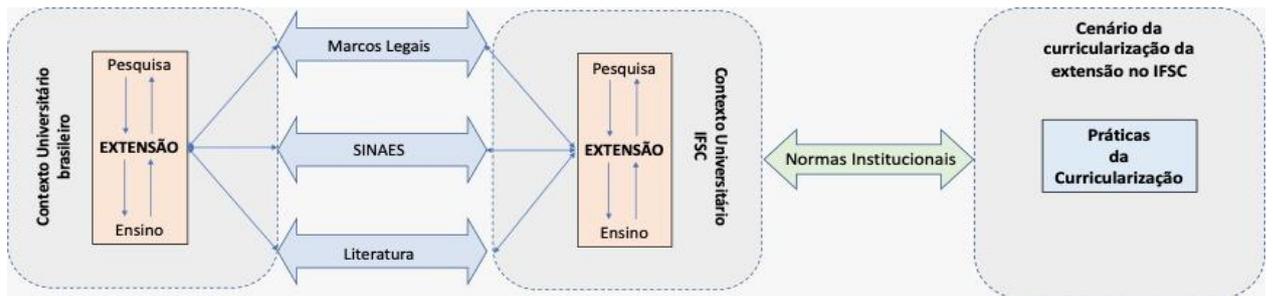
Fonte: IFSC (2018).

Sobre o processo de curricularização, o IFSC expõe sobre a necessidade de estruturação e da revisão dos currículos, atendendo aos marcos legais pertinentes:

O movimento de interiorização da oferta da educação superior desafia (pelo currículo) que a formação dê aos egressos subsídios inventivos para que estes busquem o desenvolvimento no seu próprio entorno, enfraquecendo movimentos de êxodo de gerações economicamente ativas. Espera-se em médio prazo a geração de balanço social institucional em cursos curricularizados com programa de acompanhamento de egressos, o que permitirá um comparativo 248 da inserção dos cursos superiores do IFSC antes e depois da obrigatoriedade de atividades de extensão. Hoje, sem atividades curriculares de extensão obrigatórias nos currículos, sabe-se que o envolvimento dos estudantes do IFSC é de 28,7%. Um primeiro indicador comparativo que deverá surgir nesse sentido, ano a ano até 2024, é o aumento de registro de projetos e programas de extensão do IFSC, bem como da porcentagem de estudantes envolvidos nestes, consequência da necessidade de oferta de atividades dessa natureza aos graduandos ao longo do curso (IFSC, 2018).

Diante do exposto, a proposta deste estudo baseou-se na análise da implementação da curricularização da extensão no ensino superior no contexto de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como pano de fundo normativas institucionais e marcos legais importantes para a educação superior brasileira. A Figura 12 traz o modelo da pesquisa a ser realizada:

Figura 12- Modelo da pesquisa



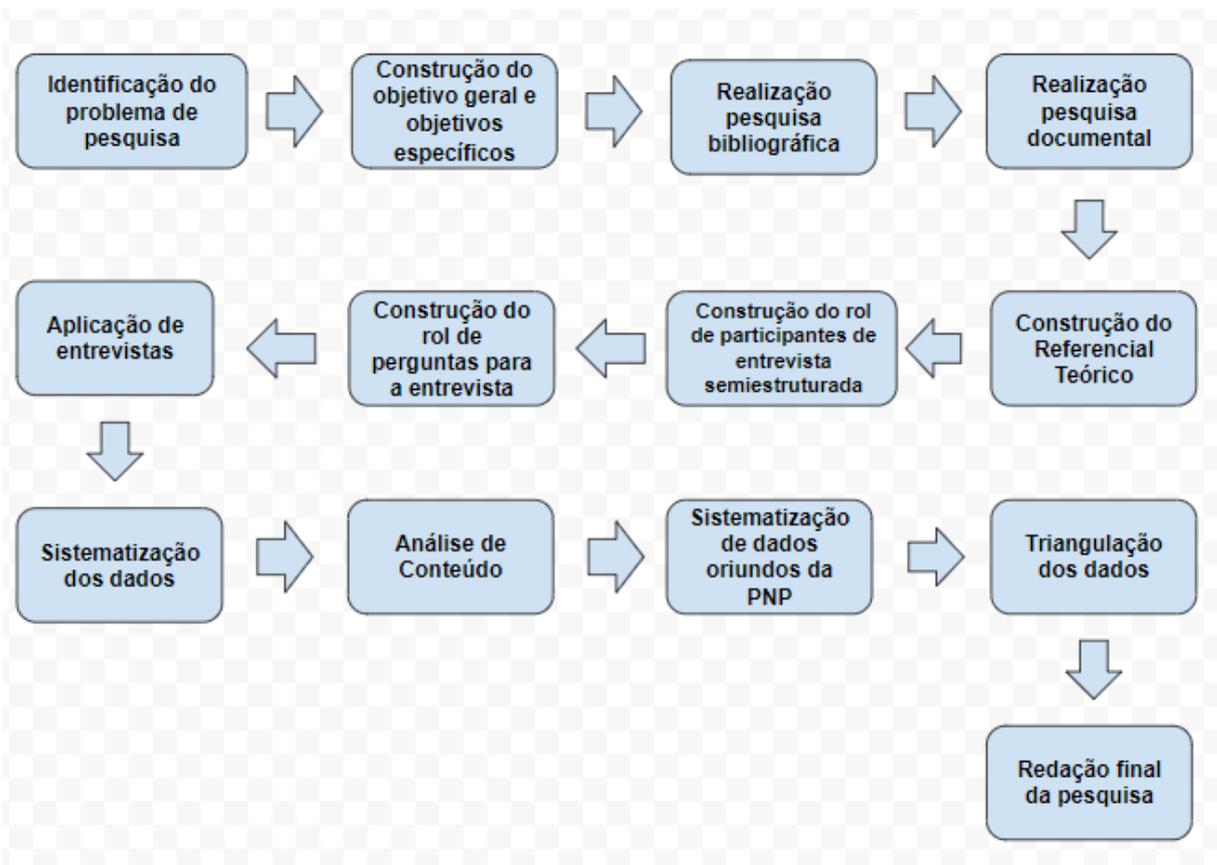
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Na próxima seção, será abordado o percurso metodológico realizado pela pesquisadora para obtenção dos objetivos elencados no estudo.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, será apresentado o percurso metodológico utilizado para desenvolver a pesquisa, a fim de atingir o objetivo geral apontado na proposta inicial do estudo. Minayo, (2001) defende que a teoria e a metodologia caminham juntas, enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. A figura 13 demonstra a ordem de execução e desenvolvimento da pesquisa:

Figura 13 - Etapas de desenvolvimento da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2019), adaptado de Gil (2002).

Em seguida, será demonstrado como procedeu a execução das etapas da pesquisa, diante do percurso metodológico proposto para a construção da pesquisa. Os próximos itens tratarão do delineamento metodológico, a coleta de dados e a análise e interpretação de dados.

### 3.1 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados (GODOY, 1995). A autora defende que as questões ou focos de interesses amplos vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. O estudo em questão foi desenvolvido com base em entrevistas, análise documental e bibliográfica, onde foi analisado o processo de curricularização no IFSC. A Figura 14 demonstra o resumo do delineamento metodológico utilizado no estudo.

Figura 14 - Resumo do Delineamento Metodológico

Classificação quanto aos objetivos de pesquisa	Classificação quanto à natureza da pesquisa	Classificação quanto à escolha do objeto de estudo	Classificação quanto à técnica de coleta de dados	Classificação quanto à técnica de análise de dados	Classificação quanto à abordagem metodológica	Classificação quanto à delimitação de tempo
Descritiva	Aplicada	Estudo de caso único	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrevista</li> <li>- Pesquisa documental</li> <li>- Pesquisa Bibliográfica</li> </ul>	Análise de Conteúdo	Qualitativa	Transversal

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

As escolhas da pesquisadora para o delineamento metodológico partiram de premissas de alguns autores especialistas em metodologia. A natureza da pesquisa é apresentada como **aplicada**, pois, segundo Thiollent (2009), a pesquisa denominada aplicada centra-se em problemas presentes em atividades de instituições, organizações, grupos ou atores sociais, construindo assim, diagnósticos e elaborando soluções para problemas previamente identificados, respondendo às demandas apresentadas pela sociedade e instituições.

Na escolha do objeto de estudo foi definido o **estudo de caso único**, considerando que se trata de investigação em instituição de ensino superior, sendo objeto o IFSC, na abordagem de assunto contemporâneo, a extensão universitária, e no contexto da vida real, tratando-se das recentes normas legais estabelecidas no Brasil. Desta forma, Yin (2005) defende que o objeto estudo de caso é investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Eisenhardt (1989) diz que o “estudo de caso é a estratégia de pesquisa que se concentra na compreensão da dinâmica presente em cenários únicos”, combinando métodos de coleta como entrevistas, questionários, arquivos e observação.

A abordagem metodológica neste estudo foi considerada **qualitativa e descritiva** quanto ao objetivo da pesquisa, pois é caracterizada pela condição de descrever a complexidade de determinado problema, analisa a interação de certas variáveis, compreende e classifica processos dinâmicos vividos por grupos sociais em situações reais, conforme Richardson (1999). O autor destaca ainda que esta abordagem de pesquisa contribui com o processo de mudança de determinado grupo e possibilita em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A delimitação do tempo considerada na pesquisa é **transversal**, que, segundo Collis e Hussey (2005), permite obter dados variáveis em diferentes contextos de forma simultânea.

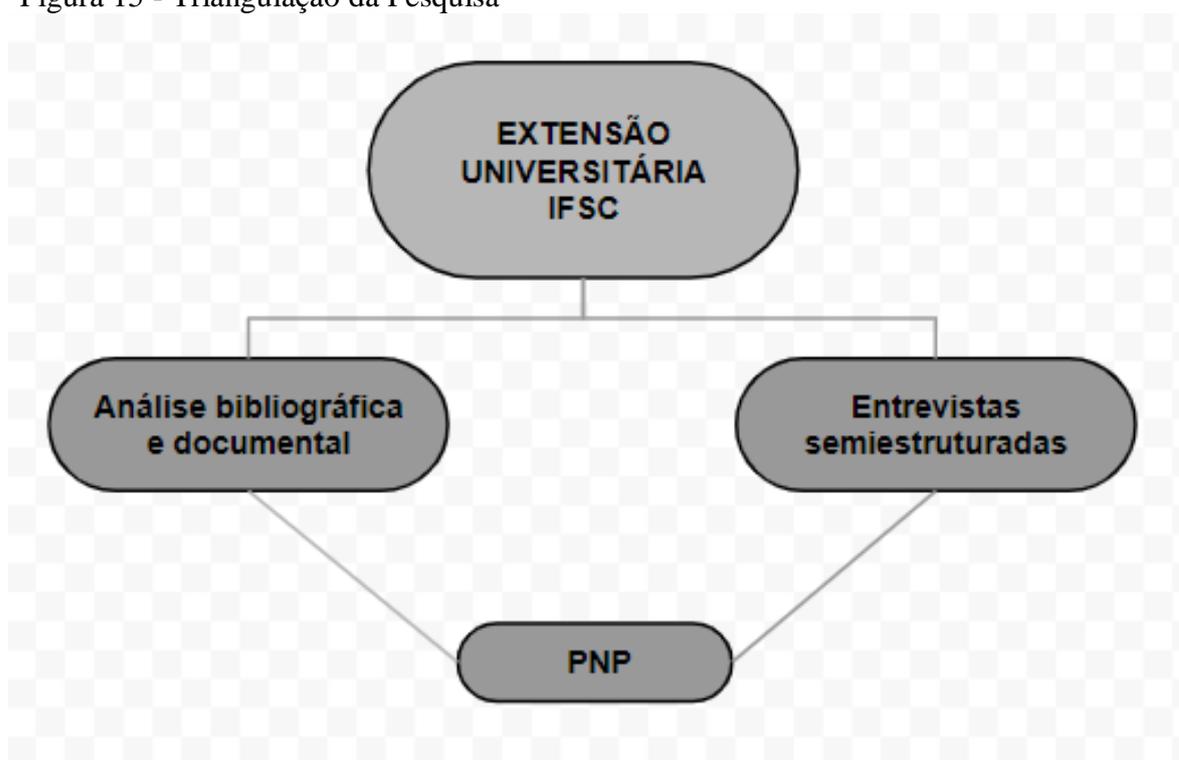
Sobre a **coleta de dados**, foram utilizados dados primários e secundários. Os dados primários consistiram na realização de entrevistas semiestruturadas, com participantes previamente elencados, compondo o rol que pode subsidiar dados para a contribuição à pesquisa. Como dados secundários, foram utilizadas bibliografias sobre a Extensão Universitária, assim como a pesquisa documental baseada em Leis, Decretos, Portarias e Resoluções publicadas pelo Governo Federal ao que concerne à Educação Brasileira e a Extensão Universitária. Para a realização da pesquisa, sobre o objeto de estudo, foram utilizadas também as normativas institucionais do IFSC, de forma documental, as quais contribuem com a gestão da extensão. Para Malhotra (2001), dados primários são aqueles não coletados anteriormente e produzidos para atender às necessidades específicas da pesquisa e os dados secundários são aqueles que já estão organizados e à disposição para consulta, como bibliografias e documentos.

Sobre as fontes de coletas de dados, a proposta inicial indicava que a pesquisadora obteria dados sobre a curricularização do IFSC no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, porém não foi possível pois o sistema ainda não está customizado e alimentado com as ações de extensão curricularizada. Para isso, foi utilizado relatório fornecido pela Diretoria de Extensão e Coordenação de Curricularização do IFSC, desta forma a pesquisadora obteve dados quantitativos quanto ao contexto atual da curricularização na instituição. A Plataforma Nilo Peçanha - PNP, sistema que faz a gestão da estatística da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pode prover dados quantitativos para suporte à pesquisa.

Isto exposto, a pesquisa utilizou-se da Triangulação afirmada por Flick (2009), que surge da combinação de perspectivas e de métodos de pesquisa apropriados para levar em conta o máximo possível de aspectos do mesmo problema. Considerando que a pesquisadora utilizou de referências bibliográficas sobre o assunto e referências documentais registradas em forma

de leis, decretos, portaria e resoluções sobre o tema, também realizou entrevistas semiestruturadas com rol de participantes previamente elencados e fez uso de sistema integrador da gestão universitária para obter dados quantitativos e qualitativos sobre o ensino superior da instituição, criou-se a triangulação para instrumentalização da pesquisa, conforme ilustrado na figura 15:

Figura 15 - Triangulação da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A próxima seção abordará a coleta de dados e seus instrumentos.

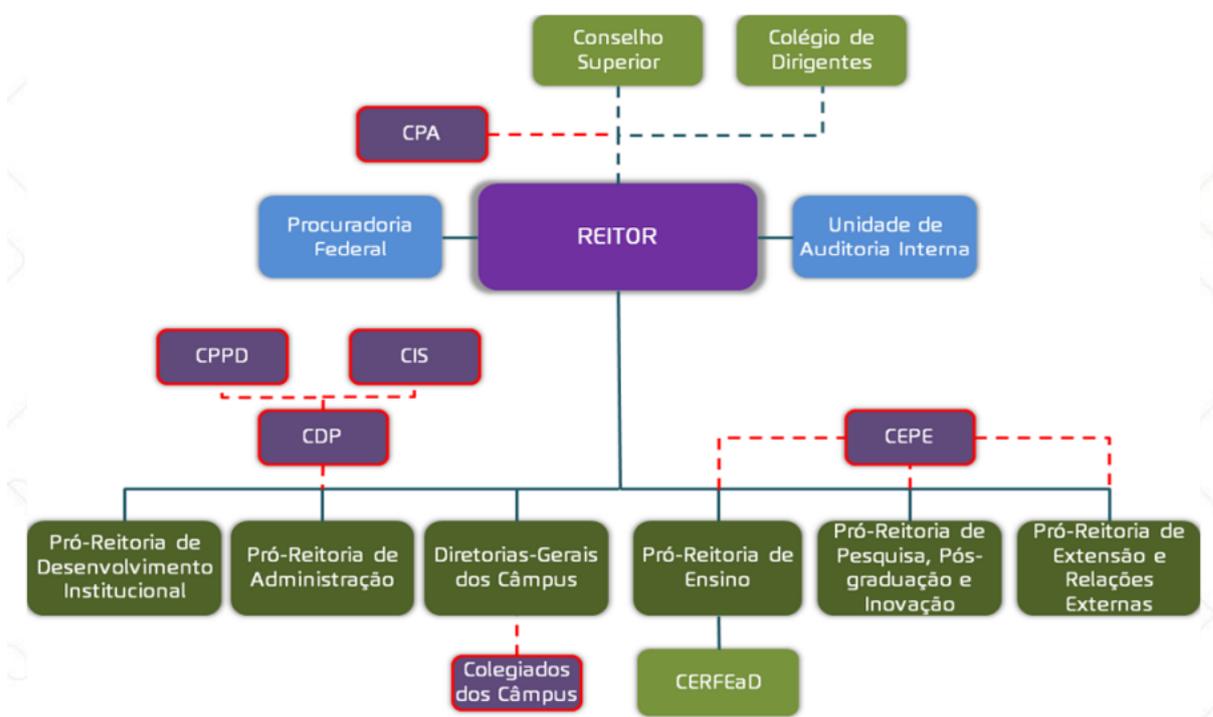
### 3.2 COLETA DE DADOS

Nesta seção, serão descritos os instrumentos utilizados na pesquisa qualitativa para a análise do contexto na extensão universitária no IFSC, considerando os marcos legais que tangem a seara da educação superior brasileira. Desta forma, é necessário antes desta abordagem, conhecer propriamente o objeto de estudo, a fim de contextualizar a pesquisa como um todo.

### 3.2.1 Objeto de Estudo

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal de ensino e atua na oferta de educação profissional, científica e tecnológica, oferecendo cursos nos mais diversos níveis: qualificação profissional, educação de jovens e adultos, cursos técnicos, superiores e de pós-graduação. Sua estrutura organizacional administrativa e didático-pedagógica independente, que possibilita a descentralização, flexibilizando e tornando possível a autonomia para os câmpus na operacionalização de suas ações (IFSC, 2019). A Figura 16 demonstra o organograma do IFSC.

Figura 16 - Organograma Geral do IFSC



Fonte: Relatório de Gestão IFSC (2018).

Em 1909, foi publicado o Decreto nº 7.566, de 23 setembro, instituindo a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina e assinado pelo então presidente Nilo Peçanha. A primeira sede foi instalada em Florianópolis no Estado de Santa Catarina. Eram ofertados ensino primário e formação para atendimento às demandas do setor produtivo e da sociedade da época (IFSC,2010). Em 2008, sob a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e equiparou estas instituições às Universidades Federais. A figura 17 demonstra o quadro cronológico do IFSC.

Figura 17 - Cronologia do IFSC



Fonte: IFSC (2019).

Após 110 anos de história, o IFSC atua em todas as regiões de Santa Catarina em 22 câmpus e 1 Centro de Referência em Formação e Ensino a Distância, 50 mil alunos atendidos e 700 cursos ofertados e 2.500 servidores. Os cursos ofertados atendem ao Ensino Médio, Graduação, Pós-Graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, formações iniciais e continuadas, nas modalidades presenciais e a distância. O mapa ilustrado na Figura 18 demonstra a atuação do IFSC em diversas cidades em todas as regiões do Estado.

Figura 18 - Mapa atuação do IFSC no território estadual



Fonte: Relatório de Gestão IFSC (2018).

Após apresentado o objeto de estudo, as próximas seções abordarão como ocorreu a coleta de dados do marco teórico, do marco legal, normativas do IFSC, entrevistas semiestruturadas e dos sistemas de apoio.

### 3.2.2 Coleta de Dados Marco Teórico

Para embasar a pesquisa e contribuir com o marco teórico, foi construído portfólio por meio de pesquisa em base de dados, conforme ilustrado pelo Quadro 6.

Quadro 6 - Acompanhamento da busca em bases de dados

<b>ACOMPANHAMENTO DE PESQUISAS</b>				
<b>Objetivo:</b> criar uma base de artigos referentes ao tema “Extensão Universitária e Curricularização”.				
<b>Base de dados</b>	<i>Portal Capes – acesso às bases de dados na interface CAFE-UNISUL</i> <i>ISI Web of Science da Thomson Reuters &lt;  <a href="http://www.webofknowledge.com">www.webofknowledge.com</a> &gt;</i> <i>SciELO – Scientific Electronic Library Online &lt;<a href="http://www.scielo.org">www.scielo.org</a>&gt;</i> <i>Scopus &lt;<a href="http://www.scopus.com">www.scopus.com</a>&gt;</i>			
<b>Palavras-chave</b>	Extensão Universitária e Curricularização			
<b>Primeiro Estágio</b>	<b>Refinamento Preliminar</b>	Inserção das palavras-chave em forma de descritores ("extensão universitária" OR "extension university" OR "extensión universitária") AND ("curriculum" OR "curricularização" OR "curricularisation") acompanhados de operadores booleanos <i>OU (OR) e (AND)</i> , nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa. Foram utilizadas aspas (“ ”) para que os termos com este signo viessem juntos no resultado. A busca foi realizada com a escolha do campo “Tópico” ou “Tópic”, trazendo assim resultados pelos termos, palavras-chave e títulos dos artigos científicos.		
<b>Resultado do Primeiro Estágio</b>	<b>SciELO</b>	<b>Web of Science</b>	<b>Scopus</b>	<b>TOTAL</b>
	167	30	3	200
<b>Segundo Estágio</b>	<b>Refinamento Avançado</b>	Delimitação tipo de documento “artigo”; Delimitação temporal de “2014 a 2019”; Delimitação de artigos “citáveis”.		

Resultado do Segundo Estágio	Scielo	Web of Science	Scopus	TOTAL
		65	11	2
<b>Terceiro Estágio</b>	<b>Refinamento Específico em Títulos e Resumos</b>		Leitura criteriosa dos títulos e resumos dos artigos delimitados no segundo estágio. No terceiro estágio foi possível elencar os artigos pertinentes à pesquisa, assim como retirar os títulos duplicados.	
Resultado do Terceiro Estágio	Scielo	Web of Science	Scopus	TOTAL
	4	4	1	9

Fonte: Elaborado pela autora (2019), adaptado de Gerber *et al.* (2013).

A base de dados *Web of Science*, base esta que disponibiliza textos completos, referenciais com resumos e estatísticas, apresentou diante dos descritores e operadores booleanos OU (OR) e (AND) "*extensão universitária*" OR "*extension university*" OR "*extensión universitária*" AND "*curriculum*" OR "*curricularização*" OR "*curricularisation*", 5 (cinco) resultados originários de publicação brasileira. Foram utilizadas aspas (“”) para que os termos com este signo viessem juntos no resultado, também foi aplicado filtro de limitação temporal para resgatar títulos publicados entre 2014 a 2019. No filtro “tipo de literatura” foi escolhido o modelo “artigo”, reduzindo o número de títulos para 3 (três), após a triagem apenas 1 (um) artigo foi salvo para efeito de aproveitamento na construção do marco teórico do estudo.

A pesquisadora fez outra busca na mesma base com apenas os descritores e operadores booleanos OU (OR) e E (AND), "*extensão universitária*" OR "*extension university*" OR "*extensión universitária*", desta forma o resultado passou para o número de 30 (trinta) artigos, aplicando a limitação temporal de 5 (cinco) anos restaram 24 (vinte e quatro) artigos, com aplicação do filtro “tipo de literatura” para modelo “artigo”, reduziu-se o número de títulos para 11 (onze). A origem destes 11 (onze) artigos são dos países Cuba, Argentina, Brasil, Costa Rica e Chile, sendo que Cuba é o país que mais publica sobre o assunto, resultando no rol de 6 artigos do total de 11 (onze) artigos da pesquisa final. Após a triagem de leitura dos artigos, 4 (quatro) foram selecionados.

A base de dados *Scielo* foi escolhida para compor o portfólio bibliográfico por ser uma fonte digital de livre acesso. Os descritores utilizados foram os mesmos inseridos na busca da base *Web of Science*, assim como os operadores booleanos. O resultado que a pesquisadora atingiu em um primeiro momento, sem aplicação de filtros de busca, foi de 167 (cento e sessenta e sete) resultados. Com a aplicação do filtro “ano de publicação”, foram delimitadas as aplicações de 2014 a 2019, chegando ao resultado de 70 (setenta) artigos. A delimitação de

artigos não citáveis excluiu um artigo, gerando o número de 69 (sessenta e nove) publicações. Foi delimitado o tipo de publicação para apenas “artigo”, resultando em 65 (sessenta e cinco) publicações. Destes 65 (sessenta e cinco artigos), a pesquisadora fez análise de cada um deles para verificação da pertinência em sua pesquisa, resultando após a triagem, em 4 artigos. Os países que apresentaram maior número de publicações foi a Argentina, seguida de Cuba, Brasil e Colômbia.

A terceira base de dados escolhida para construção da revisão sistemática da bibliografia foi a base *Scopus*, com a disponibilização de resumos e citações da produção científica. A base apresenta periódicos indexados, patentes e outros documentos de diversas áreas de conhecimento. Foram utilizados os mesmos descritores e operadores booleanos utilizados na primeira busca da base *SciELO* e *Web of Science*, assim como a aplicação de filtros utilizados na primeira base. Os resultados apresentaram 3 (três) artigos, sendo 1 (um) do Uruguai e dois artigos originários do Brasil. Após a triagem, 1(um) artigo foi selecionado, pois adequou-se mais propriamente ao tema da pesquisa e interesse da pesquisadora.

A pesquisadora também utilizou como protocolo de pesquisa, a verificação de teses e dissertações na Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, onde foi pesquisado na base o título “*Extensão Universitária*”, considerando o período de 2014 a 2019. Resgatou-se o número de 44 (quarenta e quatro) produções, sendo 36 (trinta e seis) dissertações e 8 (oito) teses. Em uma nova pesquisa na mesma base, agregou-se na busca o descritor “*curricularização da extensão*”, atingindo desta forma o número de 1(uma) dissertação. Foi verificado também o portfólio de Teses e Dissertações do Repositório Institucional da Universidade do Sul de Santa Catarina- UNISUL - RIUNI, onde foi encontrado, diante do descritor “*extensão universitária*”, 1 estudo da também servidora do IFSC, Juliana Pereira Michels. Nesta pesquisa é abordado o estudo de caso sobre o Programa de Extensão do IFSC intitulado “Mulheres SIM<sup>7</sup>”.

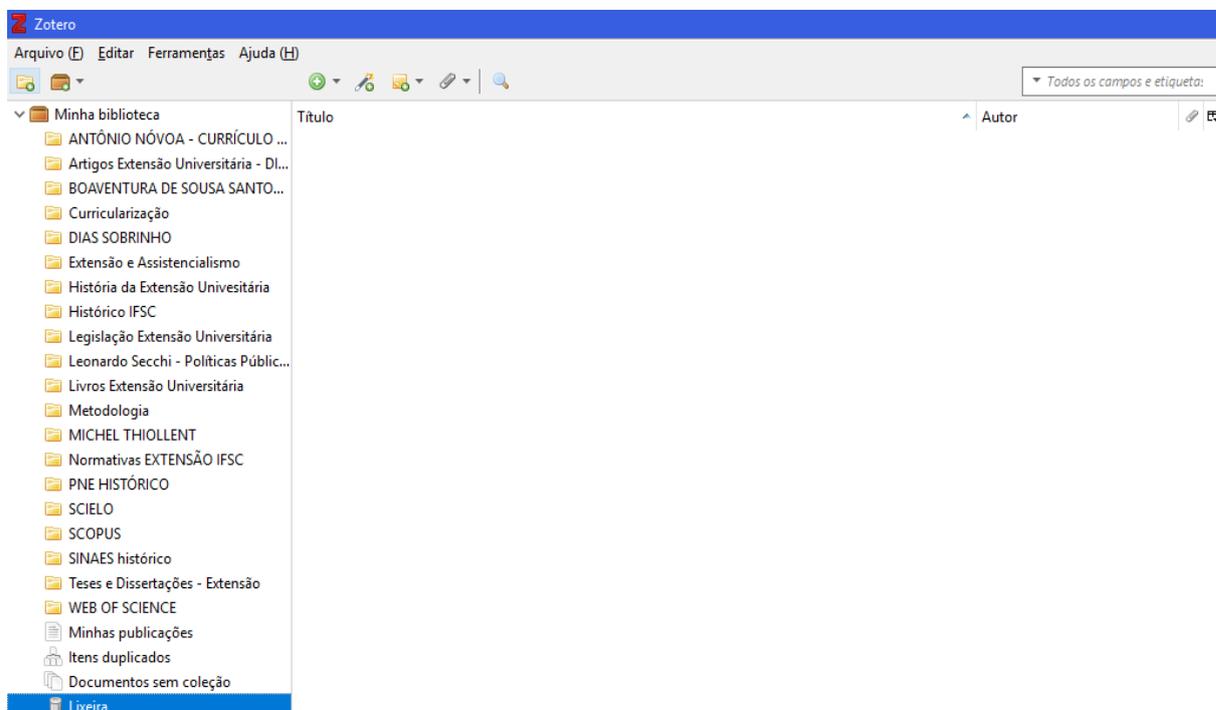
Para apoio à organização das referências bibliográficas, a pesquisadora utilizou o *software* gestor de referências *Zotero*, pois trata-se este de *software* livre, de código aberto e permite o gerenciamento livre dos dados referentes à pesquisa. Na organização foram gerenciadas pastas com diferentes títulos a fim de facilitar a elaboração do referencial teórico e

---

7 O Programa Mulheres SIM é um programa de extensão do IFSC vinculados à PROEX. O Programa Mulheres SIM busca a valorização da mulher, o acesso aos direitos, cidadania e possibilidades de geração de renda, ou seja, o empoderamento feminino. O programa é destinado a um público alvo: mulheres que possuem mais de 15 anos, em vulnerabilidade social e preferencialmente sem escolaridade.

a construção geral da pesquisa. A Figura 19 ilustra a tela da biblioteca construída pela pesquisadora.

Figura 19 - Biblioteca do gerenciador de referências utilizado na pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A biblioteca foi construída por artigos, livros, legislação e documentos em geral sobre o tema extensão. O gerenciamento de documentos orientou a escrita da pesquisadora quanto à procura de temas específicos do tema extensão universitária.

### 3.2.3 Do Marco Legal

Para realizar a pesquisa tema deste estudo, foi necessário fazer uma análise das políticas públicas que envolvem ou envolveram a extensão universitária ao longo da história educacional brasileira. A análise destes marcos legais, também chamados de políticas públicas por Secchi (2013;2016), que define política pública como uma diretriz para sanar ou enfrentar problemas públicos. Segundo o autor, as políticas públicas se materializam por meio de instrumentos variados como programas públicos, leis, projetos, subsídios governamentais, entre outros.

O marco legal será analisado corroborando com o marco teórico (literatura sobre o tema), visto que as publicações legais, oriundas do governo federal, geram discussões no âmbito de estudiosos e especialistas da área. Observa-se que o documental foi retirado da *internet*, visto

que há publicização de todos os marcos legais por meio dos veículos de comunicação do governo federal, atendendo a Constituição da República Federativa do Brasil, que aborda os princípios da administração pública (Art. 37).

O Quadro 7 apresenta a cronologia dos marcos legais que foram utilizados na pesquisa.

Quadro 7 - Marcos legais da extensão

IDENTIFICAÇÃO	EMENTA	ABORDAGEM SOBRE A EXTENSÃO
LEI BÁSICA DA REFORMA UNIVERSITÁRIA (Sob o nº 5.540) 1968	Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.	Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988	Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil	Apoio financeiro à extensão pelo Poder Público; apoio na formação de recursos humanos, por meio de apoio às atividades de extensão.
LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (Sob o nº 9.394) 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem a educação básica e a educação superior; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
SINAES (Sob o nº 10.861) 2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES	Avaliação das políticas para a extensão; avaliação da comunicação com a sociedade.
DECRETO PROEXT (Sob o nº 6.495) 2008	Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT.	Apoio às instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de projetos de extensão para ampliação da interação com a sociedade.
DECRETO CONCESSÃO DE BOLSAS (Sob o nº 7.416) 2010	Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária	Apoio financeiro por meio de bolsas concedidas à estudantes do ensino superior para atividades de extensão que faça comunicação com a sociedade.
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE (Sob o nº 13.005) 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE	Implementação de programas de extensão na Rede Federal de Educação Profissional; Assegurar no mínimo 10% da carga horária dos cursos superiores em ações de extensão em áreas de grande pertinência social; apoio financeiro do poder público às ações de extensão.

<p style="text-align: center;"><b>RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES PARA A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.</b> (Sob o nº07) 2018</p>	<p style="text-align: center;">Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024</p>	<p style="text-align: center;">Define princípios, fundamentos e procedimentos para o planejamento, políticas, gestão e na avaliação da extensão universitária das instituições de ensino superior brasileiro.</p>
---	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Com base nos marcos legais, o IFSC construiu documentos norteadores como orientação para a gestão dos processos e procedimentos na extensão universitária. Na próxima subseção, serão elencadas as normativas que fizeram parte do escopo de análise da extensão universitária do IFSC.

### 3.2.4 Das Normativas do IFSC

As normativas do IFSC norteiam as ações de gestão e organizam as estâncias de atuação na extensão universitária. O Quadro 8 resume os documentos normativos do IFSC quanto à gestão da extensão universitária, que foram instrumentos para análise da pesquisa juntamente com os marcos legais, entrevistas e sistemas de consulta.

Quadro 8 - Normativas IFSC que orientam a gestão da extensão universitária

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ABORDAGEM SOBRE A EXTENSÃO</b>
<p style="text-align: center;">ESTATUTO DO IFSC Resolução nº 28/2009/CONSELHO SUPERIOR/IFSC</p>	<p style="text-align: center;">Aprova o Estatuto do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.</p>	<p style="text-align: center;">A Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, a sua estrutura organizacional e atribuição de desenvolver políticas educacionais sobre a extensão no IFSC.</p>
<p style="text-align: center;">REGIMENTO IFSC Resolução nº 54/2010/CONSELHO SUPERIOR/IFSC</p>	<p style="text-align: center;">Disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas do IFSC,</p>	<p style="text-align: center;">Atribuições do Pró-Reitor de Extensão; membro nato do CEPE; competência do CEPE para deliberar sobre a extensão no IFSC.</p>
<p style="text-align: center;">RESOLUÇÃO Nº 40/2016/CONSELHO SUPERIOR/IFSC</p>	<p style="text-align: center;">Aprova as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFSC</p>	<p style="text-align: center;">Os Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores do IFSC deverão assegurar em suas matrizes curriculares, no mínimo, 10% da carga horária total em extensão nas áreas de grande pertinência social, conforme estabelece o PNE 2014-2024.</p>

RESOLUÇÃO Nº 61/2016/ CONSELHO SUPERIOR/IFSC (revogou a resolução nº 20/2013)	Regulamenta as Atividades de Extensão no IFSC	Define objetivos, institui princípios e objetivos, constitui as atividades de extensão, delibera sobre o fomento financeiro e gestão dos recursos.
REGIMENTO DIDÁTICO PEDAGÓGICO Resolução nº 20/2018/CONSELHO SUPERIOR/IFSC	Aprova o Regimento Didático Pedagógico	Regulamenta cursos e atividades de extensão na vida curricular do aluno

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Desta forma, na próxima subseção, será apresentada a metodologia aplicada para a realização de entrevistas, corroborando com os marcos legais e as normativas do IFSC para a construção da pesquisa.

### 3.2.5 Das Entrevistas

As entrevistas semiestruturadas têm atraído o interesse dos pesquisadores devido à expectativa de que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos com um planejamento relativamente aberto em relação a uma entrevista padronizada (FLICK, 2009).

Para a realização das entrevistas foi definido o rol de 14 entrevistados, que foram elencados com base em suas atuações e atribuições na instituição objeto de estudo. Justifica-se o número de entrevistados em virtude das entrevistas semiestruturadas serem parte da instrumentalização da coleta de dados para análise.

Baker e Edwards (2012) trazem a justificativa sobre o número de entrevistas para a pesquisa qualitativa, a fim de corroborar com a escolha da pesquisadora sobre o número de entrevistados:

Os métodos de pesquisa qualitativa diferem das abordagens quantitativas em muitos aspectos importantes, entre os quais a ênfase aos números. Pesquisadores quantitativos capturam uma faixa superficial de informações de uma ampla faixa de pessoas e buscam usar objetivamente suas correlações para entender, prever ou influenciar o que as pessoas fazem. Os pesquisadores qualitativos geralmente estudam muito menos pessoas, mas investigam mais profundamente esses indivíduos, configurações, subculturas e cenas, na esperança de gerar uma compreensão subjetiva de como e por que as pessoas percebem, refletem, interpretam, interpretam e interagem. Ambas as estratégias de pesquisa oferecem possibilidades de generalização, mas sobre coisas diferentes, e ambas as abordagens são teoricamente valiosas (BAKER;EDWARDS, 2012, p.08, tradução nossa).

Para a execução das entrevistas, os respondentes foram divididos em grupos, pois o conjunto de questionamentos difere de um grupo para outro. A extensão envolve atores

diferentes, com significados diferentes, conforme afirma Oliveira (2004), onde toda a ação precisa ser acompanhada de perto por coordenadores dos projetos (docentes ou técnicos-administrativos) e estabelece-se laços entre as realidades, aprendizagens, pesquisa e sala de aula.

Cabe ressaltar que a proposta inicial da pesquisa elencava 14 (quatorze) sujeitos entrevistados, porém em virtude de indisponibilidade, o número foi reduzido para 12 (doze). O Quadro 9 apresenta o rol de participantes das entrevistas com seus respectivos cargos, tempo de exercício no IFSC e formação. As entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas na íntegra pela pesquisadora e processadas no *software* IRaMuTeQ, que viabilizou a análise dos dados textuais das entrevistas, onde foram codificados e separados, considerando a frequência para possibilitar a construção da nuvem de palavras. As transcrições foram detalhadamente analisadas pela pesquisadora a fim de indicar pontos importantes para a pesquisa.

Quadro 9 - Rol de participantes da pesquisa

<b>Identificação do participante</b>	<b>Cargo</b>	<b>Tempo de Exercício no IFSC</b>	<b>Formação</b>
Sujeito 1	<b>Gestor I</b>	28 anos	*Licenciatura em Matemática *Mestrado em Engenharia de Produção *Doutorado em Engenharia de Produção
Sujeito 2	<b>Gestor II</b>	25 anos	*Graduação em Engenharia Mecânica * Mestre em Engenharia Mecânica
Sujeito 3	<b>Gestor III</b>	8 anos	* Graduação em Jornalismo e Sociologia * Mestrado em Ciências Sociais * Doutorado em Ciências da Comunicação
Sujeito 4	<b>Gestor IV</b>	4 anos	*Graduação em Geografia
Sujeito 5	<b>Coordenadora de Curricularização</b>	2 anos	* Graduação em Moda
Sujeito 6	<b>Coordenadora de Extensão Câmpus I</b>	3 anos	* Licenciatura em Letras * Mestrado em Educação * Doutorado em Educação
Sujeito 7	<b>Diretora de Campus Câmpus II</b>	10anos	* Licenciatura em Letras * Mestrado em Linguística *Doutorado em Linguística
Sujeito 8	<b>Professor Câmpus III</b>	9 anos	*Graduação, Mestrado e Doutorado em Engenharia Mecânica
Sujeito 9	<b>Professor Câmpus II</b>	3 anos	*Graduação e Mestrado em Administração

Sujeito 10	<b>Professor</b> Câmpus II	9 anos	*Graduação em Moda *Mestrado e Doutorado em Design
Sujeito 11	<b>Aluno</b> Câmpus III	-	-
Sujeito 12	<b>Participante extensionista</b> <sup>8</sup>	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Bardin (2016) faz um comparativo sobre a análise documental e a análise de conteúdo em referência à categorização e condensação de conteúdo. Segundo a autora algumas técnicas de análise fazem menção à análise documental como forma de condensação de informações.

Neste estudo, houve análise documental com referência aos marcos legais e normativas institucionais do IFSC. Desta forma, a entrevista foi semiestruturada com base em dimensões abordadas nestes documentos que são importantes na gestão da extensão universitária, para orientar na construção das proposições.

O Quadro 10 representa a proposta de entrevista semiestruturada abrangendo as dimensões das questões norteadoras, os grupos respondentes e os objetivos da abordagem. Cabe ressaltar que a indicação das dimensões surgiu das pesquisas prévias realizadas pela autora deste trabalho, não tendo influência de uma referência bibliográfica na proposição de categorias.

---

<sup>8</sup> Membro da comunidade que recebe direta ou indiretamente os benefícios da ação extensionista.

Quadro 10 - Mapa de entrevista semiestruturada

Dimensão	Questionamentos Norteadores	Grupo Respondente	Objetivo da abordagem do questionamento
<b><u>Conceitual</u></b>	<p>Diante da sua experiência, qual seria o conceito de extensão para você?</p> <p>O que é fazer extensão?</p> <p>Você conhece alguma ação de extensão que o IFSC entrega à sociedade? Qual a sua opinião sobre estas ações?</p>	<p><b>Grupo Alta Gestão</b> (Participantes 1, 2 e 3)</p> <p><b>Grupo Executor</b> (Participantes 4,5,6,7,8,9,10)</p> <p><b>Grupo Discente</b> (Participante 11)</p> <p><b>Grupo Comunidade</b> (Participante 12)</p>	<p>Verificar como o grupo entende a extensão diante de sua visão de mundo.</p>
<b><u>Social</u></b>	<p>Você entende que as ações extensionistas que o IFSC realiza atende às questões sociais do entorno?</p> <p>Quais seriam as contribuições do IFSC quanto à questão social diante da extensão?</p> <p>O IFSC se relaciona com a comunidade de forma eficaz? Quais são os resultados dessa comunicação para a comunidade interna e externa?</p>	<p><b>Grupo Alta Gestão</b> (Participantes 1,2 e 3)</p> <p><b>Grupo Executor</b> (Participantes 4,5,6,7,8,9,10)</p> <p><b>Grupo Discente</b> (Participante 11)</p> <p><b>Grupo Comunidade</b> (Participante 12)</p>	<p>Verificar o entendimento do grupo da relação social da instituição e a comunidade do entorno</p>
<b><u>Educacional</u></b>	<p>A extensão é considerada indissociável do ensino e da pesquisa, isto de fato ocorre nas ações de extensão universitária do IFSC? Por que?</p> <p>Qual o papel do professor extensionista no processo formativo do discente atuando na extensão universitária?</p> <p>Qual a contribuição da extensão no processo formativo do aluno, na sua opinião?</p> <p>Qual o papel do aluno extensionista para o entorno e para a comunidade acadêmica, na sua opinião?</p>	<p><b>Grupo Alta Gestão</b> (Participantes 1,2 e 3)</p> <p><b>Grupo Executor</b> (Participantes 4,5,6,7,8,9,10)</p> <p><b>Grupo Discente</b> (Participante 11)</p>	<p>Verificar o entendimento sobre a formação do aluno extensionista e a atuação do professor no processo formativo.</p>

<b>Dimensão</b>	<b>Questionamentos Norteadores</b>	<b>Grupo Respondente</b>	<b>Objetivo da abordagem do questionamento</b>
<b><u>Política</u></b>	<p>Na sua opinião o IFSC entrega a extensão à sociedade conforme parâmetros estabelecidos pelos Marcos Legais da Educação? Por que?</p> <p>Na sua opinião, hoje o Brasil tem políticas públicas e programas de fomento suficientes para suprir as necessidades das instituições para a realização da extensão?</p> <p>As normativas do IFSC sobre extensão estão alinhadas sobre o que declaram os Marcos legais Federais?</p>	<p><b>Grupo Alta Gestão</b> (Participantes 1,2 e 3)</p> <p><b>Grupo Executor</b> (Participantes 4,5,6,7,8,9,10)</p>	<p>Verificar o atendimento por parte do IFSC aos Marcos Legais Federais e políticas de fomento para a extensão.</p>
<b><u>Institucional</u></b>	<p>Hoje, na sua opinião, o IFSC está estruturado para executar projetos, programas, cursos e eventos considerando a Resolução 07/2018/CNE/CES? Por que?</p> <p>Na sua opinião, os servidores do IFSC estão capacitados para implementar e executar o que prevê o PNE 2014-2024 ao que tange a curricularização da extensão no ensino superior?</p> <p>Na sua opinião, o SIGAA corresponde à todas as necessidades para utilização dos registros das atividades de curricularização?</p> <p>Quais as ações que você entende que podem ser executadas para engajar servidores e estudantes na realização de atividades de extensão?</p>	<p><b>Grupo Alta Gestão</b> (Participantes 1,2 e 3)</p> <p><b>Grupo Executor</b> (Participantes 4,5,6,7,8,9,10)</p>	<p>Verificar a gestão da extensão na instituição, considerando as normativas, gestão de fomento, capacitações e atuação dos servidores em projetos e programas.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os respondentes foram organizados em 4 (quatro) grupos e identificados por nomenclaturas como “Grupo Alta Gestão”, “Grupo Executor”, “Grupo Discente” e “Grupo Comunidade”. Cabe ressaltar que a autora realizou pré-teste das perguntas semiestruturadas com 1 (um) respondente de cada grupo, considerando que, para Triviños (1987), o pré-teste, também chamado de estudo-piloto, permite que o pesquisador verifique a pertinência do roteiro, podendo assim ser ajustado antes da aplicação real das entrevistas. Diante do pré-teste, as perguntas indicadas na proposição inicial da pesquisa foram revisadas e ajustadas.

### **3.2.6 Do Sistema SIGAA e PNP**

O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA informatiza os procedimentos das atividades acadêmicas em módulos (Ensino, Pesquisa e Extensão). O sistema permite acesso público ou acesso mediante senha, desta forma o aluno também tem acesso e várias funcionalidade com relação à sua vida acadêmica. Os professores podem registrar frequência da turma escolar, assim como registrar atividades concernentes à sua docência. Neste sistema, são registradas todas as atividades do aluno, inclusive as atividades de extensão. O módulo extensão do SIGAA, na proposta inicial da pesquisa, seria apoio para que a pesquisadora pudesse verificar todos os cursos superiores que se encontram curricularizados, assim como pesquisar os cursos que ainda não adentraram no processo de curricularização, porém o sistema não se encontra customizado para a alimentação com dados pertinentes ao processo.

O IFSC ainda não criou um processo para que a busca dos cursos curricularizados seja feita no SIGAA, Módulo Extensão. Na busca, conforme mostra a Figura 20, é possível verificar todos os programas e projetos registrados pelos câmpus no sistema, porém não é possível verificar quais atividades fazem parte da curricularização de determinado projeto pedagógico de curso. A necessidade de customização foi uma das questões identificadas pelas entrevistas realizadas, o que gerou uma proposição de intervenção. A Figura 20, apresenta o layout de acesso da servidora pesquisadora, que proporciona a busca dos projetos e programas de extensão cadastrados no SIGAA.

Figura 20 - Tela SIGAA

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA** Florianópolis, 01 de Junho de 2019

**SIGAA**  
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Consulte as atividades de extensão desenvolvidas pelo IFSC

**BUSCA POR AÇÕES DE EXTENSÃO**

Título da Ação

Tipo de Atividade: PROJETO

Unidade Responsável: -- SELECIONE UM DEPARTAMENTO --

Coordenador:

Ano: 2018

Buscar Cancelar

**AÇÕES DE EXTENSÃO LOCALIZADAS (471)**

Ano/Título	Tipo	Departamento
2018 - ANÁLISE DE ORBITAIS EM MÁQUINAS ELÉTRICAS GIRANTES PARA IDENTIFICAÇÃO DO TIPO E GRAVIDADE DE DESBALANCEAMENTOS MECÂNICOS.	PROJETO	CCGEE-FLO
2018 - Conhecendo a História do Brasil por meio da Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB)	PROJETO	ACHFLO
2018 - Equipe em Preparação para Olimpíadas de Física	PROJETO	ASFFLO
2018 - Materiais Didático-Pedagógicos de Impressão 3D Aplicados ao Ensino da Agrimensura	PROJETO	CAGRIFLO
2018 - Aprimoramento da representação bidimensional e tridimensional física dos Projetos Integradores do CST Design de Produto com enfoque no fomento à extensão	PROJETO	CINFRAMM-FLN
2018 - FEIRA DE CIÊNCIAS	PROJETO	ASFFLO
2018 - Construção de conteúdos e instrumentos didáticos para o ensino de História de Santa Catarina: Etapa 1.	PROJETO	ACHFLO
2018 - Estudos sobre a aplicabilidade da nova versão da norma técnica para redes de referência cadastrais municipais - NBR14166	PROJETO	CAGRIFLO
2018 - Projeto e Construção de um Forno de Indução para Bancada Industrial	PROJETO	DAELETTFLO
2018 - Aplicação das tecnologias de Manufatura Aditiva FDM (Modelagem por Deposição e Fusão) e Estereolitografia por Projeção com	PROJETO	CDFLO

Fonte: SIGAA IFSC (2019).

A Plataforma Nilo Peçanha - PNP é uma plataforma estatística de coleta, validação e disseminação de dados estatísticos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, apresentando dados relativos ao corpo discente, discente, técnico-administrativo e dados financeiros (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019). Desta forma, a pesquisadora utilizou dados disponíveis na plataforma, concernente ao relatório publicado no ano de 2020, com dados de base do ano de 2019, para agregar subsídios à construção do estudo. A Figura 21 ilustra-se a tela da plataforma.

Figura 21 - Plataforma Nilo Peçanha

Capa Apresentação Ficha Técnica 1 Ficha Técnica 2 Referência Metodológica Glossário 1.1 Instituições 1.2 Tipo de Curso 1.3 Eixo e Subeixo 1.4 Situação de matrícula

**1.1. Cursos, Matrículas, Ingressantes, Concluintes, Vagas e Inscritos por Instituição e Unidade de Ensino**

Região: Sul

Unidades	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
23	669	47.996	26.294	11.244	30.862	89.928

UF: SC

Município: (Tudo)

Organização Acadêmica: Instituto Federal

Instituição: IFSC

Matrículas por Organização Acadêmica (%)

100,00%

Unidade de Ensino: IFSC

Clique no 1o sinal (+) para ver as Unidades de Ensino e no 2o para ver o nome do curso

Instituição	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
IFSC	669	47.996	26.294	11.244	30.862	89.928

PLATAFORMA NILO PEÇANHA

Fonte: Ministério da Educação (2019).

A PNP foi importante, como ferramenta de análise, para que a pesquisadora pudesse entender o contexto do objeto de estudo, subsidiando o conhecimento analítico e contribuindo para a construção da narrativa qualitativa.

### 3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Minayo (2001) propõe o material colhido no campo da pesquisa e indica a ordenação, classificação e a análise do conteúdo coletado. A autora ainda contribui que o tratamento do material coletado conduz o pesquisador à teorização dos dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo demonstra.

Isto posto, a pesquisadora propôs análise do marco teórico levantado por meio da construção de portfólio bibliográfico (Capítulo 3), juntamente com a análise temporal dos marcos legais e documentos norteadores emitidos pelo objeto de estudo IFSC (subseção 3.2), ao que concerne à Extensão Universitária. Para completar a triangulação, foi realizada a análise de conteúdo das entrevistas, para obtenção de perspectivas sobre a extensão universitária dos diversos atores que nela atuam. Yin (2015) defende que a pesquisa que tem como estratégia o estudo de caso, demanda a utilização de diversas fontes de evidência.

Bardin (2016) enfatiza que a análise de conteúdo busca o conhecimento e percepção do que se mostra para além das palavras, contemplando que a linguística estuda a língua e a análise de conteúdo busca outras realidades por meio das mensagens. Portanto, o estudo consistiu na análise do cenário da extensão no IFSC, considerando os marcos legais no processo de implantação da curricularização da extensão universitária, normatizada pelo Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), abrangendo a Meta 12 e sua estratégia 7. A pesquisa ainda abrange proposição de ações à Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, Diretoria de Extensão e Coordenadoria de Curricularização, para enriquecimento do processo de curricularização da extensão.

## 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando que o objetivo geral do estudo traz a perspectiva da análise do cenário da curricularização da extensão no IFSC frente os marcos legais vigentes, investigou-se, por meio das entrevistas realizadas com os sujeitos elencados no quadro 9 da subseção 3.2.5, a vivência e o conceito da extensão e também da curricularização diante de 5 dimensões, tendo elas identificação na esfera conceitual, social, educacional, política e institucional, descritas no quadro 10. A análise traz a possibilidade de compreender onde está o IFSC no contexto da Extensão Universitária e do processo de curricularização ditado pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

### 4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Seguindo o roteiro da entrevista, foi iniciada a análise da dimensão conceitual, onde buscou-se compreender como os sujeitos entrevistados verificam o conceito de extensão diante da sua visão de mundo, sua forma de entender o que é fazer extensão e a sua opinião sobre as ações de extensão que o IFSC realiza. Desta forma, destaca-se que os entrevistados trazem quase que por unanimidade que a extensão é a junção entre a teoria e a prática e a possibilidade de vivência daquilo que o discente aprende em sala de aula, isto apresenta-se nas falas dos sujeitos 1,2,3, 4 e 6:

A extensão tem como conceito primário aproximar a aprendizagem com a realidade fazendo com que esse aluno tenha contato mais direto, com a atuação mesmo, do que ele aprende e o que ele consegue colocar em prática, ou num projeto social ou com um projeto de parceria com empresa. Enfim, acho que um conceito bem forte é isso, é tentar pegar o tanto o conhecimento, quanto a pesquisa, para que às vezes ela tenha uma aplicabilidade real. (Sujeito 1)

Para mim são aquelas ações educativas que trazem a realidade da sociedade para dentro da sala de aula e isso é discutido, debatido, estudado e pesquisado e traz um retorno para a sociedade, então são problemas, situações... não estou dando aqui uma definição acadêmica, mas pra mim é aquilo que tenta fazer com que o educando consiga vivenciar o que a sociedade no entorno dele, no tempo e no espaço, independente de país, pode ser uma extensão internacional, consiga alinhar com aquilo que ele tá aprendendo com a realidade social. (Sujeito 2)

[...] a extensão para mim, a partir do que eu leio, do que eu vivencio, do que eu acredito enquanto educação, mais do que uma terceira dimensão ela é o lugar de significância da educação. Então práticas de extensão tornam uma educação mais significativa e por conseguinte fazem com que as instituições ganhem reconhecimento da população, se consolidem nas áreas de atuação, estabeleçam um conhecimento útil e avancem dentro daqueles paradigmas das teorias do conhecimento, então com tranquilidade que enquanto extensionista, pró-reitor de extensão, eu coloco assim a importância de nós reforçarmos a terceira dimensão da extensão enquanto uma área de significado uma área de validação de tudo aquilo que a gente faz. (Sujeito 3)

[...] a extensão ela está no contato entre o estudante e os diversos setores da sociedade e essa relação dialógica que tem ali, entre o conhecimento acadêmico e sistematizado que os estudantes aprendem na academia e os conhecimentos populares que tem na comunidade, então essa troca de saberes que é a extensão e que de fato a extensão ela meio que não existe, ela é a aplicação do ensino e da pesquisa. (Sujeito 4)

A extensão para mim é tudo que é desenvolvido ao encontro dos anseios da sociedade, nós temos saberes e esses saberes têm que ser aplicados de forma articulada, então para mim, a extensão é o intercâmbio dos saberes entre a academia e a sociedade. Esse conceito é bem claro. (Sujeito 6)

Os sujeitos 8, 10, 11 e 12 enfatizaram a questão do contato da sociedade por meio da extensão como validação do que se aprende em sala de aula e a aquisição de experiência para o ingresso no ambiente de trabalho, quando foi abordada a questão sobre o que é fazer extensão:

É estimular os alunos e também os alunos da rede básica em fazerem cursos na área de engenharia de exatas, sendo resolvendo problemas das empresas, ou desenvolvendo novos produtos e novos processos que não existem e que podem vir a agregar valor e surgir novos negócios na região, então eu enxergo dessa forma e temos isso favorável aqui. (Sujeito 8)

[...] fui vendo as abordagens a questão da experimentação e lendo os autores que criticam o distanciamento da universidade com o meio profissional e a gente sabe que na minha área isso é muito comum, eu sai da universidade ainda muito despreparada para o mercado de trabalho eu não acho que a universidade tenha que ser só isso, mas a gente tem que garantir que o nosso profissional vai ter capacidade de atuar, ele tem que ser um cidadão crítico também, mas ele tem que estar atualizado, em trabalhei em vários projetos e um foi com uma fábrica de roupa *lifestyle* da cidade “x”. Eles propuseram que se fizemos a parceria faríamos algo profissional. No primeiro dia de aula foi um encontro dentro da empresa, abriram toda a empresa. Os alunos ficaram apaixonados pela marca pelo projeto [...] toda essa experiência gera um certo medo neles, mas esse medo faz eles crescerem. (Sujeito 10)

Na minha situação, curricularização afeta muito a gente no sentido de que na engenharia você para ingressar em uma empresa precisa ter a experiência, só que para ter experiência, você precisa ter tido alguma oportunidade no início e você ter projeto de extensão onde você pode atuar junto com a sociedade e até mesmo com algumas empresas vem a capacitar nós estudantes e até sendo uma forma de experiência, e caso essa curricularização ocorra da forma correta e essas empresas comecem a ter a ideia de que o aluno tá lá e tá desenvolvendo um projeto fora do tempo de aula e demais fatores é uma já mais empenhada e só tem a ganhar, o aluno só tem a ganhar, acaba desenvolvendo mais capacidades naquilo que acaba trabalhando, acaba tendo uma visão de mercado muito melhor, visão de projetos e demais fatores muito mais bem estruturados. (Sujeito 11)

[...] Então eu acho que é muito importante fazer essa extensão que na minha opinião seja isso de trazer realmente próximo ao mercado de trabalho para ver que realmente tem muita coisa rica no curso, principalmente como muito disso é aplicável no mercado de trabalho [...] então acho que acho que é isso sabe tentar aproximar cada vez mais os alunos ao mercado de trabalho e tirar um pouco do preconceito de algumas outras áreas da das áreas de arte. (Sujeito 12)

Muito embora as falas das entrevistas trazem em um primeiro momento todo o benefício gerado para a sociedade diante da extensão, os sujeitos 3,6 e 7 trazem a face da extensão pouco compreendida e até discriminada, conforme nas indicações a seguir:

[...] historicamente esse conceito esteve alinhado seu hoje de alinhado nos diversos atores do processo certamente não por questões culturais por questão de opção de vetorização de recursos por questões de incentivo à prática da pesquisa em detrimento de uma prática de pesquisa mais livresca em detrimento de uma pesquisa-ação por exemplo [...] os princípios da extensão ainda não estão arraigados na cultura das instituições [...] (Sujeito 3)

[...] o Sujeito 3 sempre fala que nós éramos o patinho feio das três dimensões, a extensão cresceu muito, deu um pulo e isso é uma luta. (Sujeito 6)

[...] então eu acho que a primeira luta foi a gente quebrar barreira dentro do próprio campus, que as pessoas entendessem que aquelas mulheres que estavam vindo estudar conosco, elas precisavam construir... ver no campus um espaço de pertencimento e que elas iriam e depois trariam as famílias delas ... que aquela atividade ela era significativa para aquelas mulheres e que seria transformadora, e tudo bem se algumas vinham ali, olhando aquela atividade como autoajuda, como elevação de autoestima.... Para algumas era muito mais do que isto, sabe? Então, assim, quebrar isso. Outra questão foi quebrar que professor doutor não pode fazer extensão, sabe? Nada a ver uma coisa com a outra, mas infelizmente as pessoas têm essa percepção. Então eu acho que a gente tem assim... primeiro uma luta [...] porque isso é constitutivo agora do nosso DNA, mas não foi sempre assim [...] Então acho que a gente teve três desafios: o primeiro foi a gente entender o que é extensão, que extensão não é assistencialismo e segundo é as pessoas se verem extensionistas e terceiro ainda é a gente compreender que quanto mais formação a gente tem, quanto mais informação, maior é a nossa responsabilidade em relação à extensão e que a própria sobrevivência do campus, ela depende desse diálogo muito íntimo com aquilo que nos rodeia. (Sujeito 7)

Há nos entrevistados uma opinião diversa sobre o conhecimento de algumas das ações de extensão do IFSC e também conhecimento e reconhecimento sobre o que de fato essas ações entregam para a sociedade, conforme demonstrado nas falas dos sujeitos 1,6 e 7:

[...] acho que nosso vínculo social é muito forte, a nossa abertura com a sociedade. Acho que esses programas eles têm dado muito resultado para o IFSC. Muitos professores estão trabalhando nessa perspectiva de trazer a realidade para a sala de aula e dar a solução, não só trazer o problema. (Sujeito 1)

Sim, várias. É isso, a articulação e entrega à sociedade diante da necessidade demandada. (Sujeito 6)

Olha, eu vou te dizer assim... lá no campus... olha, eu vou te falar... primeiro eu vejo uma diferença entre o campus, mas eu acho que tem uma diferença grande. Os diferentes câmpus fazem isso de forma diferente... eu noto por exemplo... eu tive conversando com o novo diretor da cidade x e ele disse que é muito difícil fazer uma parceria, é muito difícil fazer um convênio... não gente... é muito fácil, não tem dificuldade nenhuma, é que por algum motivo as pessoas absorveram o não como resposta, né? Ontem, inclusive, foi uma coisa que estava presente na nossa reunião com o pessoal da nova gestão... “ah, mas a gente às vezes não consegue dar resposta na velocidade que as pessoas precisam” ... mais ou menos! Eu acho que muita resposta a gente consegue dar. Talvez falte... primeiro: essa questão de ter pessoas, né? Se a resposta for não ... vamos ver maneiras para conseguir... hoje o que eu vejo lá no campus, cada demanda que chega, é claro que a gente não consegue atender todas as demandas, né? Porque eu acho que campus nenhum vai conseguir atender à todas as demandas e eu gostaria de ter o triplo dos professores que eu tenho para atender? Mas eu sinto um desejo muito grande para atender e eu sinto um pensamento orientado a atender. (Sujeito 7)

É verificado a partir disto, que a extensão não está na cultura de todos os 22 câmpus do IFSC, apesar do trabalho da Pró Reitoria de Extensão e Relações Externas na busca de capacitação e orientação. Alguns câmpus identificam, conforme a fala do Sujeito 7, uma dificuldade principalmente na concretização de parcerias com outras instituições e entidades, sendo a parceria um grande incremento para o sucesso da ação de extensão.

Para identificar a fala dos sujeitos entrevistados, a Figura 22 apresenta as palavras mais citadas nas respostas identificadas na Dimensão Conceitual da Extensão.

Figura 22 - Nuvem de palavras referente à Dimensão Conceitual da Extensão



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Considerando o objetivo destacado no Quadro 10, ao que se refere a Dimensão Conceitual da extensão, que pretendia verificar como os sujeitos entendem a extensão diante de sua visão de mundo, percebe-se que há um conceito não só de transposição do conhecimento adquirido dentro da academia para a sociedade, mas também a validação do ensino, diante da pesquisa e da extensão. Ainda sobre a dimensão conceitual, é compreendido nas falas que se enxerga a extensão como a dimensão do conhecimento ainda pouco valorizada em relação à pesquisa.

Em referência aos questionamentos da Dimensão Social, estes trazem a percepção dos entrevistados sobre a relação da instituição e a comunidade do entorno. As indagações

trouxeram a opinião dos sujeitos entrevistados quanto ao atendimento por parte do IFSC junto ao entorno dos câmpus, quais as contribuições sociais diante das ações de extensão dos câmpus e a forma como o IFSC se comunica com a sociedade. Os sujeitos 3, 5 e 11 entendem que o IFSC se relaciona de forma satisfatória com a comunidade, considerando as necessidades do entorno, trazendo em suas falas:

Eu acho que nesse sentido é importante a gente fazer uma leitura relacional, será que toda aula cumpre os objetivos do plano de ensino? Será que todo projeto de pesquisa alcança os objetivos do projeto? Eu não sei. Na extensão é o mesmo fenômeno, tanto que ele é indissociável, nós temos sim grande impacto social nas ações que promovemos, agora se eles encontram de fato as necessidades e demandas no entorno precisa melhorar os estudos de avaliação hoje tem dentro da grande área é de sistematização da extensão a parte de avaliação dos impactos é um gargalo que se não for resolvido ele pode ser fatal para o projeto. [...] eu estou falando como extensionista também é aceitável que nós não tenhamos ainda excelência na sistematização de relatos das experiências, agora em que medida, por exemplo, o currículo Lattes valoriza isso. Então tem a dimensão política que impacta muito nessa atividade da questão de prática diversos aspectos, que nos fazem defender que o impacto das ações de extensão no entorno do IFSC é qualificado, mas tem muito para melhorar. (Sujeito 3)

Não tem como a gente generalizar em tudo, o IFSC vai atender algumas coisas, às vezes a comunidade precisa de algumas coisas que vão além das capacidades do IFSC, é interessante que a gente tem essa questão de regiões então eu tenho curso tal no espaço onde tem a indústria tal, isso é relevante porque de fato você vai conseguir ter essa troca e isso ajuda bastante. Na minha região a gente consegue ter essa troca com os arranjos produtivos É de fato está relacionado com a região com a realidade, assim como tem na cidade x, na cidade y, tem a ver com outras regiões que vão contribuir para o entorno. (Sujeito 5)

Eu já participei de ações que olhavam o entorno primeiro e ações que eram planejadas para depois olhar para o entorno, já participei de ações dos dois tipos. Já participei de ações onde a oportunidade foi pedida pela própria comunidade [...] e também já participei de outros projetos onde nós iniciamos o projeto internamente e depois nós pensamos em quais locais atender e quais locais ir para atender essa parte de extensão. Eu acho que o IFSC atende sim, mas poderia ser muito mais otimizada, embora seja bem trabalhada, tenha uma eficiência, pode ser muito mais bem aproveitada, pode ser muito mais elaborada, então tem como melhorar muito mais. (Sujeito 11)

Entretanto, quando os mesmos sujeitos citados acima são questionados sobre a eficácia da comunicação do IFSC com a comunidade, percebe-se que há possibilidade de melhoria quanto ao alcance de comunicação e também de divulgação das ações que a instituição realiza. Nas suas falas os sujeitos 3, 5 e 11 indicam:

A comunicação hoje no IFSC abrange traz cases dos nossos alunos, só que os nossos servidores estão bombardeados de informação, em consequência a leitura do link digital por exemplo é baixíssimo, no campus isso é menos perceptível, o servidor se envolve muito mais com as atividades de extensão, porque é um número menor as pessoas se conhecem muito mais, na reitoria isso fica bastante prejudicado, talvez porque não tenhamos alunos também. (Sujeito 3)

As ações da cidade em que atuo são muito divulgadas, já veio o pessoal fazer entrevista, já recebemos o pessoal de um grande portal de notícias. Eu acho que a divulgação é sempre importante enfatizar a gente pode melhorar e regionalmente a gente teve resultados. Se é suficiente não sei, acredito que a gente tenha muito a amadurecer e a gente pode divulgar mais ainda nossos projetos tem a divulgação que vai boca a boca também é importante, dá sim, para fazer mais trabalhos em relação a isso, nos projetos que eu fiz eles são mais relacionados com eventos então acaba divulgando mais, então já faz parte do projeto a divulgação, aí ocorre algo mais orgânico. Mas tem projetos que a gente possa divulgar mais para a comunidade, a gente tem um acompanhando da associação em um espaço de inovação com a prefeitura daqui, então tem uns contatos que a gente faz com outras instituições também. (Sujeito 5)

Sim, porém precisa ser expandida essa comunicação neste sentido, na minha visão. Até onde eu sei o IFSC tem limitações com a parte de marketing no que pode estar se expondo, né? E aí eu já vejo uma parte negativa e acaba impedindo essa união entre o instituto e a comunidade, que é algo bem negativo na minha percepção então eu acho que tem uma falha nesse sentido sim, e é necessário a mudança, porque caso contrário a comunicação se torna uma pouco mais difícil. (Sujeito 11)

Vale destacar a fala do Sujeito 5, quando ao responder sobre as contribuições do IFSC ao realizar atividades de extensão no entorno dos câmpus, indica o IFSC como instituição detentora do selo de signatária dos 12 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

Nós temos as ODSs, que são os doze objetivos que foram traçados, acredito que muitos dos objetivos que estão lá a gente consiga atender, por exemplo, o campus Urupema eles estão relacionados com a questão da maçã, então teve projeto voltado para a questão dos produtos, então considera o trabalho, a educação, é trabalhada a sustentabilidade, acredito que pelo viés dos objetivos de desenvolvimento sustentável a gente consegue atender a maioria deles, nós recebemos o selo de instituição signatária em 2019. (Sujeito 5).

As falas dos sujeitos 4,8 e 7 trazem uma identificação nova diante das outras falas dos outros entrevistados ao que diz respeito à situação das parcerias do IFSC com outras instituições ou empresas. Identifica-se um apoio importante às ações de extensão quando há a participação de outras entidades, formalizada por assinatura de Termo de Acordo de Parceria:

Eu acho que no interior, nas cidades que não têm outras instituições é muito mais fácil ver o IFSC como um polo, na cidade x, que era servidor, era muito fácil perceber isso: que o IFSC era visto como uma universidade, como a produção de tecnologia. Então o pessoal da Epagri vinha procurar, o pessoal da prefeitura às vezes buscando alguma parceria algum evento chamando o pessoal da rádio que chamava os professores para comentar algum assunto específico, como se fossem os peritos naquele assunto, então para mim pelo menos era mais visível isso no campus, agora estando aqui na Reitoria eu não consigo ver tanto isso, e talvez a natureza do meu trabalho aqui é diferente, é muito administrativo, fechado eu não tenho tanto contato com o público externo. As parcerias que passam ali por mim, eu sei que existem parcerias, por exemplo, no curso de enfermagem aqui tem uma parceria com o UFSC de criar um centro de parto normal que vem atender uma demanda da comunidade, então eu sei que existe, mas eu também acredito que o IFSC ainda se mostra pouco, poderia se mostrar muito mais, para todas as ações e se divulgar mais como uma instituição de ensino que a gente

sabe que é boa que é reconhecida que tem qualidade e que pode agir muito mais na comunidade. (Sujeito 4)

Olha, eu vou te dizer assim... lá no campus... olha, eu vou te falar... primeiro eu vejo uma diferença entre os câmpus, mas eu acho que tem uma diferença grande. Os diferentes câmpus fazem isso de forma diferente... eu noto por exemplo... eu tive conversando com o novo diretor do campus x e ele disse que é muito difícil fazer uma parceria, é muito difícil fazer um convênio... não gente... é muito fácil, não tem dificuldade nenhuma, é que por algum motivo as pessoas absorveram o não como resposta, né? Ontem, inclusive, foi uma coisa que estava presente na nossa reunião com o pessoal da nova gestão... “ah, mas a gente às vezes não consegue dar resposta na velocidade que as pessoas precisam” ... mais ou menos! Eu acho que muita resposta a gente consegue dar, talvez falte... primeiro: essa questão de ter pessoas, né? Se a resposta for não, *perai*... vamos ver maneiras para conseguir... hoje o que eu vejo lá no campus, cada demanda que chega, é claro que a gente não consegue atender todas as demandas, né? Porque eu acho que câmpus nenhum vai conseguir atender à todas as demandas e eu gostaria de ter o triplo dos professores que eu tenho para atender, tá? Mas eu sinto um desejo muito grande para atender e eu sinto um pensamento orientado a atender, tá? [...] A gente às vezes ouve muito servidor dizendo que no IFSC tudo é não... não gente! Como é que a gente consegue fazer? Como é que todas as parcerias acontecem? Então eu acho que muito é isso, é tentar um caminho para resolver. Acho que a robustez que os projetos ganham, eles ganham porque passam a ter uma ancoragem em mais de uma instituição que tem também um papel representativo na sociedade. Então talvez existam alguns espaços que o IFSC não seja tão conhecido, mas na APAE é... então isso vai abrindo novas portas. O que eu observo é que a extensão e parceria é uma coisa que você começa e aquilo vai aumentando, aumentando, como uma bola de neve, nem sempre nós vamos dar conta sozinhos e por que que temos que dar conta sozinhos? (Sujeito 7)

Eu tenho visto frequentemente editais disponíveis com recursos, mas como falei muitos dos nossos projetos demandam recursos pequenos, outros projetos maiores são em parceria com as empresas então elas custeiam o projeto. Eu não vejo que demandaria mais recursos os projetos de extensão, pelo menos na minha realidade dos projetos que eu participo, eu vejo colegas demandando mais recursos, mas no meu entendimento não precisaria. Eu vejo que buscar recurso faz parte da formação do aluno. Aqui na nossa cidade tem muitas empresas disponíveis, em projeto social ela apoia, ela dá dinheiro, mesmo que não seja de retorno direto para ela patrocina, e buscar esse patrocínio pode ser parte da formação do aluno. (Sujeito 8)

Diante das falas dos entrevistados, a Figura 23, traz a nuvem de palavras mais utilizadas nas respostas aos questionamentos sobre a Dimensão Social da Extensão:



O ensino anda sozinho, mas, dentro dos PPCs vai exigir pesquisa e extensão, aí a pesquisa tem uma pontuação para projeto que estão articulados entre ensino, pesquisa e extensão e a extensão também tem itens de pontuação. Só de pensar que são três departamentos separados, com orçamentos separados e pensando separado é difícil pensar que a gente tenha uma indissociabilidade, porque cada um vai pensar para um lado, o jeito de registrar proposta é diferente, até hoje não é possível registrar projetos de ensino, então o professor tem um projeto e precisa certificar os estudantes, mas não é um projeto de pesquisa e nem de extensão, então hoje isso nem é registrado, não tem como, porque o sistema não permite. Ainda tem muita coisa para melhorar e se tornar indissociável de fato. (Sujeito 4)

Para a extensão acontecer, ela precisa ser indissociável, se for dissociada não é extensão. Não de se falar em evento por si só ou visita técnica por si só. Eu acho que tem que ter ensino, têm de acontecer a visita por algum motivo, os alunos estão ali vivenciando do ensino, a pesquisa tem que existir porque se for algo que eles já conhecem então não é extensão. Acontece em todas as ações e projetos? Eu acho que não. Mas nos projetos do meu curso, praticamente todos acontecem, os professores utilizam o projeto para ensino, os alunos acabam fazendo a pesquisa, seja na prática ou em biblioteca em livros e depois devolvem o retorno. A extensão acaba levando esse conjunto de conhecimento que é a indissociabilidade. (Sujeito 9)

Temos um caminho a percorrer. A gente vai ter disciplinas que a gente vai ter a indissociabilidade entre EPE, mas eu acredito, mas teria que fazer uma pesquisa quantitativa para afirmar isso, mas do que a gente vê, parece que é mais ensino e extensão, ou só extensão, extensão e pesquisa e articular os três é muito difícil [...] (Sujeito 10)

Importante ressaltar as falas dos entrevistados 3 e 5 que trazem que a indissociabilidade pode ser apenas verificada de fato na avaliação e no relatório das ações de extensão, sendo que o sujeito 5 indica que os projetos de extensão trazem a premissa da extensão, porém isso não indica se de fato na ação a indissociabilidade aconteça:

[...] os princípios norteadores não significam que eles precisam estar materializados em todo o relato da mesma forma como eu disse que nós não encontramos na avaliação de um aluno depois de uma aula a presença dos grandes princípios da educação nem sempre uma aula vai ser interdisciplinar vai promover a interação dialógica nem sempre isso tudo está presente o importante é que durante a experiência esses princípios sirvam como bússolas para convergir olhar daquele educador. [...] (Sujeito 3)

O edital de extensão ele já traz essa premissa, claro que ele é feito por meio de um projeto que é submetido por sistema, então a pessoa quando submete o trabalho e já tem na questão avaliação essa solicitação de indissociabilidade, claro que a extensão só acontece por meio do servidor, se o servidor consegue fazer o trabalho que se dispôs a fazer na parte da extensão, aí sim a gente vai ter resultado junto com os dois atores da extensão. Tudo depende de cada extensionista, não estou dizendo que isso de fato aconteça. Teria que pegar todos os projetos de extensão é feito relatório, claro que o acompanhamento presencial, seria outra coisa, ver o projeto escrito e depois ver na realidade, porque às vezes o projeto não escreve toda a grandiosidade de abranger o projeto, talvez isso possa ser avaliado pelos relatórios [...] as normativas trazem a indissociabilidade e o projeto pode dizer que indissocia, mas como saber? Só na avaliação. Pode acontecer de trabalhar só ensino, se vai fazer uma ação de extensão é solicitado que seja indissociável. (Sujeito 5)

É verificado ainda nas falas dos sujeitos 2 e 10 a questão da capacitação de docentes para que possam de forma efetiva realizar atividades de extensão na sua atuação profissional, como uma mudança de condicionamento na atuação docente:

Eu acho que não é totalmente verdade isso... a gente academicamente, nos projetos pedagógicos do curso e na atuação docente, nós ainda somos uma geração muito atrasada. A gente ainda repete aquilo que a gente viu ao longo da nossa experiência, então a gente repete aquilo que nossos professores fizeram, e a gente tem muita dificuldade de superar isso. Outra coisa que eu faço e que eu acho, pela experiência que eu tenho nesses 25 anos de carreira, é que ninguém discute o trabalho docente, o trabalho docente com a indissociabilidade ele é um trabalho diferente do trabalho só do ensino, daquilo que a gente chama de ensino. Então esse trabalho não é discutido e quando ele é discutido, ele é discutido de uma forma... é quase como se fosse inviável, então onde que é o cerne da questão? É a carreira docente, o trabalho docente. A gente tem toda uma geração formada simplesmente para a sala de aula. Todas essas questões de pesquisa e extensão, são questões de outros órgãos dentro da nossa instituição de ensino que são responsáveis por isso, isso não é responsabilidade do ensino, nem é responsabilidade em sala de aula, nós não somos uma geração forçada para isso. Outra dificuldade que eu acho é que quando esse docente, mesmo com essa formação mais antiga tem a vontade de fazer pesquisa e extensão, ele não consegue dimensionar esse trabalho, ou seja, às vezes ele tem uma expectativa muito grande em relação ao que seja pesquisa extensão E aí às vezes ele não consegue fazer por causa disso, ou resultado ele não é bem efetivo por causa disso, porque ele não tem formação para tocar projeto, para gerenciar projetos e existe todo um arcabouço de conhecimento para quando a gente quer trocar um projeto. A gente não toca um projeto de extensão de qualquer jeito, a gente não toca um projeto de pesquisa de qualquer jeito... imagina um projeto de ensino, pesquisa e extensão dentro da tua aula, então quais são as ferramentas? A diversidade da turma? Qual a maturidade dessa turma? Quais são esses elementos? Precisa ter muita formação docente e tem muita capacitação, mas capacitações práticas... do tipo como fazer? E eu acho que uma outra coisa é também baixar a expectativa de todo mundo em relação a isso, então às vezes o professor se sente até meio coagido, porque agora vou ter que transformar e mudar a sociedade? E não é uma coisa assim, é uma coisa leve, uma coisa menor, gostosa. Então a gente deveria ter um centro, uma incubadora de experiências ao longo do tempo que pudesse mostrar metodologias que dão certo, para que as pessoas não se sintam frustradas ao realizar o trabalho delas. (Sujeito 2)

[...] os alunos estão ali se envolvendo nos três trechos e outra coisa também que é importante destacar, que apesar de eu gostar muito e acho que os professores não fazem é que demanda um tempo muito maior do que aquele que a gente tem para o planejamento de unidade curricular, de preparação de aula. Eu vejo vários professores relatando, ah é muito legal isso que “tu fazes”, mas demora muito mais tempo. [...] (Sujeito 10)

O Sujeito 4 traz um aspecto importante diante do tema do estudo que é o favorecimento da indissociabilidade diante da curricularização da extensão, ou seja, o fato da extensão estar curricularizada favorece com que ocorra a articulação entre ensino e pesquisa de forma permanente, conforme demonstrado:

Nos cursos que tem a curricularização acaba sendo meio que obrigatório, porque a pessoa que ministra aquela unidade curricular, tem que colocar aquilo em prática. Quando é um projeto fora do currículo, ou se liga com o ensino ou com a pesquisa, é difícil ter os dois juntos. Então um projeto de extensão nasce no laboratório, as vezes

um professor ou professora, ou até um técnico de laboratório está ali com uma pesquisa. (Sujeito 4).

Ainda na apresentação dos resultados na Dimensão Educacional, quando questionados sobre o papel do professor extensionista no processo formativo do aluno, os entrevistados, em sua totalidade, ressaltam o papel principal orientativo do professor na ação de extensão, porém trazem também essa mudança de paradigma na forma de ensinar e na forma de estabelecer o currículo, conforme demonstrado pelos entrevistados 2,3,4,5 e 10:

Eu acho que o papel do professor ele é orientativo, ele é formativo porque para trabalhar a extensão, se tu quiseres interferir na sociedade, tu terás que usar o conhecimento, precisa dar esse conhecimento para o estudante minimamente, e aí depois precisa orientar ele neste trabalhar e também depois o trabalho avaliativo para fazer com que o aluno se perceba na resolução desse problema enquanto aluno, porque ele é aluno, ele está em aprendizado. Precisa qualificar e ter uma noção que não necessariamente o resultado é positivo, e que no resultado negativo também tem ganho. Eu acho que esse papel é que é o papel do docente. Agora a pergunta que se deve fazer é: “Quão os docentes estão inseridos na sociedade para poder atuar nesse papel? ”. O que muda nesse processo é a sala de aula, tudo que a gente trabalha teoricamente em sala de aula, todas as minhas atividades que eu preciso desenvolver em sala aula, eu preciso apenas ampliar os meus sensores, os cinco sentidos quando eu saio da sala de aula, mas aquela atividade de introduzir uma aula, de ter o processo formativo, também vai ter lá na extensão. São momentos específicos planejados em que a gente vai promover o impacto. (Sujeito 2)

A gente tem dado muito na literatura de educação, principalmente a partir da década de 90, com a figura do professor mediador que tomou espaço pelo menos desde 95 até hoje na literatura, é claro que o professor extensionista ele é um excelente mediador é porque ele estabelece várias relações para o êxito da atividade e mais do que isso, é um professor desafiador, ele desafia a turma a olhar para fora e tentar aplicar aqueles conhecimentos obtidos na cultura posta pelas instituições de forma dialogada-expositiva, livros, apostilas, então esse professor ele precisa cada vez mais se reinventar, mas principalmente ele precisa cada vez mais encontrar desafios compatíveis com o nível daquela turma. Buscar uma atividade de extensão que não é compatível com o momento pedagógico de determinada turma pode ser fatal ao mesmo tempo que ter uma turma tentando promover a extensão dentro de uma indústria, dentro uma instituição externa no momento não adequado expõe negativamente a instituição, então o papel do professor extensionista hoje é desafiar as turmas na medida certa e encontrar essa medida certa pressupõe capacitação, formação continuada, sair da zona de conforto em relação a ensino, sair da zona de conforto em relação à pesquisa e se permitir conhecer a extensão, o papel na sala de aula é sim de mediador, mas certamente aprendiz na extensão. (Sujeito 3)

O papel do professor, do Servidor ou servidora, de maneira geral é a orientação, é orientar como escrever um projeto, orientar quais assuntos pesquisar, onde focar, e eu acredito que a extensão é muito mais que o estudante na relação entre o estudante e a comunidade externa. Então os professores e professoras vão ficar na mediação. Ali na Diretoria de Extensão a gente chama de tríade extensionista, que para caracterizar a extensão precisa ter servidores, servidoras, estudantes e a comunidade externa e os servidores vão ficar muito mais na mediação dessa relação com a comunidade externa entre estudantes com a comunidade externa da cidade para pesquisar, onde a problemática apresentada pela comunidade externa e a coordenação do projeto vai direcionando as ações [...] (Sujeito 4)

Primeira questão é saber orientar, por vezes o aluno vai além do que você está pedindo, que é muito legal, o início seria orientar como que se executa e como

funciona e se o docente conseguisse construir o projeto junto com aluno, o interessante seria escrever o projeto de fato para que eles vejam como se escreve o projeto, claro que vai precisar da correção do professor, da correção do texto, do acompanhamento do professores, mas se o aluno conseguisse realizar todas essas etapas isso ajuda na formação dele como um todo, desde o planejamento, execução ,acompanhamento, o que deu certo o que não deu certo, a pesquisa de feedback, então o que as pessoas que participaram do projeto acharam para que a gente conseguisse fazer um relatório que represente o que é fazer um projeto de fato. Então o papel principal é orientar e saber que precisa ser flexível, porque às vezes acontecem coisas que fugiram do planejamento e que é bom, que o aluno consiga ir além do que você imaginou, a questão principal é saber orientar, ouvir as demandas dele, para quem sabe adaptar o projeto, porque ele pode ter uma ideia que você não havia pensado, isso que é bacana na extensão essa troca entre os três atores. (Sujeito 5)

Eu me vejo como articuladora mesmo, como uma pessoa que realiza junto com a empresa como que pode ser feito esse projeto, que vai organizar... eu me vejo mais dessa forma. (Sujeito 10)

Ainda dentro do questionamento sobre o papel do docente no processo formativo do aluno diante das ações de extensão, na Dimensão Educacional, os sujeitos 3 e 4 trazem a problemática do currículo que muitas vezes indica a necessidade de mudança, de alteração por parte das áreas acadêmicas, porém nem sempre esta mudança é abraçada pelos professores, conforme demonstrado:

Então as resistências as dificuldades para fazer a curricularização, elas passam desde manifestações de insegurança: “Olha eu quero aprender, mas eu nunca fiz”, isso se dá até insegurança, manifesta em resistência mesmo, e é tão negativa, compulsória negativa: “não isso no meu curso ninguém mexe no meu currículo, ninguém mexe não no nosso curso é assim desde 86. Então essas manifestações às vezes estão associadas a um apego muito grande à cultura institucional. Às vezes alguma insegurança pela prática e em muitos casos, pelo menos outros que eu acompanho no IFSC, estão ligadas à percepção de que a instituição ainda não está para alterar essa mudança. (Sujeito 3)

A gente percebe um certo bloqueio na atuação do docente na extensão: “Não mexe na minha disciplina, não mexe na minha unidade curricular”. (Sujeito 4)

Ainda inserido na Dimensão Educacional, o questionamento a seguir veio no sentido de verificar a visão dos sujeitos entrevistados sobre qual a contribuição da extensão no processo formativo do aluno e foi verificado que as questões principais são descritas como a aplicabilidade da teoria dada em sala de aula, a importância da extensão para diminuição da evasão escolar e conseqüentemente o valor de pertencimento à sociedade, diante da contribuição prestada por meio da extensão, corroborando com uma formação integral na prática, conforme identificado nas falas dos sujeitos entrevistados 1,3,6 e 7:

Acho que a gente como docente, sempre se perguntava porque o aluno precisa saber isso, ou quando tu és estudante, tu perguntas porque eu preciso saber isso. E aí a gente vai para dar aula e o aluno está com aquele questionamento e tu quer tentar encontrar uma forma de mostrar o porquê que aquele conteúdo é importante. A extensão tem isso, tem essa possibilidade de o aluno enxergar a aplicabilidade. (Sujeito 1)

Essa é a pergunta mais fácil até aqui, porque a extensão lida muito com o que a gente chama de *soft skills*, que são aquelas competências relacionadas ao convívio, não em oposição às *hard skills*. É nítido a transformação de um estudante que passou pela extensão e um estudante que não passou, isso independente de ser curricularizado ou não ser curricularizado, nós falamos lá atrás nessa perspectiva na definição conceitual sobre a empatia social eu cansei um pouco desse papo de Formação integral que fica só nos palestras e nos livros nós precisamos encontrar a formação integral na prática e a extensão é uma excelente maneira talvez a única conhecida que nós temos para formação integral na prática dizer para o aluno dos seus direitos e sensibilizá-lo com slides com artigos com depoimentos sobre os riscos da violação daquele direito não tem o mesmo impacto do que colocar o estudante frente a frente com alguém que teve seu direito violado. (Sujeito 3)

Isso é grande, fundamental e muito importante. A gente não quer que os alunos na atividade de extensão sejam apenas executores de tarefas. Toda ação de extensão tem que pensar na formação do aluno. Realmente tem que fazer essa formação é importante tem que amadurecer e complementar processo de construção do conhecimento. (Sujeito 6)

Total importância, total. É considerar a possibilidade de experimentação, de observação, de observação nesse meio, é algo que ainda não conseguimos mensurar o quanto isso tem contribuído para a permanência e êxito do IFSC, que ainda apresenta números preocupantes. (Sujeito 7)

Por fim, quando questionados sobre o papel do discente extensionista no entorno do câmpus, os sujeitos 3, 6, 10 e 11 trazem sobre o protagonismo do estudante na ação de extensão, desde a inscrição do projeto e a possibilidade que ele traga para dentro da universidade a sua própria vivência para a solução de determinados problemas daquela comunidade:

[...] na política de interiorização da educação pública espera-se que esse estudante ingresse na universidade ou no Instituto durante a sua formação, aí eu consigo olhar melhor para o seu entorno, entorno da sua família, por exemplo, e enfrentar de novo, por exemplo, o êxodo rural. Esses fenômenos sociais que preocupam o desenvolvimento Nacional precisam estar presentes nos currículos e quem é o balizador disso além dos setores da sociedade e das empresas, por exemplo, é o aluno, a consciência disso. Trazer isso à tona para nós educadores e muito mais difícil e menos crônica da cidade e foi nesse contexto que nós criamos o protagonismo discente, uma oportunidade para o aluno perceber desafio e trazer para dentro da instituição a sua percepção e vivência nesse entorno. (Sujeito 3)

Se a extensão é o intercâmbio de saberes entre o IFSC e a comunidade, às vezes nós pecamos muito com protagonismo discente, nós escrevemos o projeto e a gente tem que ter um grande cuidado para não tirar o aluno do protagonismo, esse edital eu tenho muito carinho por ele, porque o aluno escreve a proposta e depois ele só procura um mentor, um professor para orientar esse projeto... então é um projeto que faz refletir que instiga, porque quando nós vamos avaliar um projeto de extensão um dos itens é esse, a proposta deixa claro o protagonismo discente? Nós tivemos muito sucesso com esse edital. A gente tem que confiar e dar mais oportunidades para os alunos, estar por trás e deixar eles agirem também. (Sujeito 6)

Isso emerge a questão da liderança, o pertencimento e reduz e muito a possibilidade de evasão escolar... por vezes também mexe com a autoestima, no sentido de que ele se vê capaz de atingir coisas maiores, ter uma visibilidade diante da atuação dele. (Sujeito 10)

Então eu vejo que o protagonismo discente é uma oportunidade a mais para desenvolver projeto e para você ter oportunidade a mais de entrar em um projeto de



diante da indissociabilidade entre a extensão, ensino e pesquisa. E ainda fica clara a promoção do protagonismo discente a partir do momento que o aluno olha para seu entorno e indica a ação de extensão, tornando o sentimento de pertencimento na sociedade um fator de diminuição de evasão escolar e validação do conhecimento adquirido em sala de aula.

Seguindo pela Dimensão Política, os questionamentos levantados aos sujeitos trazem uma perspectiva da extensão diante das normativas federais sobre o tema, além de adicionar a questão sobre fomento e políticas públicas direcionados ao IFSC. A primeira questão concentrou em questionar aos sujeitos entrevistados se na atuação deles havia a identificação de entrega da extensão à sociedade por parte do IFSC, considerando os Marcos Legais vigentes. Desta forma, os sujeitos 1,2 e 7 manifestam:

No contexto que a gente vive hoje, sim, mas ainda é pouco, em termos de entrega, aquilo que é possível. Estamos no caminho, somos uma instituição que está caminhando há mais tempo e mais até rapidamente para cumprir isso, mas falta muita coisa... até em relação a outros institutos estamos à frente. Começamos a tratar desse tema em 2014, quanto saiu o PNE. Então a gente está conseguindo caminhar nessa trajetória, com pioneirismo, mas tem muita coisa para caminhar. (Sujeito 1)

Eu acho que a gente está tentando, eu acho que conceitualmente a gente já evoluiu bastante. A gente veio de uma geração que pesquisa e extensão era quase um crime, as pessoas que faziam pesquisa e extensão eram “fujonas” da sala de aula que não querem dar aula para fazer pesquisa e extensão [...] mas eu acho que legalmente a gente tá com esse Marco teórico já bem estruturado é como também nos últimos 6 anos a gente cresceu muito, a gente tem muita gente nova e uma gente nova que vem de uma academia que muitas vezes nunca fez extensão A gente tem um caminho para percorrer para que a gente consiga aplicar na prática, mas o máximo que eu acho que a instituição conseguiria fazer, ela tá fazendo. (Sujeito 2)

Eu acho que a gente tenta, porque se for pensar, nós temos tantas discussões, nós temos tantos grupos engajados para que estejamos sempre alinhados com as normativas maiores e também para auxiliar na nossa atuação e vejo que sim, nós trabalhamos na construção destas normativas para nos auxiliar, só que o realizar é que é a parte difícil e além disso a prática nem sempre consegue convergir com o que temos em papel. Mas penso que sim... a maioria de nossas ações estão alinhadas com os marcos legais. (Sujeito 7)

Assim como os sujeitos 1,2 e 7 manifestaram sobre o caminho que o IFSC já percorreu e o que ainda há para percorrer no cumprimento da entrega de ações de extensão conforme os marcos legais vigentes, destacando que houve uma evolução visível destas ações nos últimos anos após a publicação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Contribuindo com as falas dos sujeitos 1,2 e 7, os sujeitos 3 e 4 indicam que o IFSC está à frente em relação às outras instituições públicas federais, principalmente ao que tange a implementação da curricularização da extensão, em atendimento ao PNE e também à Resolução 07/2018 – CNE/CES, sendo que as normativas do IFSC caminham ao encontro do que precedem as legislações federais, conforme demonstram:

Sim, está indo ao encontro, mas o caminho é longo. Se fosse 100 metros rasos a gente se posicionou na raia, a gente está começando, tem muito pela frente e da minha parte, ocupando o cargo que ocupo, eu investi mais na preparação do atleta. [...]. Então nós não somos os mesmos na prática extensionista e as instituições que ainda não deram nesse primeiro passo, que ainda não olharam para o desafio, ainda não começaram as qualificações com bases epistemológicas sólidas, estão desesperadas. Não porque o Conselho Nacional de Educação está forçando, isso é um sintoma até covarde para o estado, mas estão preocupadas por que o aluno está desistindo. Por que o egresso não consegue emprego, estão preocupados porque os docentes estão adoecendo, então a extensão é mais que tudo uma oportunidade de dar significado àquilo que a gente faz e sem esse valor nós não temos motivação. (Sujeito 3)

Eu acredito que sim, até para fazer um paralelo com a resolução, a resolução do IFSC ela atende muito bem ao PNE e de certa forma quase que antecipa algumas coisas trazidas só pela resolução do CNE em 2018, porque a resolução ela foi construída em parte pelo fórum de pró-reitores, então o IFSC teve participação na construção daquela resolução. Então o que essas nossas resoluções internas pedem as políticas públicas maiores também pedem, então eu acredito que tenha um alinhamento tanto nessa parte de colocar a extensão no currículo, quanto a parte de interprofissionalidade, a interdisciplinaridade, a formação discente que são questões presentes na resolução do CNE também na transformação social [...] A gente sempre avalia baseado nas políticas públicas, então acredito que entregamos sim para a comunidade. (Sujeito 4)

Seguindo na Dimensão Política, o segundo questionamento veio no sentido de verificar a percepção dos sujeitos entrevistados sobre as políticas públicas federais voltadas para a extensão, assim como o fomento federal a que se destina, se estes seriam suficientes para dar respaldo às instituições nas ações de extensão. Neste sentido, o sujeito 4 valida o que apareceu nas falas dos demais entrevistados, pois indica que o orçamento recebido por parte do governo federal não é suficiente e que se há uma indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os orçamentos recebidos não deveriam vir separados, pois há uma tendência de deixar uma parte menor à extensão, conforme indica:

Não, não mesmo. Só existia um edital de extensão nacional que era o PROEXT do MEC e se não me engano, desde de 2014 ele não é lançado, então diferente dos editais de pesquisa, que tem a CAPES, CNPQ, por mais que tenha reduzido a verba para a educação de maneira geral, mas de extensão desde 2014 não existe mais, então às vezes parece até um contra senso, precisa ter extensão no currículo, mas a gente não fomenta isso, mas também levanta uma outra questão, será que a gente precisa de um fomento específico para a extensão, porque como a gente comentou lá no início, a extensão ela seria a efetivação da pesquisa e do ensino com atuação na comunidade externa, então todo o recurso para ensino já é para extensão, não deveria ter uma verba específica para a extensão, porque a extensão ela é como fazer e não o que, então se eu já tenho um recurso previsto para o ensino, para a sala de aula, um recurso previsto para laboratórios, insumos de pesquisa, esse recurso também é para a extensão [...] Sempre vamos achar que o recurso não é suficiente para tudo que a gente quer fazer. (Sujeito 4).

A manifestação do sujeito 3 vai ao encontro da fala do sujeito 4, no sentido da indissociabilidade do orçamento entre ensino, pesquisa e extensão, como demonstra a seguir:

Em termos objetivos matemáticos eu não saberia dizer, tenho a dizer que não. No IFSC com toda a certeza não [...]hoje ele é distribuído eminentemente para o ensino, isso precisa ser distribuído de outra forma. Ele não é suficiente, ele precisa ser incrementado. Enfim até aqui só se disser que fazemos prática indissociável, a partir do momento que se começa a fazer de fato, as vias orçamentárias vão sendo ampliadas [...]. Não dá para fazer extensão sem orçamento, assim como não dá para fazer pesquisa sem orçamento, fazer ensino sem orçamento? Não dá [...] O orçamento que existe hoje não é suficiente para escalabilidade de 10% nos cursos superiores precisa ser revisto agora eu não estou dizendo que essa foi uma das grandes críticas que eu recebi um processo aí no final do ano passado eu não estou dizendo que esse orçamento precisa vir e exclusivamente da matriz orçamentária do governo. (Sujeito 3)

Em contrapartida, o sujeito 7 e o sujeito 9 corroboram que o orçamento ou a falta dele é uma barreira para a execução das ações de extensão, porém isso não impacta ou pouco impacta nas ações deste campus, considerando que os dois sujeitos são do mesmo câmpus. Além disso indicam que a instituição deve buscar fomentar as ações de outra forma, por meio de parcerias com outras instituições e empresas, por exemplo, conforme indicam:

Não, porém isso não quer dizer que fica inviabilizada a ação de extensão. Penso que não podemos depender apenas de matriz CONIF ou PNAEs, temos que alinhar as parcerias, estar junto com outras entidades e viabilizar diante do possível, pois a educação sofre cortes, para que possamos manter e incrementar nossas ações. (Sujeito 7)

É difícil dizer porque no meu curso fazemos tudo sem custo, em alguns cursos isso é uma barreira. Teria que ver quais curso e campus vê isso como barreira. É uma barreira, mas se é pouco ou é muito não sei dizer, porque na minha área isso não é uma barreira. Ganhamos apenas com o deslocamento para a visita técnica e o banner, que hoje o banner é virtual. No caso de o aluno não ter dinheiro para imprimir o banner. Para que não seja constrangedor para ninguém. No Curso de gastronomia seria uma barreira por exemplo, ou no curso de química. O curso de informática talvez dê para fazer sem dinheiro. (Sujeito 9)

Por fim, na Dimensão Política, foi questionado aos entrevistados se, na opinião deles, o IFSC estaria alinhado em suas normativas com as normativas federais que regem a extensão. Diante disto, verificou-se que há um reconhecimento do trabalho efetuado pelo IFSC e pela Pró-Reitoria responsável, diante das capacitações e grupos de trabalho para a avaliação constante das normativas institucionais, sob o olhar dos marcos legais vigentes sobre o tema, verificado nas falas dos sujeitos 5 e 6:

Eu acredito que a gente está no caminho sim, bem próximo, se de fato a ponta faz isso exige uma avaliação maior, mas acredito que a gente está no caminho bacana para a gente alcançar o que traz a Resolução 07/2018 do CNE. (Sujeito 5)

A resolução 61/2016 está bem estruturada e também a 40/2016, talvez só fazer uma revisão seria necessário, pois já estamos com 4 anos praticamente de resolução. Elas nos atendem quanto às normativas federais sim. (Sujeito 6)

Importante destacar, ainda na Dimensão Política abordada no rol de questionamentos, sobre o que trazem os sujeitos 3 e também o sujeito 4. Ambos destacam que o IFSC teve participação efetiva na construção da Resolução nº 07/2018/CNE/CES, onde um grupo de trabalho reuniu estudiosos da área e também gestores de extensão de instituições de ensino. Desta forma, manifestam:

Eu acho que a gente sempre vai estar se adequando, porque ela traz diretrizes, nortes, concepções. Eu acho meio utópico que algum dia bateremos o *checklist*, agora sim estamos de acordo. Temos um manual de como fazer, no manual de gestão, na resolução 61 de 2016, nas formações e é importante que se diga que tive a oportunidade de ajudar a escrever junto com a Professora x de escrever a resolução 07/2018 [...] as normativas nos calçam para poder atuar, claro que as normativas institucionais elas vão mais no miúdo, mas eu acho que se alguém deixar de fazer curricularização no IFSC não é por falta de diretrizes. (Sujeito 3)

Eu acredito que sim, até para fazer um paralelo com a resolução, a resolução do IFSC ela atende muito bem ao PNE e de certa forma quase que antecipa algumas coisas trazidas só pela resolução do CNE em 2018, porque a resolução ela foi construída em parte pelo fórum de pró-reitores, então o IFSC teve participação na construção daquela resolução. Então o que essas nossas resoluções internas pedem as políticas públicas maiores também pedem, então eu acredito que tenha um alinhamento tanto nessa parte de colocar a extensão no currículo, quanto a parte de interprofissionalidade, a interdisciplinaridade, a formação discente que são questões presentes na resolução do CNE também na transformação social. (Sujeito 4)

Destaca-se ainda a fala do sujeito 4 sobre a única divergência em relação ao alinhamento das normativas do IFSC e a Resolução nº 07/2018/CNE/CES, sendo esta hoje a principal normativa federal que orienta as ações de extensão nas instituições de ensino superior por ser a mais recente:

Sim, acredito que os dois estão bem alinhados, a concepção de extensão muda na resolução do CNE que eles permitem a prestação de serviços, que é algo que o IFSC não entende como extensão. A prestação de serviços aqui no IFSC é regulamentada pela CGP que é a colaboração esporádica docente. A prestação de serviços ela funciona no geral mais ou menos assim, uma pessoa que é perita em uma área de química, e a empresa chama ela para fazer uma consultoria. Então não envolve uma interação dialógica, não envolve uma participação discente e não tem esse diálogo com a comunidade, é puramente uma prestação de serviços. Hoje no IFSC isso não é possível. Quando o Gilberto Garcia que foi o relator do CNE, quando ele esteve aqui e também outro momento que a gente teve junto ele comentou que isso só permaneceu na resolução por causa de briga nas universidades por que isso é feito em muitos lugares e teve uma briga política para tirar isso da resolução, mas não conseguiram vencer essa briga política. Então esse tipo de atividade esse tipo de ação de extensão continua ali como possível na resolução. O docente poderia receber por essa prestação de serviços, pode receber uma percentagem anual quando é dedicação exclusiva, mas também por ser um trabalho extra, então foge do que é extensão. O IFSC não tem trabalhado nessa linha de prestação de serviços então foca mais em projetos e eventos, programas, cursos. (Sujeito 4)

A divergência indicada pelo sujeito 4 aborda as modalidades de atividades de extensão ao que tange a prestação de serviços, sendo que o IFSC definiu por incluir esta modalidade em sua Resolução nº 61/2016/CONSUP/IFSC, que regulamenta as atividades de extensão no IFSC, desde que seja contemplada na modalidade “projeto”, conforme indica em seu Artigo 7º e Parágrafo único:

Art. 7º - Na proposição de prestação de serviços, pretendido como extensão, admite-se apenas o tipo “projeto” e a proposta deverá atender às exigências desta resolução e às normas específicas que regulam a matéria. (Resolução nº 61/2016/CONSUP/IFSC)

Parágrafo único: no caso de atividades esporádicas amparadas pelo artigo 21 da Lei 12.772/2012, a prestação de serviços correrá conforme previsto em regulamentação própria do IFSC. (Resolução nº 61/2016/CONSUP/IFSC)

Sendo assim, na Dimensão Política, as palavras mais usadas pelos sujeitos entrevistados são demonstradas na nuvem de palavras indicada na Figura 25:

Figura 25 - Nuvem de palavras referente à Dimensão Política da Extensão



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A Dimensão Política da Extensão trouxe como questionamentos aos sujeitos respondentes aspectos sobre a entrega da extensão pelo IFSC à sociedade, contemplando o que estabelece os parâmetros legais da educação, a visão dos respondentes sobre as políticas públicas e programas de fomento destinadas à extensão e a opinião destes sobre o alinhamento

das normativas do IFSC com os marcos legais federais da extensão. Foi possível, diante das respostas, verificar que há o entendimento de que o IFSC faz um esforço e concentra-se na entrega de extensão à sociedade contemplando o que precede os parâmetros legais da educação.

Compreende-se ainda que, na visão dos sujeitos respondentes, há sim políticas públicas importantes e bastante recentes que tratam da extensão universitária, há um reconhecimento notório que o tema extensão tem ganhado espaço em debates importantes na seara da educação, porém quando a questão é orçamento há a opinião de que ainda está longe de ser suficiente para uma instituição de ensino realizar ações de extensão com o que se destina a elas. Há a opinião de que o orçamento não deveria ser separado entre ensino, pesquisa e extensão, pois em tratando-se de indissociabilidade isto não faz sentido, entretanto o ensino e a pesquisa conseguem valores mais robustos em relação à extensão.

Três, dos doze entrevistados, entendem que o orçamento reduzido destinado à extensão não impede a realização de ações importantes, principalmente quando há o envolvimento de empresas e outras instituições inseridas na ação por meio de parcerias entre entes públicos ou parcerias públicas- privadas. Por fim, há uma leitura integral por parte dos respondentes sobre o alinhamento das normativas de extensão do IFSC e os marcos legais federais vigentes sobre o tema e verifica-se que há o alinhamento exatamente em virtude de determinados servidores do IFSC, atuantes da extensão, terem participado ativamente na construção de normativas federais recentes sobre o tema.

Na Dimensão Institucional, foram levantados, diante dos questionamentos respondidos pelos entrevistados, pontos referentes sobre a estruturação do IFSC para executar projetos, programas, cursos e eventos diante da Resolução 07/2018/CNE/CES, sobre a capacitação dos servidores do IFSC para execução de ações de extensão diante dos marcos legais vigentes sobre a curricularização, sobre o registro de ações de extensão no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA e a abordagem sobre como a instituição pode engajar os servidores e estudantes para participarem das ações de extensão do IFSC.

Sobre o primeiro questionamento, que concentrou em verificar na opinião dos entrevistados sobre a estruturação do IFSC para a execução de projetos, programas, cursos e eventos diante da Resolução 07/2018/CNE/CES, nota-se que há uma opinião entre os sujeitos entrevistados de que a instituição está alinhada à referida resolução federal. Entretanto, o sujeito 3 justifica sobre este alinhamento no sentido de configurar que a construção desta Resolução em questão teve um grupo de trabalho com integrantes do IFSC, conforme indica:

[...] o IFSC tem alinhamento bastante forte com a resolução 7/2018 na nossa 6/2016 do Conselho Superior, inclusive foi um dos documentos consultados no GT para

proposição da 07 e eu fico feliz quando eu vejo por exemplo as novas diretrizes da engenharia ela considerou muitas discussões das 7 e o texto da 7 e dá uma sacudida nos coordenadores de engenharias, porque traz, por exemplo, a evasão e sinaliza olha assim como uma pesquisa aplicada as bolsas PIBID a internacionalização, a extensão é uma forma que vocês podem tentar enfrentar essa evasão, e a gente começa a olhar para a educação não sei se é certa a palavra, mas é uma responsabilidade maior em relação aos resultados encontrados. As normativas nos calçam para poder atuar [...] (Sujeito 3)

Há de se relevar que as resoluções que indicam as diretrizes de extensão o IFSC são anteriores à Resolução 07/2018/CNE/CES, neste caso a Resolução 40/2016/CONSUP/IFSC, que indica as diretrizes para a inclusão de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação e a Resolução 61/2016/CONSUP/IFSC, que traz a regulamentação das atividades de extensão no IFSC.

No próximo questionamento da Dimensão Institucional, foi abordada a capacitação dos servidores para execução das ações de extensão diante dos marcos legais da extensão e conseqüentemente da curricularização da extensão. Os sujeitos respondentes trazem percepções importantes no sentido de que há a capacitação, porém há a necessidade de que essa capacitação sempre será necessária à medida que a curricularização for amadurecendo na instituição, desta forma, indicam:

Não. A capacitação vem sendo ofertada há três anos, então nem todos estão capacitados e também o que se ofertou nas outras capacitações vem sendo alterado, o entendimento a metodologia de implantação, sistema de registro, avaliação, o processo, se eu confio nos extensionistas que passaram pelas capacitações de curricularização, sempre confiei, antes disso inclusive. Agora nós vamos passar mais alguns anos aí, formando e sendo formados para encontrar um caminho seguro para a instituição [...] (Sujeito 3)

Cada um vai se especializando na sua área, pode ser que não, nem todos os servidores são extensionistas. Não é todo mundo que já fez extensão, precisa de um amadurecimento, sempre precisa de formação contínua, a gente está fazendo formação, mas a pró reitoria vai precisar sempre ter essa relação com as pessoas e vai aumentar mais. Quando eu entrei no campus como coordenadora, alguns servidores faziam extensão, hoje tem gente que nunca havia feito e que está fazendo então é um processo que depende da sua carga horária, se consegue ter uma dedicação para a extensão. (Sujeito 5)

Eu entendo que sim, dentro do que pede o PNE penso que estamos atendendo, se é na forma mais eficaz, eficiente ou o melhor modelo eu não sei. Penso que é uma demanda nova de todos os cursos no Brasil inteiro, vamos ter que experimentar, podemos sempre ter que estar revendo os PPCs, então o caminho é definir um modelo primeiro, vendo o que é mais adequado e ao longo do caminho a gente vê se precisa fazer ajuste. No âmbito do que pede o documento acho que estamos atendendo. (Sujeito 8)

Acredito que sim, talvez o que falta para curricularização são mais eventos, para verificar o campus que tem dúvidas, trazendo outro campus e outras instituições para trocar experiências. Às vezes já há projetos no mesmo curso e áreas e não há comunicação sobre isso. Para que as pessoas não tentem só cumprir a lei, mas enxergar o que o meu curso enxergou o benefício que isso trouxe. (Sujeito 9)

Ressaltam-se os depoimentos dos sujeitos respondentes 4, 7 e 10 sobre a oferta de capacitação aos servidores para a execução de ações de extensão, porém onde há um desinteresse ou falta de informação sobre estas capacitações ofertadas. Desta forma, em sentido de crítica, manifestam:

Ano passado a gente rodou todos os câmpus fazendo capacitação sobre sistema e sobre o conceito de extensão e quase ninguém ia e programava, ia no campus e dava uma duas Pessoas, não há o interesse. A pessoa tem que sair da rotina dela e fazer uma capacitação, mesmo a gente dando certificado, porque tinha o certificado no SIGRH, a CGP dava, mas as pessoas não iam, Então essas pessoas cobram algum tipo de informação sobre extensão sobre o que é a mais ao mesmo tempo ainda tem um enraizado aquilo de extensão ser como vocação né que é muito durante muito tempo ainda tem já não sou extensionista por vocação, eu nasci para isso o pesquisador a mesma coisa assim para fazer pesquisa nasci só para dar aula então tem muito isso ainda a gente encontra muita resistência de uma pessoa que nunca fez extensão não vai querer fazer geralmente não quer e tem uma resistência quanto a isso mas a gente tem ofertado capacitações em vídeos tutoriais que os manuais que a gente divulga também mas não sei, acredito que não é suficiente acredito que só quando a pessoa realmente se depara com isso na sua rotina de trabalho que ela vai começar a se interessar começar a ler a legislação, de fato começar a se interessar. (Sujeito 4)

Acho que capacitação não falta no IFSC, acho que quem quer ser capacitado aqui encontra essa possibilidade, acho que os canais são abertos, mas claro a instituição cresceu muito, nossos processos cresceram muito de 6 anos para cá, não acho que estejamos capacitados, mas lá no campus temos essa preocupação e de fato estamos alinhados com a PROEX para que isso seja de fluxo contínuo, visto que temos muitos novos servidores no IFSC como um todo.... A capacitação maior penso que deve ser focada em parcerias e na extensão/curricularização. (Sujeito 7)

Penso que a Pró Reitoria tem sim feito muito movimentos de capacitação, penso que pode ser feito mais, porque capacitação é sempre necessária, mas penso que deve haver interesse por parte dos docentes principalmente para isso, pensando como estruturação da curricularização, principalmente. (Sujeito 10)

Ainda neste questionamento referente à Dimensão Institucional, é destacada a fala do sujeito 3, o qual indica que a necessidade de capacitação obviamente surge da necessidade de adequação às normativas legais referenciadas à extensão, porém indica que a partir disto a extensão teve uma visibilidade institucional:

[...] acho que isso foi um dos grandes ganhos da estratégia 12.7, porque quando ela imbrica currículo, ela inclui no circuito da extensão o histórico do aluno, que é algo que as instituições sempre lidaram com mais seriedade, opa, vai para o histórico? Então vamos olhar para isso. E por incrível que pareça foi aí que a PROEX ganhou atenção da PROEN, isso vai impactar nos históricos, nas ementas? Então vamos sentar com a extensão. Em muitas outras instituições ainda existem resistência para isso, algumas instituições dizem que vão discutir os 10% da extensão quando o CNE exigir os 10% da pesquisa. Então essas rixas com as áreas infelizmente elas existem, felizmente no IFSC não. (Sujeito 3)

No questionamento seguinte, é abordado o cadastramento das ações de extensão curricularizadas e caracteriza-se pelos depoimentos um desconforto com relação ao registro

destas ações dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). A principal indicação dos entrevistados é que o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA não está customizado e não é amigável para o cadastramento, historicidade e pesquisa de ações de extensão no Módulo Extensão. Indicam desta forma os sujeitos entrevistados 4,8,9,10 que há uma necessidade de customização do sistema para atender às ações de extensão dos cursos curricularizados:

Não se consegue um relatório dentro do SIGAA extensão para saber quais cursos do IFSC estão circularizados, porque ele não vincula um projeto de extensão à um curso, quer dizer, ele pode até incluir um curso, mas ele vai vincular a qualquer um, não necessariamente à um curso curricularização. É porque as atividades de extensão estão vinculadas à UORG proponente e não necessariamente à um curso até porque qualquer servidor pode propor atividades de extensão e esse servidor não necessariamente está vinculado à um curso. O relatório da matriz curricular do curso pode ser extraído, mas isso não fica no módulo extensão e sim no acadêmico. Hoje não conseguimos um relatório que nos diga quais cursos estão curricularizados no IFSC, nem no módulo extensão e nem no módulo acadêmico. O controle tem sido manual através da planilha. (Sujeito 4)

Nós tivemos algumas experiências de extensão em cima do currículo, nós incluímos a curricularização, mas não operamos nenhuma turma ainda nesse currículo novo. A disciplina que é de extensão, eu posso marcar lá que é uma disciplina de extensão. O cadastro de projeto tem muita informação, a questão burocrática é quando vamos aplicar programa e vários projetos dentro ou se seriam vários projetos. Hoje tudo é projeto. Se fosse um programa não precisará cadastrar todo ano. O problema que vai surgir quando aparecer a demanda. (Sujeito 8)

O SIGAA deveria ser o ambiente de registro e deveria ser mais fácil, deveria possibilitar importação e estar integrado para poder inserir todos os alunos, como ele não é integrado o professor precisa incluir um a um e não consegue importar. Ele é bom em virtude do registro e do certificado gerado para o aluno e o relatório individual pelo professor, mas tem essa deficiência na extensão, e outras deficiências em outras áreas. Ele deveria gerar na oportunidade de relatório para todas as ações. É complicado, depende de customização. (Sujeito 9)

Tem que preencher tudo aquilo, ele deveria ser quase que eu banco de dados. É uma pergunta difícil, nós trabalhamos com ele, mas ele é extremamente trabalhoso, é algo que é desnecessário e que desmotiva o professor a utilizar para pensar em fazer o projeto... a gente pensa em fazer o projeto e pensa que tem que cadastrar no SIGAA, isso já desmotiva. São uma barreira. E às vezes até o tempo que a gente, tu queres submeter o projeto, mas aquele tempo, naquele momento está com conselho de classe, tem prova, às vezes até com o projeto já escrito e tem que cadastrar, tem que pegar o nome do aluno e cadastrar um por um e se tem algum problema de outro projeto que o professor deixou em aberto e não consegue fechar é bem complicado. Tem que tirar no nome do aluno para conseguir cadastrar, não é tão simples. (Sujeito 10)

O sujeito entrevistado 3 trouxe, em seu depoimento, o aspecto de que as ações de extensão curricularizadas não estão cadastradas no Módulo Extensão do SIGAA e sim no Módulo Acadêmico. Enfatiza, ainda que não há como extrair um relatório do sistema para obtenção das ações curricularizadas e critica que não deveria haver essa divisão de módulos, pois a partir do momento que um currículo de curso traz todas as ações ele não mais é um

currículo de ensino, ou pesquisa, ou extensão e sim um plano acadêmico ou educacional, compreendendo nesta fala a indicação de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão até mesmo no cadastramento de currículo de curso. Assim, depõe o entrevistado:

Não, não atente. A plataforma sem customização sequer toca no assunto extensão. Tem outra plataforma (SWAP) que atende melhor a curricularização, mas não utilizamos. Utilizamos o SIGAA que está customizado para a extensão e penso que está confortável para as equipes. O módulo relatório não foi implementado ainda, nós não conseguimos ainda nem extrair nenhum tipo de relatório do SIGAA, se não manualmente, que é bastante lamentável, mas está planejado para ser desenvolvido nos próximos anos, meses talvez anos. A coordenação de curricularização alimenta uma planilha para analisar a curricularização, planilha também alimentada pelos coordenadores dos cursos. O mérito da prática é analisado no cadastro se é dentro do componente não vem pelo SIGAA extensão e sim pelo SIGAA acadêmico, por isso digo que isso muda a cultura organizacional, porque ali não temos mais um plano de ensino, nós temos um plano de ensino e extensão, então porque não chamar de plano acadêmico ou plano educacional, mas isso vai mudando com o tempo. Os NDEs definem a carga horária, porém a grande maioria dos cursos está distribuída a extensão em todos os cursos, clonado baixas cargas horárias por semestres. Não interferimos na prática catedrática do professor e também na autonomia dos câmpus e dos NDEs quando incluem alunos em programas que já existem. (Sujeito 3)

O último questionamento da Dimensão Institucional trouxe aspectos sobre a participação da instituição no engajamento dos servidores e estudantes em participarem de ações de extensão do IFSC. Os sujeitos 2, 6,7 e 8 indicam que é engajado quem quer engajar-se, ou seja, essa vontade de participar da extensão do IFSC deve vir, primeiramente, do próprio servidor ou do estudante. Desta forma, indicam:

A gente precisa parar de idealizar a extensão, às vezes são coisas muito mais simples que a gente pode fazer é conhecer o entorno [...] (Sujeito 2)

[...] eu acho que a gente não pode esperar muito da instituição para poder fazer, depende muito da gente também para fazer eu não vou colocar a culpa na instituição. Ela tem que apoiar e divulgar. Alguns câmpus há a dificuldade dos diretores para que os técnicos participem, mas essa não é a dificuldade do nosso campus. Depende muito de a gente querer, todo mundo tem pouco tempo, nós somos o terceiro campus em tamanho e nós temos 35 técnicos, então é muito pouco pela demanda de trabalho que nós temos. Depende muito da gente. (Sujeito 6)

Bom, é engajado quem quer engajar-se... penso que isso também é a questão da comunicação, comunica-se quem quer ser comunicado... mas acho que é abranger exatamente essa comunicação... é apresentar-nos de forma efetiva o que fazemos e como outros podem fazer... por que não o edital servidor protagonista ou algo parecido como o prêmio inovação que já existe, porém focado na extensão.... O estudante é diferente, isso é uma obrigatoriedade nossa, fazê-lo ser pertencente, fazê-lo vivenciar, temos essa responsabilidade e por isso caminhamos na curricularização e também para a indissociabilidade... que é um pouco utópico totalmente, se acharmos que sempre ocorre a indissociabilidade, mas estamos caminhando ao encontro disso. (Sujeito 7)

Eu não sei como a instituição engajar os servidores, acho que essa motivação deve vir do indivíduo e se eu escolhi trabalhar no IFSC eu tenho que ter claro que eu preciso trabalhar com ensino, pesquisa e extensão. Então eu tenho que buscar dentro de mim

a motivação, se é minha vocação, se eu gosto disso eu buscar e entender que eu sou um servidor público e eu tenho um papel perante a sociedade, então acho que é um exame de consciência do servidor. Não entendo como a instituição possa estimular isso. Talvez incentivar um exame de consciência e a vocação dela. (Sujeito 8)

Ainda neste questionamento, os sujeitos 3, 5 e 10, trazem a importância da comunicação para influenciar no engajamento dos servidores e alunos nas ações de extensão na instituição:

Tem um clássico da literatura da extensão, que é do Prof. Juan Diaz Bordenave, título do livro é “O que é comunicação?”, nós vivemos tempos de muita informação e pouca comunicação nós precisamos descomplexificar a instituição e conseguir dentro dos diversos processos que nós temos na instituição incluir a perspectiva da atividade fim nós temos muitos servidores que vivenciam rotinas como a sua administrativo que passam 20 Anos 30 anos e nunca encontraram um aluno então é uma prática para melhorar a prática de extensão nós precisamos melhorar nossa comunicação e não só a comunicação de mídia de imprensa de release, newsletter, mas principalmente da experiência[...] É o relato do impacto das ações do IFSC comunicar esse balanço social vai ajudar a fazer com que servidores com um perfil parecido com o seu percebam que o IFSC faz para além da sala de aula, é uma mudança gradativa. (Sujeito 3)

[...]bacana também a questão de divulgação. O seminário de curricularização também chama muita gente para entender e dessa vez vamos ter a colaboração de outras instituições. Então a gente busca fazer o máximo possível, de levar a extensão e apresentar a extensão. Vejo que tem um crescimento bacana da extensão. (Sujeito 5)

Talvez o engajamento poderia vir pelo próprios projetos, quando eu falo com o professor que tá fazendo extensão e tu já vê a empolgação ou até um técnico administrativo, ah eu estou vendo que tem gente diferente no campus, ah é o fulano de tal de tal empresa e aquilo gera uma conversa e tu explica o projeto, eu já senti assim a motivação das pessoas e talvez seja isso, que tu consiga motivar e talvez vendo o projeto dos colegas e vendo os potenciais o que pode ser feito, muita gente quer fazer mas não sabe como ou o que pode ser feito. Talvez na divulgação por não aparecer o que pode ser feito, ser meio isolado, ser por curso os nossos colegas não ficam sabendo. (Sujeito 10)

Sendo assim, na Dimensão Institucional, as palavras mais usadas pelos sujeitos entrevistados são demonstradas na nuvem de palavras indicada na Figura 26:

Figura 26 - Nuvem de palavras referente à Dimensão Política da Institucional



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Desta forma, sendo que o objetivo da Dimensão Institucional é verificar a gestão da extensão no IFSC, considerando as normativas, sistemas de suporte para cadastro de ações, capacitações e atuação dos servidores em ações de extensão, sintetiza-se que o IFSC está em conformidade com as normativas legais, no âmbito da extensão e da curricularização, no opinião dos entrevistados, e ainda há o reconhecimento do alinhamento de normativas institucionais construídas em 2016 com a normativa federal mais nova, publicada em 2018. Há o entendimento de que o sistema de cadastramento das ações de curricularização necessita de customização para atender às novas necessidades da instituição e que o engajamento dos servidores e estudantes em ações de extensão no IFSC ocorre por vontade própria e pela comunicação institucional eficiente.

#### 4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante das respostas dos sujeitos entrevistados, foi possível obter informações para construção dos principais resultados da pesquisa, possibilitando a discussão diante de referenciais teóricos pertinentes e marcos legais vigentes sobre a curricularização e extensão universitária. O Quadro 10 demonstrado no item 3.2.5 foi desmembrado nas cinco dimensões

propostas para abordagem da entrevista, indicando, a partir disso, também os principais resultados e a literatura referencial. O quadro 11 apresenta a dimensão Conceitual da extensão Universitária, por conseguinte será apresentada a discussão.

Quadro 11 - Quadro de apresentação e discussão dos principais resultados da Dimensão Conceitual da Extensão Universitária

Dimensão	Grupo Respondente	Objetivo da abordagem do questionamento	Principais Resultados
<b>Conceitual</b>	<p><b>Grupo Alta Gestão</b> (Participantes 1, 2 e 3)</p> <p><b>Grupo Executor</b> (Participantes 4,5,6,7,8,9,10)</p> <p><b>Grupo Discente</b> (Participante 11)</p> <p><b>Grupo Comunidade</b> (Participante 12)</p>	<p>Verificar como o grupo entende a extensão diante de sua visão de mundo.</p>	<p>- Extensão é fusão entre teoria e prática, vivenciando o que se aprende em sala de aula</p> <p>- Necessidade de reconhecimento do IFSC por meio da extensão (<b>ação que necessita intervenção</b>)</p> <p>-Significância da Educação diante da Extensão e valorização diante do ensino e pesquisa (<b>ação que necessita de intervenção</b>)</p> <p>- Troca de saberes entre academia e sociedade</p> <p>- Princípios da Extensão ainda não enraizados na cultura das instituições (<b>ação que necessita de intervenção</b>)</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A dimensão conceitual da Extensão Universitária teve como objetivo retratar como o grupo respondente entende a extensão universitária diante da sua visão de mundo. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão ou Cargos Equivalentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – FORPROEXT (2015, p.2) indica o conceito de extensão como “um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade”. Diante do conceito do FORPROEXT, considera-se o conceito da “Extensão Tecnológica”, voltada para as especificidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, equiparados às universidades à luz da Lei nº 11.892/2008, porém diferenciados em aspectos acadêmicos e de atuação na sociedade.

A Resolução nº 07/2018/CNE/CES traz o conceito de extensão universitária como sendo a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a

interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, [...] em articulação permanente com ensino e a pesquisa. Desta forma, a referida resolução ao citar “atividade que se integra à matriz curricular” indica a curricularização da extensão, conforme consta no PNE 2014-2024, sob a publicação da Lei nº 13.005/2014, em sua meta 12, estratégia 12.7.

Durante as entrevistas, foi possível avaliar que o conceito de extensão, para a totalidade dos entrevistados, diante de uma semântica simplificada, seria a junção entre teoria e prática, tendo a aluno a possibilidade de vivência, de forma real, do conhecimento adquirido em sala de aula. Para isso, Freire (1969) traz o conceito da extensão como o ato de “estender”, porém não apenas estender em via única, também reconhecer e receber o conhecimento oriundo da outra parte, sendo esta a sociedade, indo além da academia científica.

O depoimento de um dos entrevistados prosseguiu um caminho para além do contexto de conceito, em que trouxe a questão sobre a significância da educação por meio da extensão e a necessidade de o IFSC considerar, em suas ações de extensão, a ação reflexiva dos alunos e dos docentes. Neste sentido, Schön (2000) aborda o estudo da ação reflexiva, ou seja, o refletir durante o fazer. Diante da premissa do autor e do depoimento do entrevistado, tanto o discente quanto o docente presente ali na ação da extensão, podem conceituar de forma explícita o que de fato é a extensão e validar o conhecimento adquirido em sala de aula. Freire (1969) também aborda o processo de aprendizagem diante da apropriação do que foi aprendido anteriormente dentro da universidade, tornando possível vivenciar o conceito da extensão no contexto de aplicação da teoria por meio da prática:

[...] no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outros de conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende (FREIRE, 1968, p.18)

Quatro dos doze entrevistados trazem a possibilidade de “(re) conhecimento” das instituições de ensino pela sociedade por meio de estratégias e ações de extensão, pois é agindo e criando elos com a sociedade que esta compreende o papel daquela instituição em seu entorno. Compreende-se, por fim, o que é extensão, não em um conceito único e rígido, mas em seu conceito mais abrangente e de possível compreensão semântica. Jezine (2004) expõe que o processo educativo, alicerçado como um dos princípios da extensão universitária, proporciona

a relação de saberes e a produção de conhecimento com a realidade social, isto favorece o vínculo entre a instituição de ensino e a comunidade.

Ainda com relação aos princípios da Extensão Universitária, o FORPROEX (2012) elenca os 5 princípios da extensão, sendo eles: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social, desta forma, um dos entrevistados trouxe a questão de que os princípios basilares da extensão não estão enraizados ainda nas instituições. Isso faz com que o conhecimento sobre o conceito da extensão apresente a problemática de compreensão, visto que os seus princípios não são conhecidos e por muitas vezes não são praticados. Ottaviano e Rovati (2017) defendem que não se deve buscar o conceito definitivo de extensão ou uma definição normativa abstrata, desvinculada da história da extensão universitária no Brasil e das práticas realizadas, deve-se fazer um esforço para que ao falar de extensão possa saber com quem e sobre o que estamos falando.

Outro entrevistado trouxe, dentro do contexto da conceituação de extensão, uma problemática sobre a pouca valorização da extensão no meio acadêmico, defende, o entrevistado, que ao mesmo tempo que a educação tenta conceituar a extensão e dar lugar de valor para essa, ocorre uma diferenciação do ensino e a pesquisa em detrimento à extensão. Demo (2004) critica a forma como as instituições de ensino praticam e abordam a extensão universitária, defende o autor que a extensão é tratada como o “primo pobre”, negligenciando o papel e o espírito da extensão universitária.

A dimensão social teve como objetivo verificar o entendimento do grupo entrevistado sobre a relação social do IFSC e a comunidade do entorno. No Quadro 12, estão apresentados os principais resultados e, por conseguinte, a discussão sobre o que foi encontrado diante da literatura referencial pertinente.

Quadro 12 - Quadro de apresentação e discussão dos principais resultados da Dimensão Social da Extensão Universitária

Dimensão	Grupo Respondente	Objetivo da abordagem do questionamento	Principais Resultados
<b>Social</b>	<p><b>Grupo Alta Gestão</b> (Participantes 1,2 e 3)</p> <p><b>Grupo Executor</b> (Participantes 4,5,6,7,8,9,10)</p> <p><b>Grupo Discente</b> (Participante 11)</p> <p><b>Grupo Comunidade</b> (Participante 12)</p>	Verificar o entendimento do grupo sobre a relação social da instituição e a comunidade do entorno	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de melhorar a avaliação das ações de extensão para verificar o real impacto social; <b>(ação que necessita de intervenção)</b></li> <li>- Necessidade de olhar para o entorno antes das ações serem planejadas; <b>(ação que necessita de intervenção)</b></li> <li>- Necessidade de divulgar de forma mais eficaz as ações do IFSC para que alcance a comunidade; <b>(ação que necessita de intervenção)</b></li> <li>- Importância e necessidade de realização de parcerias para aumentar e fomentar as ações de extensão; <b>(ação que necessita de intervenção)</b></li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Arroyo (2010) defende que as ações de extensão universitária, quando se desenvolvem como atos políticos, ou seja, como ações que podem transformar determinada situação social, possibilitam a interlocução entre os saberes e a formação crítica de novos profissionais. O Parecer nº 608/2018/CNE/CES, parecer este que deu origem à Resolução nº07/2018/CNE/CES, traz em seu texto a importância da institucionalização da prática extensionista, considerando na estrutura universitária, no quesito administrativo e acadêmico, “a recuperação da função social da universidade e instauração de sua credibilidade” (BRASIL, 2018).

Diante das respostas dos entrevistados, foi possível identificar que existe a necessidade de criar ferramentas de avaliação das ações de extensão, a fim de conseguir mensurar quais os impactos sociais atingidos por meio da Extensão Universitária. Ribeiro (2010) indica que avaliação traz o conceito de finalidade/utilidade dos resultados, não sendo a avaliação apenas um simples método de conferência. No processo de curricularização da extensão no IFSC, ao integrar os 10% de carga horária total do curso, em atendimento ao PNE (2014-2024), os núcleos docentes estruturantes precisam indicar a pertinência social da ação, porém o processo de avaliação posterior não consegue verificar o impacto social no entorno onde a ação foi realizada. Isto também ocorre com as demais ações de extensão do IFSC. Kuba (2018) propõe um modelo de avaliação das ações de extensão do IFSC, contemplando relatório técnico para verificação de impacto na comunidade.

Dois dos entrevistados indicam que o IFSC olha para o entorno antes de propor a ação de extensão, porém algumas ações são pensadas anteriormente à verificação da comunidade em que será inserida. Portanto, indica-se que não há o estabelecimento de uma “rota” ou critérios de proposições de ação, podendo não haver antecipadamente a pesquisa e o reconhecimento das reais necessidades do entorno. Ramirez e Cunha (2017) colocam em seu estudo a importância da avaliação das ações de extensão, não só para fins acadêmicos baseados nas avaliações imbuídas de forma tradicionalista na Pesquisa, a fim de que a Extensão seja considerada imprescindível:

Porém é de fundamental importância que esse processo não seja baseado naqueles tradicionalmente desenvolvidos pela Pesquisa, sob pena da Extensão nunca deixar de ocupar uma postura subalterna no universo universitário. Uma vez que o processo de avaliação é também um norteador das ações a serem implementadas, propõe-se que esse valorize o público ao qual se destina e, conseqüentemente, seu impacto social e a natureza da ação, se continuada ou não. (RAMIREZ; CUNHA, 2017, p. 230-244)

Os entrevistados indicam que precisa haver uma melhora da comunicação do IFSC com a sociedade no sentido de divulgação das ações realizadas pela instituição para que a sociedade saiba o que o IFSC faz na extensão universitária, para que demonstre de forma efetiva suas ações, isso também na opinião dos entrevistados, melhoraria o conhecimento da instituição pela sociedade. A população por muitas vezes “reconhece” o que é uma universidade, porém não conhece os Institutos Federais por serem recentes, datando sua equiparação às universidades em 2008. Muitos cidadãos só reconhecem os Institutos Federais quando é ressaltado ser a “antiga Escola Técnica”. Contribuindo com isso, Rocha (1984), tendo como base em sua pesquisa o estudo de Freire (1969), defende que a Extensão tem de ser função de comunicação da Universidade com o entorno, possibilitando a “realimentação face à problemática da sociedade, propiciando uma reflexão crítica e revisão permanente de suas funções de ensino e pesquisa (ROCHA, 1984, p.60). Bornadave (2006) faz algumas perguntas sobre a comunicação na sociedade, mas também nas instituições que tem o dever da comunicação para fora de suas fronteiras, diante disto, confronta se os meios de comunicação ajudam na tomada de decisões importantes, se oferecem oportunidade de expressão a todos os setores da sociedade, se a comunicação favorece o encontro, o diálogo e a participação.

Um dos entrevistados, ao ser questionado sobre a dimensão social da extensão no IFSC, levantou a questão das parcerias com empresas ou outras instituições da sociedade civil, defendendo que as parcerias propiciam o aporte orçamentário, intelectual e tecnológico nas ações de extensão, ainda contribui, o entrevistado, que a curricularização favorece o estreitamento da instituição com a sociedade. Contribuindo com a fala do entrevistado, a

Política Nacional de Extensão Universitária indica que “o orçamento público destinado às ações de extensão não exclui a possibilidade de captação de recursos privados por meio das parcerias com empresas, órgãos e instituições ligadas à temática da ação, assim como as articulações políticas com agências de desenvolvimento. A questão importante não é a origem dos recursos, mas sim a sua utilização de acordo com os princípios da Extensão Universitária” (FORPROEX, 2012).

Os próximos resultados a serem discutidos são oriundos da Dimensão Educacional da Extensão Universitária. O quadro 13 demonstra os principais resultados encontrados e, por conseguinte, esses serão discutidos diante dos marcos legais e literatura pertinente:

Quadro 13 - Quadro de apresentação e discussão dos principais resultados da Dimensão Educacional da Extensão Universitária

<b>Dimensão</b>	<b>Grupo Respondente</b>	<b>Objetivo da abordagem do questionamento</b>	<b>Principais Resultados</b>
<b>Educacional</b>	<p><b>Grupo Alta Gestão</b> (Participantes 1,2 e 3)</p> <p><b>Grupo Executor</b> (Participantes 4,5,6,7,8,9,10)</p> <p><b>Grupo Discente</b> (Participante 11)</p>	<p>Verificar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entendimento sobre a formação do aluno extensionista e a atuação do professor no processo formativo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e no planejamento orçamentário de ações da extensão no IFSC; <b>(ação que necessita de intervenção)</b></li> <li>- Necessidade de capacitações e mudança de paradigma na atuação docente para enfrentamento às resistências com relação à extensão; <b>(ação que necessita de intervenção)</b></li> <li>- A curricularização favorece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;</li> <li>- O papel de mediação e orientação do professor na ação extensionista;</li> <li>- A extensão como condutora para a diminuição da evasão escolar, valorizando o pertencimento do aluno na sociedade, corroborando com a formação integral na prática, discente protagonista na construção de sua própria trajetória.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O objetivo dos questionamentos feitos aos grupos respondentes da Dimensão Educacional da Extensão era de verificar o entendimento sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o entendimento sobre a formação do aluno extensionista e a atuação do professor no processo formativo. Os entrevistados, em sua maioria afirmam que há dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na instituição. Dois dos entrevistados fazem crítica sobre a composição orçamentária diferenciada e separada entre ensino, pesquisa e

extensão, cabendo à extensão uma fatia menor do orçamento geral. Indicam, os entrevistados que os orçamentos deveriam vir de uma fonte única integrando as três dimensões da educação.

O princípio da indissociabilidade da extensão entre o ensino e a pesquisa é trazido na recente publicação das Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, onde indica que o princípio deve “estar presente na articulação entre as pró-reitorias das instituições e também nos setores responsáveis, atuando de forma orgânica e integrada no planejamento, execução e na avaliação das atividades ao longo de todo o processo de sensibilização, implementação e efetivação da política de curricularização da extensão na IES (CONIF,2020). Entretanto, Morin (2005) chama a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como o desafio das instituições de ensino do século XXI. O autor ainda critica que a dissociabilidade é iniciada já nos currículos, sendo estes concebidos de forma fragmentada, não contemplando a visão do todo e por fim não se integram ou ao menos se complementam.

Quando questionados sobre a atuação docente na extensão universitária, alguns dos entrevistados trouxeram a questão da resistência à mudança de paradigma da educação que a extensão universitária proporciona, à medida que alguns docentes precisam realizar ações de extensão. Indicam, os entrevistados, que é necessário ocorrer mais ações do IFSC quanto à sensibilização, primeiramente da importância da atuação docente nas ações de extensão, diante de um papel orientativo, e posteriormente, a sensibilização para a revisão dos currículos para a inserção da curricularização. Santos (2005) sublinha que a resistência tem que dar lugar às alternativas de pesquisa, ensino e extensão, a fim de se organizarem para o contributo específico da universidade na definição e soluções dos problemas sociais. Imperatore *et al.* (2015) diagnosticam percepções dos professores, onde indicam a marginalização da extensão nos currículos, a desvalorização da prática extensionista na carreira e remuneração docente, a dificuldade de publicações em periódicos qualificados, orçamento insuficiente para as ações e indiferença por parte de docentes à extensão. Os autores ainda colocam que há uma legião de docentes incrédulos sobre a curricularização, onde questionam sobre “disciplinar a extensão”.

Todos os entrevistados colocam o papel do professor na ação de extensão como “orientativo”, porém dois dos entrevistados, sendo estes docentes, indicam que a concepção de educação e a atuação profissional mudou após realizarem ações de extensão com os alunos do ensino superior. Um dos entrevistados coloca que viu o amadurecimento dos alunos ao integrarem as ações de extensão do IFSC, pois estiveram em situações reais de trabalho, aplicando o conhecimento adquirido em sala de aula. Freire (1969) coloca que as ações de extensão, atreladas à pesquisa, exigem novos conteúdos de ensino, de níveis diferentes, que

demandam novas pesquisas temáticas, superando a “concepção estática e ingênua da educação como pura transmissão de conhecimentos” (FREIRE, 1969).

Quando questionados sobre o papel do aluno em atuação nas ações de extensão, os entrevistados indicam que a extensão contribui efetivamente para a diminuição de evasão escolar, visto que o pertencimento acaba tomando lugar quando o discente vivencia situações reais sobre o conhecimento adquirido em sala de aula. Este sentimento de pertencimento, segundo os entrevistados, favorece a atuação discente como protagonista nas ações e da sua formação integral. Calderón (2007) colabora com a percepção dos entrevistados, colocada anteriormente, no sentido que a missão pública da educação superior é a formação de cidadãos científica e profissionalmente competentes, bem como comprometidos com o desenvolvimento social do país. Thiollent (2009) defende que a relação do conhecimento e da ação existe no campo do agir e do fazer, muitas das estruturas do ensino trazem a questão do conhecer para agir ou fazer, assim como agir e fazer para então conhecer. Assim, aquele aluno que experimenta a ação de extensão retroalimenta o próprio conhecer por meio de uma percepção adquirida para além da sala de aula.

Desta forma, a dimensão educacional trouxe a extensão como fator de diminuição de evasão escolar, pois na ação extensionista o aluno identifica seu lugar de prática, valida o pertencimento ao meio como cidadão, não é mais apenas aluno como receptor, porém também detentor e disseminador de conhecimento. O Parecer 608/2018/CNE/CES, traz na abordagem da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o discente protagonista, no sentido de que deixam (os alunos) de ser apenas meros receptáculos de um conhecimento validado pelo professor para se tornarem participantes do processo, onde o eixo pedagógico clássico “estudante/professor”, é agora substituído pelo eixo “estudante/professor/comunidade” (BRASIL, 2018).

O quadro 14 a seguir abordará a Dimensão Política da Extensão Universitária no IFSC, onde serão demonstrados os principais resultados obtidos diante do objetivo principal que é a verificação sobre o atendimento aos marcos legais federais da extensão universitária por parte do IFSC e políticas de fomento para a extensão.

Quadro 14 – Quadro de apresentação e discussão dos principais resultados da Dimensão Política da Extensão Universitária

Dimensão	Grupo Respondente	Objetivo da abordagem do questionamento	Principais Resultados
<b><u>Política</u></b>	<p><b>Grupo Alta Gestão</b> (Participantes 1,2 e 3)</p> <p><b>Grupo Executor</b> (Participantes 4,5,6,7,8,9,10)</p>	Verificar o atendimento por parte do IFSC aos Marcos Legais Federais e políticas de fomento para a extensão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há adequação diante das normativas federais às normativas institucionais sobre extensão;</li> <li>- Há um esforço para que as ações de extensão estejam adequadas aos marcos legais;</li> <li>- Houve evolução na forma de fazer extensão à medida que os marcos legais foram evoluindo;</li> <li>- IFSC encontra-se à frente de algumas instituições no sentido de adequação às normativas, construção de grupos de trabalho para sensibilização sobre a importância da curricularização;</li> <li>- Orçamento federal destinado para a extensão é insuficiente, o que favorece a dissociabilidade, visto que o orçamento de extensão é menor em relação aos orçamentos de ensino e de pesquisa; <b>(ação que necessita de intervenção)</b></li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os questionamentos da Dimensão Política visavam verificar qual a visão dos entrevistados sobre atendimento do IFSC aos marcos legais federais, considerando suas normativas institucionais e as políticas de fomento para a extensão. Os respondentes fazem parte do grupo “Alta Gestão” e também do grupo “Executor”, ou seja, são respondentes que estão diretamente ligados à tomada de decisão e também de execução das ações de extensão e implementação da curricularização na instituição. Nesta dimensão não foram consultados os respondentes dos grupos “discente” e grupo “comunidade”.

Todos os respondentes do grupo executor e grupo gestor indicaram entender que o IFSC está muito articulado com os marcos legais federais em relação às suas normativas institucionais. Isto considerando as duas últimas normativas sobre a extensão universitária: a Resolução nº 40/2016/CONSUP/IFSC, que aprova as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFSC e a Resolução nº 61/2016/CONSUP/IFSC, que regulamenta as atividades de extensão no IFSC. Dois dos respondentes indicam que o resultado alinhado entre normativas institucionais e marcos legais federais deu-se principalmente pelo fato de gestores do IFSC terem participado ativamente das discussões da Resolução nº 07/2018/CNE/CES.

Quatro respondentes indicaram que ao longo do tempo, principalmente após a divulgação da Política Nacional de Extensão Universitária, publicada pelo FORPROEX em

2012 e após a publicação do PNE (2014-2024), houve uma evolução nas normativas institucionais sobre o tema. Antes disso havia muitas dúvidas sobre “como fazer extensão”, como os próprios respondentes frisaram, ainda há dúvidas sobre os processos que englobam a extensão, porém os marcos legais juntamente com as normativas institucionais puderam proporcionar um norteamento para a gestão e atuação nas ações de extensão. O resultado indica que as normativas institucionais estão alinhadas com os marcos legais vigentes, principalmente ao que tange as resoluções nº40/2016/CONSUP/IFSC e nº60/2016/CONSUP/IFSC com os dois marcos legais federais mais recentes, sendo eles o PNE, sob a Lei nº 14.005/2014 e a Resolução nº 07/2018/CNE/CES, ambos tratam da curricularização da extensão.

Quando questionados sobre o orçamento distribuído para as ações de extensão, não só no IFSC, mas também nas outras instituições federais de ensino superior, nove respondentes indicaram que é insuficiente o aporte orçamentário para abarcar as necessidades de implementação, capacitação e execução de ações de extensão. Um entrevistado indica que o orçamento é suficiente para as ações as quais ele organiza e participa, porém entende que outras ações necessitam de aportes orçamentários maiores, e ainda contribui com a importância da efetivação de parcerias entre instituições de ensino e a sociedade civil.

No contexto da normatização institucional alinhada à normativa federal e o orçamento destinado às ações de extensão, o Parecer nº 608/2018/CNE/CES traz que a formação do estudante diante da extensão universitária, depende também, no âmbito interno das instituições de ensino, do diálogo permanente dos órgãos destinados ao fomento das atividades extensionistas, com os colegiados de graduação e pós-graduação, possibilitando a aplicação das diretrizes e legislações vigentes.

Durante as entrevistas, três dos entrevistados indicaram as Universidades ou os Institutos Federais, assim como as demais instituições de ensino como organizações complexas. A gestão da tríade ensino, pesquisa e extensão exige a “missão de uma tarefa desafiadora”, como revela Andrade (2002). O mesmo autor indica as metas da universidade como a geração de conhecimento (pesquisa), transmissão de conhecimentos (ensino) e transferência de benefícios à sociedade (extensão). Jezine (2004) defende que a sociedade não só se beneficia da extensão, ao contrário, ela deixa de ser passiva no recebimento de informações e conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania.

A próxima dimensão a ser explorada trata da questão institucional sobre os processos de extensão universitária e curricularização. Nesta dimensão, a pesquisadora teve como

objetivo verificar a opinião dos entrevistados sobre a gestão da extensão no IFSC, assim como o processo de curricularização nos cursos superiores da instituição.

No quadro 15, são apresentados os principais resultados encontrados e em seguida é apresentada a discussão pertinente:

Quadro 15 - Quadro de apresentação e discussão dos principais resultados da Dimensão Institucional da Extensão

Dimensão	Grupo Respondente	Objetivo da abordagem do questionamento	Principais Resultados
<b>Institucional</b>	<p><b>Grupo Alta Gestão</b> (Participantes 1,2 e 3)</p> <p><b>Grupo Executor</b> (Participantes 4,5,6,7,8,9,10)</p>	Verificar a gestão da extensão na instituição, considerando as normativas, gestão de fomento, capacitações e atuação dos servidores em projetos e programas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apesar de haver capacitações para o tema curricularização há três anos, nem todos os docentes e técnicos administrativos estão capacitados diante das exigências dos marcos legais vigentes; <b>(ação que necessita de intervenção)</b></li> <li>- Desinteresse e falta de engajamento por parte dos servidores para participação em capacitações e em ações de extensão; <b>(ação que necessita de intervenção)</b></li> <li>- Visibilidade da extensão a partir da obrigatoriedade da curricularização em cumprimento aos marcos legais;</li> <li>- Crítica quanto ao sistema de cadastramento das ações de extensão ao que tange também as ações de curricularização. O sistema não possibilita a extração de relatório onde poderia constar os cursos curricularizados e as ações de extensão que cumprem os 10% da carga horária total do curso, conforme estratégia 12.7 – PNE 2014-2024, demonstrando necessidade de customização do SIGAA para atender tal demanda; <b>(ação que necessita de intervenção)</b></li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os entrevistados indicam que a Pró-Reitoria de Extensão e Relações externas do IFSC, responsável pela divulgação da extensão e implantação da curricularização, tem se empenhado ao longo dos três últimos anos em viabilizar a capacitação de servidores nos 22 câmpus e Reitoria para que conheçam os processos de extensão e principalmente para a sensibilização sobre a implantação da curricularização nos cursos superiores. O Projeto “Reitoria Itinerante”, viabilizado pela Pró-Reitoria, visava, até o ano passado, percorrer todos os câmpus do IFSC levando capacitações sobre a extensão e também possibilitando o encontro entre comunidade do entorno, presente nas discussões, e a própria comunidade acadêmica. Estas ações possibilitaram que empresas e instituições da sociedade civil pudessem participar de diversas capacitações e reuniões, gerando outras parcerias e viabilizando ações com a comunidade.

Recentemente, a Pró-Reitoria publicou mais um edital que possibilita a capacitação de alunos e servidores, porém também os coloca como protagonistas do processo. O Edital chamado de “O fazer extensionista” possibilita que alunos e servidores possam apoiar a formação extensionista de outros servidores e alunos por meio de um curso de extensão que poderá contribuir para a percepção do entorno e arranjo produtivo, em convergência com a estratégia de setores da sociedade. Esta ação também possibilita que os currículos dos cursos ofertados nos câmpus também sejam revisados diante das necessidades locais. Para atender à demanda de capacitação para os processos de Curricularização da Extensão, em atendimento ao PNE (2014-2024), a mesma pró-reitoria realizou o Seminário de Curricularização no primeiro semestre de 2019, onde teve a presença do Relator do Parecer nº608/2018/CNE/CES, que deu origem à Resolução nº07/2018/CNE/CES, Prof. Gilberto Garcia. Outras oficinas de curricularização foram realizadas nos câmpus durante os anos de 2018 e 2019.

Mesmo com as capacitações ofertadas pela Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, ao que tange a curricularização e demais atividades de extensão, três dos entrevistados indicaram que seriam necessárias mais ações de capacitação. Dois dos entrevistados, indicaram, porém, que há capacitações ofertadas pelo IFSC sobre o tema, entretanto muitas vezes não há o interesse e engajamento por parte dos servidores em participarem das capacitações.

Outro servidor indica que a extensão ganhou uma visibilidade no IFSC após a obrigatoriedade de cumprimento da carga horária mínima de 10% nos currículos de cursos de graduação, voltada para ações de extensão. Ele verifica que os coordenadores de curso, professores e os NDEs estão voltados para “entender” o processo e como se faz curricularização. Neste sentido, sendo a curricularização da extensão no IFSC objeto de estudo de Frutuoso (2020) trouxe uma possibilidade de criação de um site aberto para a comunidade interna e externa do IFSC para instruir os atores no processo de curricularização. O site proposto pelo autor auxilia na construção e adequação dos Projetos Pedagógicos de Cursos superiores e de tecnologia, demonstrando a legislação vigente, vídeos explicativos de como fazer a curricularização, a história da extensão no IFSC e no Brasil e também a demonstração de exemplos.

Quando questionados sobre o sistema utilizado para cadastramento das atividades de extensão, todos os entrevistados entendem que o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA apresenta dificuldades e retrabalho na ação de cadastramento de atividades. Os entrevistados indicam que há ainda a necessidade de customização para que as atividades de extensão curricularizadas possam ser levantadas em forma de relatório. Um dos entrevistados indica que hoje o levantamento dos cursos curricularizados ocorre por meio de

planilha compartilhada na equipe da Diretoria de Extensão. O SIGAA apresenta os módulos separados entre acadêmico (ensino), pesquisa e extensão, conforme demonstrado na figura 27:

Figura 27 - Tela acesso aos módulos SIGAA



Fonte: IFSC (2020).

As atividades de extensão curricularizadas ficam atreladas aos currículos dos cursos, portanto não são migradas para o módulo “extensão”, ficando registradas no módulo “acadêmico”. Cabe ressaltar que as atividades de extensão curricularizadas devem ser cadastradas como programas ou projetos, sendo o programa o conjunto de vários projetos. As outras ações podem ser registradas como cursos e oficinas, eventos, projetos e programas. Os entrevistados revelam que há a necessidade de customização para tornar o cadastro das ações mais “amigável”. Indicam ainda a necessidade de geração de relatórios para uma visão sistêmica de todas as atividades de extensão praticadas pela instituição, curricularizadas ou não.

Os resultados encontrados na Dimensão Institucional da Extensão Universitária e da curricularização do IFSC vão ao encontro da indicação de Dalmolin e Vieira (2015), que colocam o tensionamento posto a complexidade de um novo processo, o qual interfere no campo de atuação de professores, alunos, demais servidores, sociedade em geral, visto que todos tem expectativas, saberes e muitas subjetividades, cabendo à gestão das universidades mediar as ações com sensibilidade e responsabilidade social na construção da excelência acadêmica.

#### 4.3 PROPOSIÇÃO DE APRIMORAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFSC

A Plataforma Nilo Peçanha – PNP, iniciada em 2017 pelo Ministério da Educação – MEC, tem como objetivo coletar, tratar e publicizar dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A PNP demonstra que o IFSC, conforme base 2019 com dados extraídos em 2020, tem a oferta de 70 (setenta) cursos de nível superior, dentre eles bacharelados, superior em tecnologia e licenciatura, resultando em 10.213 (dez mil, duzentas e treze) matrículas no ano de 2019, como indica a figura a seguir:

Figura 28 - Relatório PNP Cursos Superiores do IFSC, base 2019

Instituição ..	Unidade de Ensino (..	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
IFSC	Campus Araranguá	5	275	81	30	111	263
	Campus Caçador	2	269	104	0	95	362
	Campus Canoinhas	3	266	119	30	127	584
	Campus Chapecó	2	380	89	25	85	196
	Campus Criciúma	3	458	162	8	169	407
	Campus Florianópolis	10	2.676	704	166	698	4.393
	Campus Florianópolis	3	351	139	22	151	2.074
	Campus Garopaba	1	101	41	12	50	41
	Campus Gaspar	4	1.054	288	223	217	511
	Campus Itajaí	1	309	100	0	120	766
	Campus Jaraguá do Sul	6	175	100	2	120	937
	Campus Jaraguá do Sul	2	663	193	27	191	979
	Campus Joinville	6	729	227	42	206	3.471
	Campus Lages	4	465	194	31	181	1.187
	Campus Palhoça	2	346	128	30	128	417
	Campus São Carlos	2	122	49	0	49	372
	Campus São José	5	413	117	26	116	617
	Campus São Miguel	2	288	96	16	114	156
	Campus Tubarão	1	125	51	10	51	327
	Campus Urupema	4	97	30	6	80	107
	Campus Xanxerê	1	163	51	0	44	313
	Centro de Referência	1	488	11	79		
<b>Total</b>		<b>70</b>	<b>10.213</b>	<b>3.074</b>	<b>785</b>	<b>3.103</b>	<b>18.480</b>

Fonte: PNP (2020).

Conforme relatório construído pela Diretoria de Extensão do IFSC, unidade organizacional ligada à Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas e responsável pela análise dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPCs, com a atribuição de resguardar o atendimento aos marcos legais como o PNE 92014-2024), Resolução nº 07/2018/CNE/CES e normativas institucionais, foi realizado o levantamento de 60 (sessenta) cursos superiores dos 22 (vinte e dois) câmpus do IFSC. Dentre os 60 (sessenta) cursos superiores, 14 (quatorze) cursos apresentam a matriz curricular com 10% de carga horária destinada para atividades de extensão

ou parecer favorável do Colegiado de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE, em outras palavras, já com aprovação prévia da proposta curricular.

Com atendimento parcial aos marcos legais vigentes e normativas institucionais como as resoluções nº40 e nº 61/2016/CONSUP/IFSC, 10 (dez) cursos apresentam nas matrizes curriculares, ementas que não descrevem como as ações de extensão curricularizadas serão executadas ou registradas, algumas das ações de extensão curricularizadas propostas estão sugeridas por meio do Projeto Integrador, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Profissionalizante, não apresentando atividades de extensão formalmente curricularizadas. Algumas propostas curriculares, dentre os currículos aprovados parcialmente, indicam a carga horária de 10% conforme preconiza o PNE, porém a referida carga horária não está descrita em alguma ementa ou na própria matriz curricular, outros currículos ainda indicam que determinada Unidade Curricular será de extensão, mas a carga horária não atinge os 10% do total e não é descrito como serão executados e registrados em forma de programa ou projeto de extensão. A Resolução nº40/2016/CONSUP/IFSC, que aprova as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFSC, preconiza que a inclusão de carga horária de extensão deve estar descrita na matriz curricular e nas ementas das unidades e componentes inseridos no Projeto Pedagógico de Curso.

O levantamento da Diretoria de Extensão ainda indica 4 (quatro) cursos que estão com a matriz curricular aprovada condicionalmente às alterações, conforme parâmetros de curricularização da extensão, ou seja, já estão aprovados pela diretoria e pelo CEPE, apenas dependendo de algumas pequenas alterações como na descrição de atividades ou ajuste de carga horária. Os cursos superiores ainda não curricularizados somam 32 (trinta e dois) projetos pedagógicos não submetidos à análise da diretoria para curricularização das atividades de extensão. O quadro a seguir demonstra os números indicados no relatório da Diretoria de Extensão.

Quadro 16 – Análise Diretoria de Extensão IFSC

Curricularizado ou com parecer favorável para CEPE	14
Parcialmente	10
Aprovação condicionada às alterações	4
Não curricularizado	32

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Cabe ressaltar que a própria Diretoria de Extensão não encontra ferramenta ou customização no SIGAA, sistema esse utilizado para registros acadêmicos de ensino, pesquisa

e extensão, para que possa realizar a do processo de curricularização da extensão dos cursos superiores do IFSC, comprovando o que indicam os entrevistados sobre a necessidade de ferramentas sistêmicas que viabilizem a gestão extensionista do IFSC. Para este acompanhamento, a Diretoria de Extensão e a Coordenadoria de Curricularização utilizam-se de planilhas compartilhadas para sistematização das análises.

Deste modo, os resultados da pesquisa, alcançados por meio das entrevistas semiestruturadas, dos marcos legais federais vigentes, das normativas institucionais e literatura pertinente, permitiram à pesquisadora propor ações, diante dos pontos limitantes demonstrados no estudo, para o aprimoramento de ações de extensão e curricularização no Instituto Federal de Santa Catarina. O quadro a seguir identifica a dimensão analisada, os principais resultados limitantes e proposições:

Quadro 17 - Quadro de Proposições para aprimoramento de ações do IFSC

<b>Dimensão</b>	<b>Resultados Limitantes</b>	<b>Proposições</b>
Conceitual	Necessidade de reconhecimento do IFSC por meio da extensão	Criar comunicações para o público em geral no formato painel de ações do IFSC, por meio virtual ou evento presencial.
	Necessidade de enraizar os princípios da extensão na cultura do IFSC	Capacitar e esclarecer os princípios da extensão para a comunidade interna e externa, enraizando este conhecimento na cultura institucional.
	Necessidade de reconhecimento da extensão para romper preconceitos, valorizando a extensão ao mesmo passo do ensino e da pesquisa.	Capacitar e criar o entendimento sobre a importância da extensão, como se faz e quando se faz a ação. Posicionar a extensão ao lado do ensino e pesquisa nas ações institucionais
Social	Necessidade de aperfeiçoar as avaliações das ações de extensão para averiguação do impacto social	Adoção de ferramentas para avaliar as ações e os impactos sociais gerados.
	Necessidade de planejamento de ações de extensão conforme as demandas do entorno	Adoção de ferramentas para análise prévia do entorno, e a partir do resultado da análise, realizar as propostas de atividades de extensão.

	Necessidade de divulgação das ações de extensão para alcance da comunidade interna e externa do IFSC	Criar meios de comunicação que alcancem a sociedade em geral sobre as ações executadas pelo IFSC e a importância destas ações para comunidade interna e externa do IFSC.
	Necessidade de aumentar o número de parcerias para fomentar as ações de extensão	Realizar estudo quantitativo e qualitativo de possíveis parceiros, considerando o arranjo produtivo local e as <i>expertises</i> de cada campus.
Educativa	Necessidade de indissociar ensino, pesquisa e extensão	Avaliar as ações desde as proposições, adequando-as à indissociabilidade.
	Necessidade de diminuir as resistências da atuação docente em ações de extensão	Capacitar, orientar, criar alternativas de envolver a pesquisa e a extensão igualmente no processo formativo do aluno, mudando a perspectiva profissional do professor.
Política	Orçamento federal insuficiente para abarcar as ações de extensão do IFSC e das instituições públicas em geral	Investir em parcerias institucionais, empresariais e organizacionais, envolvendo membros da sociedade civil, criando uma rede de apoio orçamentário, tecnológico e humano às ações do IFSC em contribuição para o entorno.
Institucional	Necessidade de ofertar capacitações para ações de extensão e processo de curricularização.	Já há o movimento de capacitação sobre extensão e curricularização, porém há a necessidade de envolvimento de toda a comunidade acadêmica: alunos, professores e técnicos.
	Necessidade de sensibilizar os servidores para o engajamento e participação em ações de extensão do IFSC	Por meio de uma comunicação ativa com a comunidade acadêmica, sensibilizar sobre a importância do envolvimento nas ações de extensão do IFSC até mesmo do servidor que está à frente de questões burocráticas no dia a dia.
	Necessidade de customização do SIGAA para atender às demandas de gestão das ações de extensão e de curricularização	Customizar o sistema, possibilitando o cadastro das ações de extensão em geral e de curricularização, de modo que seja possível a geração

		de relatórios e formatação de informações específicas para o acompanhamento e amadurecimento do processo.
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Das ações acima elencadas no quadro, a pesquisadora identifica que, diante da discussão dos resultados obtidos na dimensão conceitual da extensão e curricularização, é possível propor melhorias na comunicação do IFSC, no sentido de comunicar à comunidade o que é o IFSC e o que essa instituição faz. Por certo que o IFSC faz inúmeras ações importantes, porém, por vezes, a comunidade não conhece ou reconhece a instituição nestas ações. Criar um painel de ações de extensão nas redes sociais ou mesmo no portal do IFSC seria uma forma de comunicar a sociedade sobre quais ações estão ocorrendo nas regiões as quais o IFSC está inserido. Outra proposição é agendar eventos para apresentação de resultados de ações, considerando que um dos câmpus do IFSC já faz evento neste sentido e, a partir destes eventos, consegue chamar a comunidade interna e externa para novas parcerias e engajamento na extensão.

Ainda na dimensão conceitual, é proposta a capacitação sobre os princípios da extensão como a interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade, impacto na formação do estudante e impacto na transformação social, para enraizamento desses princípios na cultura institucional e favorecendo o entendimento da importância da extensão, ao mesmo passo do ensino e da pesquisa.

Nas proposições que tangem a dimensão social da extensão, a pesquisadora, com base nas indicações de entrevistados, propõe o aperfeiçoamento das avaliações de ações de extensão do IFSC para que seja possível a métrica do impacto social gerado por meio da extensão, assim como a adoção de ferramentas para estudo prévio do entorno antes da proposição de ação de extensão, levando em consideração o arranjo produtivo local em adequação aos eixos e subeixos dos cursos superiores do IFSC. Por meio de redes sociais e veículos de comunicação, fazer a sociedade conhecer o IFSC e as ações que a instituição realiza, para atender a necessidade de divulgação para a comunidade interna e externa. Por fim, diante da necessidade de orçamento, surge a proposta de aumentar o número de parcerias diante de estudo quantitativo e qualitativo de possíveis parceiros, considerando o arranjo produtivo local e as expertises de cada campus.

Na dimensão educacional, são indicadas a previsão e a avaliação da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão desde o momento em que a ação é proposta, por meio dos currículos ou demais ações de extensão. No mesmo sentido, ao que tange algumas resistências dos docentes sobre a participação e realização de ações de extensão, o indicativo é capacitar,

orientar e criar alternativas para envolvimento do docente no entendimento que o processo formativo do aluno depende da tríade ensino-pesquisa-extensão, a fim de alterar a perspectiva profissional do professor.

A proposição realizada na dimensão política traz a questão do orçamento federal insuficiente para abarcar as ações de extensão do IFSC, assim como as ações das instituições públicas em geral. Neste sentido, propõe-se o investimento nas ações de parcerias institucionais, empresariais e organizacionais, envolvendo membros da sociedade civil, criando uma rede de apoio orçamentário, tecnológico e humano às ações do IFSC em contribuição para o entorno.

Na última dimensão, onde foi analisada a questão institucional diante da extensão e da curricularização, a pesquisadora sugere a sensibilização e integração da comunidade do IFSC e a comunidade externa nas ações de extensão, por meio de capacitações e eventos, indicando a importância da extensão até mesmo aos servidores que estão voltados para a área administrativa da instituição e que acabam tendo pouco contato com a questão acadêmica e social. Ainda na dimensão institucional, os resultados obtidos indicaram uma insatisfação por parte dos envolvidos nas ações de extensão em relação ao sistema hoje disponível para gerenciamento de atividades, o SIGAA, portanto é indicada a customização do sistema já existente, adequado às necessidades de cadastramento, emissão relatorial e formatação de informações específicas para o acompanhamento e amadurecimento do processo de curricularização e atividades extensionistas em geral.

Cabe ressaltar que as proposições aqui colocadas são alternativas levantadas pela pesquisadora em referência aos marcos legais vigentes, literatura pertinente e também em referência às proposições identificadas nas falas dos respondentes durante a entrevista semiestruturada, a fim de aprimorar a gestão educacional em relação à extensão universitária no IFSC.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2014), institui em sua Meta 12 e Estratégia 12.7, para adequação no período de 10 (dez) anos:

**Meta 12:** elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

**Estratégia 12.7:** assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL,2014).

A adequação aos currículos para atendimento ao PNE gerou diversas dúvidas no meio acadêmico e fez com que as instituições buscassem embasamento nos marcos legais para que tivessem condições de realizar tal tarefa. A primeira missão seria entender a extensão universitária e como realizá-la, visto que, na tríade “ensino-pesquisa-extensão”, essa última ainda permanecia em lugar não privilegiado, em detrimento ao ensino e à pesquisa. Até 2018 as discussões, internas e externas, envolveram diversas instituições, até que ao final do mesmo ano o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Superior publicam a Resolução nº 07/2018, estabelecendo diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, regimentando o disposto na estratégia 12.7 do PNE. A curricularização da extensão, como passaria a ser chamada a integração de carga horária nos currículos de cursos superiores destinada à extensão universitária, teria, a partir da Resolução 07/2018/CNE/CES, diretrizes para atendimento ao Plano Nacional de Educação.

A partir da publicação do PNE em 2014, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, objeto deste estudo, institui um cronograma de adequação à normativa legal referida, iniciando o processo de curricularização da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos superiores ofertados pela instituição. Frente ao cenário posto, surge a pergunta de pesquisa: **Como está compreendido o processo de curricularização da extensão universitária no IFSC frente aos marcos legais?** Para responder à pergunta, buscou-se o objetivo geral da pesquisa, baseado no sentido de **“Contextualizar o cenário da curricularização da extensão no IFSC, considerando os marcos legais vigentes da educação brasileira”**.

Para o atingimento do objetivo geral do estudo, foram estabelecidos 3 (três) objetivos específicos, sendo eles: 1). Evidenciar os marcos legais no contexto da Extensão Universitária

Brasileira; 2). Descrever o conceito e a prática da curricularização da extensão no IFSC; 3). Propor ações para o aprimoramento da prática da curricularização da extensão na instituição.

O primeiro objetivo foi atingido por meio da pesquisa com base nos marcos legais vigentes ao que tange a Extensão universitária brasileira, visto que não há de se falar em curricularização da extensão sem antes evidenciar o que é a extensão universitária em si. A pesquisadora criou um quadro referencial disposto no item 2.2, onde retrata o histórico do marco regulatório legal e conceitual da Extensão Universitária Brasileira.

O segundo objetivo trata da descrição do conceito e a prática da curricularização da extensão no IFSC. Este objetivo foi alcançado por meio da demonstração das normativas e do entendimento da instituição sobre o tema, conforme demonstrado no item 3.2.4. Além da demonstração das normativas institucionais em vigor, a pesquisadora utilizou os depoimentos de sujeitos envolvidos no processo de curricularização da extensão no IFSC, para entendimento sobre a prática da extensão e da curricularização pelo viés de 5 (cinco) dimensões: conceitual, social, educacional e institucional. A pesquisadora também buscou, neste objetivo, a literatura pertinente, o conceito e a prática da curricularização e da extensão como um todo, para contrapor as evidências levantadas pelos sujeitos respondentes na entrevista semiestruturada.

Para o terceiro objetivo, com base nos marcos legais brasileiros vigentes sobre a extensão, com base nas respostas dos entrevistados na entrevista semiestruturada, com base nos dados obtidos por meio Plataforma Nilo Peçanha – PNP e relatório indicado pela Diretoria de Extensão do IFSC, foi possível propor ações para o aprimoramento da prática da curricularização da extensão no IFSC.

Contemplando os três objetivos específicos, foi possível responder à pergunta de pesquisa indicando que a instituição se encontra no caminho viável para a estruturação em cumprimento à meta indicada na estratégia 12.7 do PNE até 2024, contudo há possibilidade de ajustes ao que tange questões de melhoria quanto ao sistema utilizado para cadastramento de atividades de extensão, à capacitação da comunidade interna e externa, comunicação interna e externa, incremento orçamentário por meio de parcerias e aumento de capital humano engajado.

Desta forma, após responder à pergunta de pesquisa e indicar o alcance dos três objetivos específicos, pode-se atingir o objetivo geral da pesquisa, a fim de identificar o cenário atual da extensão universitária no IFSC, diante dos marcos legais vigentes. Portanto, a pesquisadora identifica que a instituição está de acordo com os marcos legais federais, mediante normativas institucionais que vão ao encontro dos marcos regulatórios brasileiros vigentes ao que tange a extensão universitária e sua curricularização.

Para atendimento aos marcos legais, considerando desde a Lei ° 5.540/1968, revogada pela Lei nº 9.395/1996, que indica as diretrizes e bases da educação nacional, até a última resolução publicada em 2018, Resolução nº 07/2018/CNE/CES, o IFSC de fato conseguiu adequar suas normativas para atendimento ao arcabouço legal, indicando o conceito e finalidade da extensão, assim como o processo de inserção curricular, entretanto a instituição está em processo de adequação, o que gera ainda demandas de alinhamento organizacional.

A pesquisa apresentou algumas limitações, a primeira delas foi o fator “disponibilidade”. Em virtude disso, os sujeitos elencados para a entrevista inicialmente apresentavam-se ao número de 14 (quatorze) entrevistados, porém a pesquisadora conseguiu entrevistar apenas 12 (doze), prejudicando as respostas dos grupos “comunidade” e “discente”, onde foi entrevistado apenas um sujeito de cada grupo.

A segunda limitação foi o fator “tempo”, em que, apesar da pesquisadora ser servidora do IFSC, a mesma não tinha, até então, atuação e relação com as ações da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, demandando uma pesquisa prévia sobre todo o processo.

A terceira limitação tratou-se do SIGAA, em que, inicialmente, a pesquisadora buscava informações pertinentes ao processo de curricularização do IFSC; porém, com base nas entrevistas, 3 (três) dos 12 (doze) sujeitos respondentes indicaram que as informações que a pesquisadora necessitaria não estavam cadastrados no SIGAA, módulo extensão. Gentilmente, a Diretoria de Extensão do IFSC, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, cedeu o relatório que possibilitou a análise proposta.

Para estudos futuros, a pesquisadora propõe a análise do cenário da curricularização no IFSC e em outras instituições da Rede Federal, após o período compreendido pelo PNE, sendo esse de 10 (dez) anos e após o período compreendido de 3 (três) anos, ao que propõe a Resolução nº 07/2018/CNE/CES, ou seja, após 2021. A pesquisadora considera pertinente, em estudos futuros, considerar as diretrizes recém estabelecidas em agosto de 2020, pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, sendo que este documento leva em consideração a atuação dos Institutos Federais na sociedade, pois mesmo equiparados às universidades à luz da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a RFEPCT traz, há 111 anos, especificidades que devem ser consideradas diante da educação profissional, científica e tecnológica que oferta.

Por fim, após dois anos de pesquisa e os resultados alcançados por meio dos objetivos propostos, este trabalho traz sua importância primeiramente no âmbito do Instituto Federal de Educação de Santa Catarina para reconhecimento do caminho percorrido até agora na estruturação da curricularização e do reconhecimento da extensão institucional. No âmbito das

demais instituições, a contribuição do estudo vem no sentido de reconhecimento de que a extensão universitária seja considerada para além de uma demanda governamental, mas sim sendo a extensão dever das instituições de ensino superior para atendimento às demandas urgentes da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Mônica. **Política Nacional de Extensão Universitária – 2012**: Identidade e Diretriz para a **Prática** Extensionista no Ensino Superior Brasileiro. In: SILVA, L. D.; CÂNDIDO, J. G. (org.) Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.
- ANDRADE, Arnaldo Rosa. A universidade como organização complexa. **Revista de Negócios**, v. 7, n. 3, p. 15-28, 2002. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/29272/a-universidade-como-organizacao-complexa/i/pt-br>. Acesso em: 05 out. 2020.
- ANGELIM, M. L. P. Universidade de Brasília: extensão universitária e as práticas de educação popular. **Revista Participação**. 18, p. 55-60, DEX/UnB, dez. 2010.
- ARROYO, Daniela; ROCHA, Maria S. P. Meta-evaluation of a university extension: a case study, **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)** 15, nº 2 (julho de 2010): 131–57, <https://doi.org/10.1590/S1414-40772010000200008>. Acesso em: 05 out. 2020.
- BAKER, S. E., & Edwards, R. (2012). **How many qualitative interviews is enough?** National Center for Research Methods. Disponível at: <http://eprints.ncrm.ac.uk/2273/>. p.08 Acesso em: 05 out. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**/ Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEHARES, Luis Ernesto. **Enseñanza y Producción de Conocimiento. La noción de enseñanza en las políticas universitarias uruguayas**. Montevideo: Biblioteca plural, Udelar, 2011.
- BORDENAVE, Juan Enrique Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BOTOMÉ, S. P. **Autonomia universitária: cooptação ou emancipação institucional?** Revista Universidade e Sociedade, Distrito Federal, n. 3, p. 16-25, 1992.
- BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa Alienada e Ensino Alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996.
- BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paulo: Ed. UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BRASIL. LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968. **Lei Básica da Reforma Universitária**. Brasília: [s.n.], 1968.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p. 292.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 9.131, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1995. **Altera os dispositivos da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Brasília, DF, nov 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9131.htm)>. Acesso em: 01 out. 2018.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 01 out. 2018.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 10.172, DE 09 DE JANEIRO DE 2001. **Plano Nacional de Educação** Brasília, DF, jan. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm)>. Acesso em: 01 out. 2018.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.** Brasília, DF, abr. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)>. Acesso em: 08 out. 2018.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 6.495, DE 30 DE JUNHO DE 2008. **Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT.** Brasília, DF, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm)>. Acesso em: 08 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 7.233, DE 19 DE JULHO DE 2010. **Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária.** Brasília, DF, jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm). Acesso em: 08 out. 2018.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 7.416, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. **Regulamenta os art. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária.** Brasília, DF, dez 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2010-2014/2010/Decreto/D7416.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2010-2014/2010/Decreto/D7416.htm). Acesso em: 13 out. 2018.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 01 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES n.608, de 03 de outubro de 2018. **Dispõe sobre Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file>. Acesso em 06 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES n.07, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação**

– **PNE 2014- 2024 e dá outras providências.** Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em 06 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha.** www.mec.gov.br. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/46891-plataforma-nilo-pecanha>. Acesso em 07 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC - **Plano Nacional de Educação - PNE (2014- 2024).** Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao>>. Acesso em: 03 out. 2018.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Projeto Rondon.** Disponível em: <https://projektorondon.defesa.gov.br/portal/>. Acesso em 04 de jun. 2019.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio (coord.). **Educação Superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares.** São Paulo: Editora Xamã, 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Educação - CE. **Plano Nacional de Educação/histórico.** Disponível em: [www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/plano-nacional-de-educacao/historico](http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/plano-nacional-de-educacao/historico). Acesso em: 08 out. 2018.

CÂNDIDO, João Gremmelmaier. (Org.) **Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações.** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. **A extensão universitária no Brasil: do assistencialismo à sustentabilidade.** Educação, Campinas, p.23-28, set. 2007.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa.** Edição: 2 ed. [s.l.]: Pearson, 2006.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONIF- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade crítica: o ensino superior na República Populista.** 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; RAMIREZ, Matheus Anchieta. Avaliação das ações de Extensão Universitária sob a perspectiva do público alvo: o Índice de Impacto Social. **Interfaces:** Revista de Extensão da UFMG, minas gerais, ano 2017, v. 5, ed. 2, p. 230-244, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19017/16063>. Acesso em: 4 out. 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS SOBRINHO, José. Educational evaluation: the production of meaning with educational value. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 193–207, 2008. a.

DIAS SOBRINHO, José. Quality, evaluation: from SINAES to indexes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 817–825, 2008. b.

DALMOLIN, B. M., VIEIRA, A. J. H. Curricularização da extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica. **EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR**, p.7186-7201, out. 2015. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159\\_9517.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf). Acesso em: 06 jun. 2019.

DEMO, Pedro. Crise dos paradigmas da educação superior. **Educação Brasileira** Brasília, v. 16, n.32, janeiro/julho 1994.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

EDUCAÇÃO. **Plano Nacional da Educação: o que é e para que serve**. 2011-2015. Disponível em: <<https://www.educacao.cc/educacao/plano-nacional-da-educacao-o-que-e-e-para-que-serve/>>. Acesso em: 03 out. 2018.

ELPO, Mirian E. H. Collares. **Avaliação da Extensão Universitária na Proposta do SINAES: Área Temática de Avaliação Institucional da Extensão Universitária**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte, p.1-6, set. 2004.

EISENHARDT, Kathleen M. Building Theories from Case Study Research. *Academy of Management. The Academy of Management Review*; Oct 1989; 14, 4; ABI/INFORM Global. p. 532.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 1. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1969.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Maio 2012. Manaus AM. Disponível em: <[http://curricularizaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/7\\_CO\\_NIF\\_Politica\\_Nacional\\_de\\_Extensao\\_Forproext\\_2012.pdf](http://curricularizaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/7_CO_NIF_Politica_Nacional_de_Extensao_Forproext_2012.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2018.

FORPROEXT. XIII FORPROEXT – Contribuições. **Fórum De Pró-reitores De Extensão Ou Cargos Equivalentes Das Instituições Da Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica**. 2015. Disponível em: <<http://portall.iff.edu.br/extensao-e-cultura/arquivo/2016/xiii-forproext-contribuicoes-para-a-politica-de-extensao-da-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2015.pdf/view>>. Acesso em: 30 de set. 2020.

FRUTUOSO, Tomé de Pádua. **O processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC**. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1643/Disserta%c3%a7%c3%a3o%>

20PROFEPT%20IFSC%20Tom%c3%a9%20de%20P%c3%a1dua.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 05 out. 2020.

GARCÍA TORRES, Daniel Sebastián; DÍAZ SUÁREZ, Rosandra; SÁNCHEZ HECHAVARRÍA, Miguel Enrique; MENDOZA RUÍZ, Mirelna. Conception of university extension from Santiago of Cuba medical sciences. **Humanidades Médicas** 18 (3):566-575, 2018.

GERBER, J. Z.; MIRANDA, R. G. de; BORNIA, A. C.; Freires, F. G. M. Organização de referenciais teóricos sobre diagnóstico para a previsão de demanda, **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 11, n. 1, p. 160 – 185, jan./abr. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, June 1995 Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 04 de junho de 2019.

GONÇALVES, Aguinaldo. EXTENSÃO, GRUPOS TEMÁTICOS E ESCOLA DE ESPORTES: reflexões e evidências a partir da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 16, jan. 2001. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/4979>>. Acesso em: 19 maio 2019.

GONZALEZ, Gil Ramón; GONZALEZ FERNANDEZ-LARREA, Mercedes. A propósito de la Reforma de Córdoba: aproximación al origen y evolución de la extensión universitaria en América Latina y Cuba. **Rev. Cubana Edu. Superior, La Habana**, v. 37, n. 1, p. 75-93, abr. 2018.. Disponível em: [http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0257-43142018000100006&lng=es&nrm=iso](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0257-43142018000100006&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 17 nov. 2019.

HENNINGTON, Élide Azevedo. Acolhimento como prática interdisciplinar num programa de extensão universitária. **Cad. Saúde Pública [online]**. 2005, vol.21, n.1, pp.256- 265. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2005000100028&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2005000100028&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 01 out. 2018.

IFSC. **Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**. Reed.aov. e atual. Florianópolis: IFSC, 2010.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 28/2009/CONSUP. **Estatuto do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**. Disponível em:

<https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/0/Resolucao+n+28+-+ESTATUTOalterado.pdf/5c82fac4-fb4b-a6b4-3510-bf7d1ef0be86>. Acesso em: 4 de jun.2019.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 54/2010/CONSUP. **Regimento Geral do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**. Disponível em:

[https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/0/Resoluo\\_n\\_54\\_-\\_REGIMENTO\\_GERAL\\_DO\\_IFSC+%281%29.pdf/85c38c46-3864-4b28-a9d9-f0838cdb8a0d](https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/0/Resoluo_n_54_-_REGIMENTO_GERAL_DO_IFSC+%281%29.pdf/85c38c46-3864-4b28-a9d9-f0838cdb8a0d) Acesso: em 4 de jun.2019.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 40/2016/CONSUP. **Aprova as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFSC e dá outras providências**

Disponível em:

[http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup\\_resolucao40\\_2016\\_curriculariza%C3%A7ao\\_extens%C3%A3o.pdf](http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao40_2016_curriculariza%C3%A7ao_extens%C3%A3o.pdf) Acesso: em 4 de jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 61/2016/CONSUP. **Regulamenta as atividades de extensão do IFSC.**

Disponível em: [http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup\\_resolucao61\\_2016\\_extensao.pdf](http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao61_2016_extensao.pdf)

Acesso: em 4 de jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 20/2018/CONSUP. **Aprova o Regulamento Didático Pedagógico no IFSC.** Disponível em:

[https://www.ifsc.edu.br/documents/30725/0/resolucao20\\_2018\\_rdp1+%282%29.pdf/61471b68-60c4-4e4a-856a-15536ba90f54](https://www.ifsc.edu.br/documents/30725/0/resolucao20_2018_rdp1+%282%29.pdf/61471b68-60c4-4e4a-856a-15536ba90f54). Acesso: em 4 de jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria do Reitor nº 08 de 02 de janeiro de 2018. **Aprova a Cadeia de Valor e a Arquitetura de Processos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.** Boletim de Serviço nº 01/2018.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir; RIBEIRO, Jorge. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. In: **Colóquio Internacional De Gestão Universitária – CIGU, 15, 2015**, Mar del Plata, Argentina. Anais... Mar del Plata: INPEAU/UFSC, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/136064>>. Acesso em: 01 out. 2018.

INCROCCI, Lígia Maria de Mendonça Chaves; ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. **Soc. estado.**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 187-212, abr. 2018.. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269922018000100187&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922018000100187&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: em 06 jun. 2019.

JEZINE, Edineide. As práticas curriculares e a extensão universitária. Área temática de gestão de extensão. **II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, 2004.

KUBA, Cristina Missao Borille. **Avaliação da Extensão: recomendações de alternativas a partir de uma abordagem racionalista.** Dissertação (Dissertação em Administração Universitária) – UFSC. Florianópolis, 2018.

LAFAYE, Jacques. **A literatura e a vida intelectual na América Espanhola Colonial.** In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999. vol. 2.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Margarete Maria de et al. Contribuição da extensão em um grupo de gestantes e casais grávidos para a formação do enfermeiro. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, e20170367, 2018. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452018000400209&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452018000400209&lng=en&nrm=iso). Acesso em 17 nov. 2019. Pub. Aug 20, 2018.

LITWIN, Edith. El currículo universitario: perspectivas teóricas y metodológicas para el análisis y el cambio, en **Revista Educación y Pedagogía**, vol. xviii, núm. 46, Medellín: Facultad de Educación-Universidad de Antioquia, pp. 25-31, 2006.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MENONI, Augustin Cano; VILABOIA, Diego Castro. (2016). University extension in the transformation of higher education. the case of Uruguay. [La extensión universitaria en la transformación de la educación superior. El caso de Uruguay] **Andamios**, 13(31), 313-337.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARCOVITCH, Jacques. **A Universidade Impossível**. São Paulo: Futura, 1998.

MIRRA, Evandro. **A Ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

MORAES, Gustavo Henrique [et.al]. **Plataforma Nilo Peçanha: guia de referência metodológica** [et.al]. Brasília/DF: Editora Evobiz, 2018, p. 101, PDF.

MORAIS, Regis de. **A Universidade Desafiada**. Campinas: UNICAMP, 1997.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MAYEA, Yudisney; ARIAS, Laudelino; MACHADO, Edith; MANSO, Edith; ECHEVARRÍA, Félix; PÉREZ, Leobel. (2018). **Proposal of indicators for the evaluation of the university extension process**. 20. 92-100.

NAVES, Emilse Terezinha. Fazer-saber: reflexões sobre a função acadêmica da extensão universitária. **Em Extensão**, v. 14, n. 1, p. 9-29, 12 ago. 2015.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. (Org.). **Avaliação da Extensão Universitária: Práticas e Discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte: PROEXT/UFMG/Fórum, 2013.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.), 2005. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG.

NUNEZ PEREZ, Adelainy; ALVAREZ FONTE, Bárbara Lidia; MARTINEZ MALO SOSA, Clara María. La extensión universitaria y su relación con la formación inicial de las carreras pedagógicas en Cuba. **Rev. Actual. Investig. Educ.**, San José, v. 17, n. 3, p. 698-719, Dec. 2017. Disponível em:  
<[http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1409-47032017000300698&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-47032017000300698&lng=en&nrm=iso). Acesso em 04 de jun. 2019.

ONU – **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**. 2019. Disponível em:  
<https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 06 out. 2019.

OTTAVIANO, Camila D'; ROVATTI, João (Org.). **Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional**. 1º ed. - São Paulo: Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017. Disponível em: [http://anpur.org.br/public/publicacoes/livros/para\\_alem\\_da\\_sala\\_de\\_aula.pdf](http://anpur.org.br/public/publicacoes/livros/para_alem_da_sala_de_aula.pdf). Acesso em: 03 out. 2020.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2010.

PAULA, João Antônio De. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 5-23–23, 2013.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade: conceitos e distinções**. 2. ed. Caixas do Sul: Educ, 2008.

PEREIRA, Lucas Batista. Extensão Universitária e Políticas Públicas. **Revista Extensão e Cidadania**. v.1, n.1, p. 91-104, 2013.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In I. M. Beuren (Ed.), **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.

REIS, Renato Hilário dos. Histórico, tipologias e proposições sobre a extensão universitária no Brasil. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 41-47, 1996. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2610/2331>. Acesso em: 22 set. 2019.

RIBEIRO, Jorge Luiz Lordêlo de Sales. Avaliação das universidades brasileiras: as possibilidades de avaliar e as dificuldades de ser avaliado. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 16, n. 1, p. 57-71, mar. 2011.. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772011000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 04 out. 2020.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. **Os desafios contemporâneos da gestão universitária: discursos politicamente construídos**. Associação Nacional de Política e Administração da Educação, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. ALGUMAS DEFINIÇÕES DE AVALIAÇÃO. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 8, n. 2, 11.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. (Org.). **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate**. Florianópolis: Insular, 2003. p. 21-34.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Extensão Universitária: comunicação ou domesticação? **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 6/7, n. 2/1, p. 53-60, 1983/1984. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12082>. Acesso em: 04 out. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. (Coleção questões de nossa época; v.120).

SANTOS, Ana Paula Fliegner dos. **Curricularização da extensão: Projeto Comunitário nos cursos de Graduação do Centro Universitário- Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul**. 2017. 111 f. Dissertação (Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1984. (Polêmicas do nosso tempo)

SCHÖN, Donald Alan. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

\_\_\_\_\_. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, Kátia Curado; KOCHHANN, Andréa. Tessituras entre concepções, curricularização e avaliação da extensão universitária na formação do estudante. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 25, n. 3, p. 703-725, 30 ago. 2018.

SILVEIRA, André Luis Marques da; ZAMBENEDETTI, Gabriela Würzius; RIBEIRO, Vinicius Gadis. Diretrizes para orientar a formulação e implementação de ações de Design na Extensão Universitária. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, p. e9 / 1-20, fev. 2019. ISSN 1984-6444. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/23919>>. Acesso em: 19 maio 2019.

SIQUEIRA, Samylla Maira Costa et al. Extension activities, health promotion and sustainable development: the experience of a nursing research group. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, e20170021, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452017000100701&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000100701&lng=en&nrm=iso). Acesso em 17 nov. 2019. Epub Feb 16, 2017. <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20170021>.

SOARES, Laura Tavares. CT&I, desenvolvimento social e demandas locais: o papel da extensão universitária. **Parcerias Estratégicas**, v. 16, n. 32, p. 556-573, 2011.

SPINK, Peter Kevin. (2007), “Replanteando la investigación de campo: relatos y lugares”, en **Fermentum**, año 17, núm. 50, septiembre-diciembre, Mérida (Venezuela): Universidad de los Andes, p. 561-574.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia de Pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva, 2009.

THIOLLENT, Michel. Prefácio. In: SILVA, Luciane Duarte; CÂNDIDO, João Gremmelmaier. **Extensão universitária - conceitos, propostas e provocações**. São Bernardo do Campo: SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

TREVISAN, Láis Vieira; CERETTA, Shani Carvalho; CARVALHO, Gustavo de Souza; ZUCATTO, Luis Carlos; CORONEL, Daniel Arruda. Extensão Universitária e “Third Mission”: Uma análise Bibliométrica. **Revista Universidade Vale do Rio Verde**. ISSN: 1517-0276 / EISSN: 2236-5362 v. 17 | n. 1 | Ano 2019. Revista da Universidade Vale do Rio Verde | jan. /jul. 2019 | p. 1.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas; 1987.

VELIZ, José Ángel et al. El modelo de gestión de la extensión universitaria para la Universidad de Ciencias Médicas de Pinar del Río. **Rev. Ciencias Médicas**, Pinar del Río, v. 19, n. 6, dic. 2015. Disponível em: [http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1561-31942015000600017&lng=es&nrm=iso](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1561-31942015000600017&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 17 nov. 2019.

VIEIRA, José Jairo; RAMALHO, Carla Chagas; VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. A origem do plano nacional de educação e como ele abordou as questões de gênero. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], p. 64-80, jan. 2017. ISSN 1519-9029. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9746/6592>>. Acesso em: 22 maio 2019.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e porque é importante. In: **Cadernos de Pesquisa**. V. 44, nº. 51, p. 190-202, jan. /mar. 2014.

YIN, Robert K. **Pesquisa Estudo de Caso** - Desenhos e Métodos (2 eds.). Porto Alegre: Bookman, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.